

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DE ALFERES A CORREGEDOR: A TRAJETÓRIA DE SEPÉ TIARAJU  
DURANTE A DEMARCAÇÃO DE LIMITES NA AMÉRICA MERIDIONAL -  
1752/1761**

Rafael Burd

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DE ALFERES A CORREGEDOR: A TRAJETÓRIA DE SEPÉ TIARAJU  
DURANTE A DEMARCAÇÃO DE LIMITES NA AMÉRICA MERIDIONAL -  
1752/1761**

Rafael Burd

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre

2012

Rafael Burd

**DE ALFERES A CORREGEDOR: A TRAJETÓRIA DE SEPÉ TIARAJU  
DURANTE A DEMARCAÇÃO DE LIMITES NA AMÉRICA MERIDIONAL -  
1752/1761**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann (orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos  
Universidade Federal de Santa Maria

Porto Alegre, 4 de maio de 2012

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais por todo o auxílio e apoio que me dispensaram durante a realização deste trabalho, desde cobranças até a leitura do texto.

Agradeço ao meu orientador, Eduardo Neumann por todos os materiais gentilmente cedidos, desde livros até fontes de extrema importância, pela paciência, pelas observações e pelo incentivo na produção desta dissertação.

Agradeço aos meus amigos por me desviarem do foco do trabalho e por me chamarem para fazer coisas mais divertidas durante momentos de leitura e produção de texto.

Agradeço a todos que de alguma maneira me auxiliaram durante a pesquisa e demonstraram interesse pela mesma.

## RESUMO

Em 1750, era assinado entre as Coroas da Espanha e de Portugal o Tratado de Madri. Este determinava, entre outras coisas, a troca da Colônia de Sacramento pelas missões ao leste do rio Uruguai, o que levaria os guaranis que ali viviam a transmigrar para a outra margem do mesmo rio. Na medida em que estes indígenas apresentaram resistência, foram mandadas tropas para realizar esta função.

É nesse contexto que se percebe a atuação de Sepé Tiaraju: como membro de uma elite missioneira, elaborada pelos padres jesuítas, que se revoltou contra as determinações de deixar suas terras. Analisando a trajetória de Sepé, percebe-se a construção de sua liderança e autoridade perante os demais. A abordagem versa sobre a forma e a maneira de como sua liderança foi construída: através das redes de relação e da forma de como estas foram elaboradas. Ao mesmo tempo, o modo como o prestígio de Sepé, e das autoridades indígenas em geral, é estabelecido também é abordado.

A opção metodológica cai sobre a micro-história, sobretudo a sustentada por Carlo Ginzburg, buscando uma leitura atenta aos detalhes da fonte. Além disso, o método de pesquisa traçado pela etno-história, que combina elementos da História e da Antropologia e insere o indígena na História da conquista da América, também é utilizado, fazendo da pesquisa uma releitura da documentação disponível sobre Sepé à luz da “Nova História Indígena”.

Palavras-chave: lideranças indígenas, reduções guaranis, Tratado de Madri, Guerra Guaranítica, Sepé Tiaraju.

## ABSTRACT

In 1750 the Treaty of Madri was signed between the Crowns of Spain and Portugal. It supposed, among other points, the exchange of the Colônia de Sacramento for the missions at east of the Uruguai river, which would force the Guaraníes that lived there to migrate to the other side of the river. As the indigenes resisted, troops were sent to do the task.

It is in this context that the role of Sepé Tiaraju is noted: as a member of a Missions elite, organized by the Jesuit priests, which had rebelled against the resolution of leaving their land. Analyzing Sepé's trajectory, it's perceived the development of his leadership and authority over the others. This approach examines the ways and means how his leadership was built: through the relationship networks and the way they were made. At the same time, it's explained the way that Sepé's and the authorities' reputation is established.

The methodological option is the microhistory, mainly the part sustained by Carlo Ginzburg, seeking a careful reading of the source details. Moreover, the research method delineated by ethnohistory, that combines elements from History and Anthropology and put the indigene in the History of the conquest of America, is also used, converting the research into a rereading of the available documentation under the light of the "New Indian History".

Key-words: indigenous leaderships, Guaraní, reductions, Treaty of Madrid, Guaraní War, Sepé Tiaraju.

## SUMÁRIO

Introdução	7
1- As Missões Guaranis e Revolta de 1750: Revisitando o assunto	21
1.1-“O guarani”	22
1.2-As reduções guarani-jesuíticas	24
1.3 Lideranças Indígenas	29
1.4 O Tratado de Madri e a resposta indígena	39
1.5 A revolta guarani	42
2-O protagonismo de Sepé	53
2.1 Santa Tecla	54
2.2 O Forte de Rio Pardo	57
2.3 Primeira expedição	60
2.4 Segunda expedição e morte	62
2.6 A guerra pela terra	66
3-Um líder indígena e suas redes de relação	82
3.1 Mediadores culturais	83
3.1.2 Gomes Freire e Sepé Tiaraju: uma comparação entre “negociadores” no Antigo Regime nas Américas	93
3.1.3 Outros mediadores indígenas	98
3.2 A liderança de Tiaraju	100
3.2.1 O prestígio	101
3.2.2 A escrita de Sepé	106
3.2.2 Os “parientes” e as redes	111
3.2.3 Outras lideranças: Paracatu e Neenguiru	116
Considerações finais	129
Fontes	139
Fontes manuscritas	139
Fontes Impressas	139
Fontes literárias	141
Fontes oficiais do Estado Brasileiro	142
Referências Bibliográficas	143

## INTRODUÇÃO

Todo o gaúcho já ouviu falar de Sepé Tiaraju, o índio missioneiro que lutou contra as tropas européias. Tanto o Estado do Rio Grande do Sul, como o Brasil, lhe conferem o título oficial de herói<sup>1</sup>. Ele pode assumir tantas personalidades quantas a ele forem atribuídas. Pode servir tanto para atender aos ruralistas, como aos sem-terra. É nome de rua em diversas cidades e virou nome de município, São Sepé, próximo a Santa Maria. A diferença dos demais santos é que Tiaraju não foi santificado pela Igreja Católica, mas pela crença popular. Temos, então, um herói indígena, rio-grandense, nacional, um santo e uma figura histórica. Tudo isso em um só personagem.

Não se trata do caso de perguntar quem foi José Ventura Tiaraju, isso nós já sabemos. Já sabemos que foi um líder indígena rebelado a partir das determinações do Tratado de Madri. A questão é: mesmo que existam muitos trabalhos historiográficos ou antropológicos<sup>2</sup> sobre Sepé, há uma deficiência de estudos históricos sobre a trajetória do personagem. Esta é uma das questões a se lidar, além de certa carência documental por não haver material específico sobre tal sujeito; o que temos são materiais esparsos, espalhados e poucas fontes diretas que abordam o percurso de vida de Tiaraju. O máximo que podemos fazer é partir de indícios para poder investigar suas ações.

O que sabemos de fato sobre a vida de Sepé Tiaraju? Que ele chegou à condição de corregedor do cabildo de São Miguel e havia lutado contra as tropas ibéricas. Seus “feitos” a rigor são muito conhecidos. Em 1753, faz a primeira oposição armada aos europeus na estância de Santa Tecla. Em 1754, teria liderado o ataque ao forte português de Rio Pardo, foi aprisionado e fugiu. Por fim, em sete de fevereiro de 1756 morreu em batalha num campo próximo a São Gabriel. Logo, o período que conhecemos da sua vida é bastante curto – pouco mais de três anos. Breve período para alguém assumir tantas personalidades e ter seu nome para a posteridade.

Diante de tais problemas, ainda poderia me perguntar o porquê de estudar esta figura. Para além da falta de pesquisas sobre os caminhos percorridos por Sepé durante o conflito, temos a emergência de estudos que nos auxiliam a pensar no índio como agente da história. Trabalhando a partir dessa perspectiva, é permitido resgatar a ação

---

<sup>1</sup> O Diário Oficial do Rio Grande do Sul de três de novembro de 2005 declara Sepé “Herói Guarani Missioneiro Rio-grandense” e o Diário Oficial de União de 22 de novembro de 2009 inscreve Sepé no “Livro dos Heróis da Pátria”. Diário Oficial da União, 22 de novembro de 2009, Brasília, Imprensa Oficial e Diário Oficial do Estado do RS, três de novembro de 2005, Porto Alegre, Corag.

<sup>2</sup> Entre os trabalhos de Antropologia destaca-se o a seguinte tese: BRUM, Ceres Karam: *Esta terra tem dono: uma análise antropológica de representações produzidas sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul*. Tese, PPG em Antropologia Social, UFRGS, 2005.



do indígena, na medida em que é possível levar-se o conceito de sujeito a todos. Certamente, Sepé Tiaraju foi um desses agentes da história colonial indígena.

O fato é que sua liderança e sua importância se deram durante a revolta dos guaranis das missões orientais. Seus “feitos” teriam ocorrido nesse período. Temos um santo forjado na guerra e um indígena que virou herói brasileiro num conflito contra representantes da Coroa portuguesa. Logo, é uma figura multifacetada, e por isso merece e deve ser melhor explicada à luz do conhecimento histórico.

Não pretendo aqui fazer um estudo biográfico de Sepé. Nem sempre o estudo sobre as atitudes de um indivíduo se trata de uma biografia. Apesar das pesquisas nessa virem recuperando seu lugar na academia<sup>3</sup>, sua biografia seria uma obra praticamente impossível de se realizar. O período de estudo é limitado, as informações são poucas e a pesquisa reduzir-se a um simples relato do que o guarani realizou. Luiz Alberto Grijó chama atenção para o uso das biografias por parte de historiadores “diletantes”, ou que se intitulam como tais. Este tipo de trabalho pode cair no senso comum, investindo em “grandes homens”, ou “heróis”<sup>4</sup>. Sepé Tiaraju tem um inegável apelo para pesquisas deste tipo<sup>5</sup>.

Para complicar a situação, não estudamos apenas um homem, estudamos um mito. Como separar um do outro? Onde termina o homem e começa o mito e vice-versa? Como diferenciar o mito da história? Não se trata de “corrigir” uma memória popular sobre um personagem, mas apenas de reunir informações mais precisas sobre este e organizá-las para o estudo da História como disciplina. Creio que os historiadores não têm o papel de desmitificar as crenças populares. Claro que o profissional tem o compromisso com a verdade, mas não falo sobre mentiras ou farsas históricas. O caso de Sepé não se trata de uma “Doação de Constantino”, ou de uma lenda como a “Salamanca do Jarau”. É a história verídica de alguém que agiu em prol da sua

---

<sup>3</sup> Para biografia acadêmica, especialmente sobre o cotidiano do homem e sua relação com o contexto em que vive ver: SCHIMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre, editora da Universidade/UFRGS, Porto Alegre. Sobre o erro de considerar uma vida como um “todo, conjunto coerente”, e lhe atribuir um sentido único feito pelo escritor: BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína. (org). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>4</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. “Biografia, para quê?”. In: CORADINI, Odaci Luiz. *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, pp. 89-100.

<sup>5</sup> Cito, como exemplo, entre as mais recentes: FIGUEIREDO, Osório Santana. *Vida e morte de Sepé Tiaraju*. São Gabriel, 2005. JUNG, Roberto Rossi. *Esta terra tem dono esta terra é nossa: a saga do Índio Missioneiro Sepé Tiaraju*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2005. Apesar de contar com certa bibliografia e documentação, falta a essas obras o aporte teórico e metodológico exigidos pela História. Além disso, apontam Sepé como o herói missioneiro, o que lhe é costumeiramente atribuído.

população, lutou e morreu. É importante estudar Sepé para além do mito e da lenda e entender como, no seu caso, a história se torna lenda.

É necessário estar atento ao seu tempo, situar o personagem na sua época. Sepé viveu em um período de mudanças determinadas pelas tentativas de delimitar as fronteiras entre os impérios ibéricos na América. Podemos delimitar este período a partir da sua figura, compreendendo a revolta indígena por intermédio das suas ações. Tanto é Sepé quem vai nos revelar o seu contexto histórico, como o seu contexto histórico pode explicar a sua atividade durante o momento em questão. Ou seja, tanto a sociedade indígena colonial pode explicar Tiaraju, como ele pode ajudar a entender sua sociedade. Jacques Revel, no prefácio de “A herança imaterial”, defende esta abordagem entre o indivíduo e o social, que permite destacar elementos que outras abordagens não conseguem<sup>6</sup>.

Em uma perspectiva semelhante, Poloni-Simard determina o estudo dos indivíduos como ponto de partida para compreender a complexidade do mundo indígena e sair de uma visão etnocêntrica. Mesmo uma sociedade de Antigo Regime colonial não é um empecilho para o estudo das ações, decisões e iniciativas particulares, principalmente devido às relações que os membros dessa sociedade têm entre si<sup>7</sup>. É justamente essa última ideia que o historiador italiano Giovanni Levi usa em “A herança imaterial”, com a metodologia da micro-história. De maneira semelhante, o também historiador italiano Carlo Ginzburg propõe um “paradigma indiciário” para as ciências como a história. Sugere que esta tem raízes em um “saber venatório”, que parte de indícios e fragmentos, ou de “dados aparentemente negligenciáveis” para “remontar uma realidade complexa”<sup>8</sup>.

Sepé atuou e fez parte de um mundo não só em transformação, mas também transformado. É desnecessário dizer que a vida dos guaranis estava mudada desde o contato iniciado com a conquista. A sociedade ocidental causaria câmbios irreversíveis para os indígenas. As novidades trazidas pelo europeu não foram somente copiadas, mas reelaboraram toda a vida dos nativos.

---

<sup>6</sup> REVEL, Jacques. “Prefácio”. in: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 2000. pp. 17. Aqui, o autor cita Carlo Ponzi e Carlo Ginzburg.

<sup>7</sup> POLONI-Simard, Jacques. “Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas”, *Anuario del IEHS* 15(2000), pp. 96.

<sup>8</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 152.

Quem reelaborou o seu modo de viver foram os próprios indígenas. Não pensemos que eles aceitaram toda a bagagem cultural, social e política que o europeu trazia. Os índios não copiaram simplesmente a cultura européia, mas a recriaram. Foram agentes de um processo de mestiçagem, não apenas biológico, como também cultural. As missões guarani-jesuíticas talvez sejam um dos maiores exemplos disso. Observamos esta mestiçagem não só nas figuras que adornavam as igrejas dos povoados, como também na reação dos guaranis ao Tratado de Madri e nas atitudes do próprio Sepé. Sim, porque sabemos que muitas delas, apesar de estarem visando à permanência de seu povo, tiveram alta influência da provável educação que recebeu dos jesuítas.

Ainda que fosse um exemplo de “mestiço cultural”, é vital deixar claro a ação do indivíduo Sepé Tiaraju. Ou melhor: foi o próprio que junto aos seus, optou pelo caminho da revolta. Esta era a forma que os guaranis encontraram para se adaptar à nova realidade imposta pelo Tratado de Madri. Foi um movimento de homens que sabiam o que estavam fazendo e em que mundo que estavam inseridos. A este tipo de ação consciente e criação contestação cultural, muitos historiadores chamam de “agency”<sup>9</sup>. Recentemente, John Monteiro, pesquisador da temática indígena na América Portuguesa, propôs pensar “agency” como uma capacidade, não como uma ação. Para Monteiro, é uma capacidade de agir, resistir, reagir. “Enfim, uma capacidade de atuar na história, mas condicionada, constringida por condições históricas”<sup>10</sup>.

Examinar Sepé sob esta ótica nos ajuda escapar de um beco aparentemente sem saída – o beco do etnocentrismo, que nos leva a conclusões precipitadas e preconceituosas. Ele pode nos fazer pensar tanto que as atitudes de Sepé foram decorrência de uma “natureza primitiva” indígena, como que ele somente teria se revoltado, assim como todos outros guaranis, a mando dos padres. Nenhuma das duas conclusões poderiam ser mais infelizes. Pensar em uma “natureza primitiva” vai nos levar a conclusão de que os guaranis em nada mudaram após cerca de um século de contato. E esta mudança não precisa ser encarada como “boa” ou “ruim”, isso seria simplificar demais as coisas. Deve ser entendida como uma etapa desse processo de mestiçagem.

---

<sup>9</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Tese de Docência. IFCH, Unicamp, Campinas, 2001, pp. 57.

<sup>10</sup> MONTEIRO, John Manuel. “Os Índios e o Atlântico”. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos. São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011. Comunicação pessoal.

Conseguimos perceber que Sepé, apesar de não viver mais como um guarani antes do contato com a sociedade colonial, ainda podia se considerar parte deste grupo. Ora, o pertencimento a um grupo étnico pode ser bastante maleável. As categorias e características culturais de um grupo podem mudar, justamente por estarem envolvidos em processos históricos<sup>11</sup>. Portanto, mesmo que transformados, os guaranis ainda eram indígenas, ainda poderiam considerar-se como membros desse grupo. Enfim, um índio colonial.

Tais propostas, que visam escapar do etnocentrismo e entender a ação indígena, costumam estar sob o cabedal teórico e metodológico da etno-história. Combinando elementos da história e da antropologia, sugere - segundo as palavras de John Monteiro - uma “conjugação entre pesquisa documental e perspectivas antropológicas para produzir um renovado retrato das respostas ativas e criativas dos atores indígenas apesar de todas as forças contrárias”<sup>12</sup>. O objetivo aqui é justamente determinar o protagonismo indígena da sua própria história, principalmente durante o período colonial no qual reelaboraram o seu modo de ser frente ao contato com o europeu.

É possível examinar as “respostas ativas e criativas” manifestadas por Sepé Tiaraju frente às alterações no seu mundo. Nota-se que 1750 já era um momento bastante avançado no pós-contato. Sepé não defendia um período indígena pré-colonial, não lutava pela volta de um estágio anterior às missões. A revolta em questão se diferenciava dos movimentos de resistência armada dos guaranis contra o conquistador espanhol no século XVI<sup>13</sup>, ou primeiras formas de resistência ao processo evangelizador<sup>14</sup>. Sepé, porém estava entre os que queriam manter as prerrogativas obtidas após a chegada dos jesuítas e a instalação das missões.

O conflito decorrido do Tratado de Madri é diferente, por exemplo, das batalhas que os guaranis tiveram contra os bandeirantes ou dos confrontos entre conquistadores espanhóis e nativos no século XVI. Porém, como já foi dito, não deixaram de ser guaranis, mesmo depois da implementação do sistema reducional, e, evidentemente, da concordância destes em viver nas missões. Logo, o mundo transformado em que Sepé viveu era aquilo que ele pretendia defender, mesmo assim era um indígena que buscava

---

<sup>11</sup> BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. in: Poutignat e Streiff-Fenart (org), *Teorias da etnicidade*. São Paulo, editora Unesp, 1998, pp. 191-195.

<sup>12</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. pp. 14

<sup>13</sup> NECKER, Louis. “La reacción de los guaraníes frente a la conquista española del Paraguai: movimientos de resistencia indígena (Siglo XVI)”. In.: *Suplemento Antropológico*, Asunción, Vol, XVIII, n.1, jul/1983, pp. 7-29.

<sup>14</sup> SANTOS, Maria Cristina dos. *Os movimentos guarani de resistência à colonização da bacia platina: 1537/1660*. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, Porto Alegre, 1988.

seus interesses. Este ponto é importante para que, mais uma vez, evite-se o anacronismo e o etnocentrismo. A luta era de Sepé e seus pares índios, ainda que “mestiços culturais”, que souberam transformar os elementos europeus em favor da defesa de algo que era importante para eles.

Contudo, pode-se imaginar que as fontes a serem consultadas tornem-se um obstáculo no objetivo de fugir do etnocentrismo. Em geral, as fontes para a consulta desse período são obras feitas por padres jesuítas como Juan de Escandón<sup>15</sup>, Tadeo Henis<sup>16</sup> e Bernardo NUSDORFFER<sup>17</sup>, ou membros das expedições militares, como o capitão português Jacinto Rodrigues da Cunha<sup>18</sup>, ou o espanhol Francisco Graell<sup>19</sup>. Também existem algumas correspondências enviadas entre os próprios jesuítas, compiladas em “Relación de lo que la Compañía de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Esta é uma documentação que pode nos ajudar muito a respeito do passado missioneiro, uma vez que traz a tona o que ocorria no momento do conflito<sup>20</sup>. Apesar de menos abundantes, existem registros dos próprios indígenas sobre os fatos. Por exemplo, cartas que os guaranis das missões enviavam para o governador de Buenos Aires<sup>21</sup>, que também estão registradas na compilação que os jesuítas fizeram.

Porém, será que mesmo documentos produzidos por ocidentais não podem resgatar a atitude dos índios daquele período? Acaso será possível observar a ação de Sepé, narrada através da escrita de jesuítas, espanhóis e portugueses? Sou da opinião que sim. Concordo com o historiador italiano Carlo Ginzburg, ao comentar que “mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode ser aproveitada”. Não precisamos jogar fora um documento mesmo que ele nos dê uma “imagem mais ou menos

<sup>15</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. São Leopoldo, Pesquisas, História n, 23, 1983.

<sup>16</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diário histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836.

<sup>17</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. in: TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2002, tomo III. Primeira edição: Porto Alegre, Livraria Selbach, 1922.

<sup>18</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. Rio de Janeiro, RIHGB, 16 (2-3), 139-328,1853.

<sup>19</sup> GRAELL, Francisco. *Passado Missioneiro no Diário de um Oficial Espanhol*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1998.

<sup>20</sup> “Relación de lo que la Compañía de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuítas, Legajo 120j, Expediente 7. Agradeço ao orientador Eduardo Neumann por ter me cedido esta documentação.

<sup>21</sup> São as cartas de 1753, enviadas pelos membros de sete cabildos ao governador de Buenos Aires, José Andonaegui em oposição ao traslado. As correspondências foram enviadas pelos índios de São João, São Lourenço, Santo Ângelo, São Nicolau, São Miguel, São Luís e Concepción. Esta documentação está impressa em espanhol e contida em MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949, pp. 546-583.

deformada”<sup>22</sup>. Aliás, o exemplo do moleiro Menocchio de *O queijo e os vermes* parece ser bastante oportuno, pois nos traz o caso de um moleiro para explicar a “cultura popular”, estendendo às “classes baixas” o conceito de indivíduo<sup>23</sup>. Acaso não é importante estender aos indígenas o conceito de indivíduo?

Como já foi dito, a metodologia micro-histórica será importante para o estudo sobre Sepé Tiaraju. Esta prática, em resumo, considera o valor do indivíduo no processo histórico verificando, segundo Giovanni Levi<sup>24</sup>, a sua “relativa liberdade”. Contudo, não fora dos limites dos sistemas, pois a ação social do indivíduo se insere numa realidade normativa. O objetivo será definir quais são as margens da liberdade deste, ou ainda descrever as vastas estruturas, sem esquecer-se do espaço social que ocupa, sempre o entendendo como um ser atuante em sociedade. Essa análise sobre o indivíduo reflete a ideia da “redução de escala de observação” como um procedimento para um estudo intensivo do material a fim de revelar fatores não observados antes<sup>25</sup>.

É interessante perceber uma aproximação entre a etno-história e a prática da micro-história no que concerne à aproximação com a antropologia, apesar de todos os cuidados teóricos que deve-se tomar nessa relação. Guillermo Wilde fala em uma “antropologia histórica” pensada como uma “ ‘etnografia’, realizada com fontes do passado, que busca contextos históricos”<sup>26</sup>. Giovanni Levi aproxima a micro-história com a antropologia interpretativa de Geertz<sup>27</sup>. Segundo o italiano, pode-se entender o trabalho do micro-historiador como semelhante a “descrição densa”, por perceber acontecimentos aparentemente desimportantes, mas que assumem significado para chegar a conclusões de maior alcance<sup>28</sup>.

Podemos, então, formular algumas questões sobre esse caso, como: o que os acontecimentos nos quais Sepé se envolveu podem nos revelar? De que forma eles podem colaborar para construir um contexto mais amplo e que contexto é este? Como é possível entender a sociedade missioneira em que Tiaraju vivia através dos relatos das

<sup>22</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp.20-21.

<sup>23</sup> Idem, pp. 24-25.

<sup>24</sup> A maioria dos micro-historiadores são italianos, como Ginzburg, Levi e Edoardo Grendi e produziram seus primeiros trabalhos entre os anos 70 e 80. REVEL, Jacques. “Apresentação”. : REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp.9.

<sup>25</sup> LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. in: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992, pp. 135-139.

<sup>26</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder em las misiones de guaraníes*. Buenos Aires, SB, 2009, pp. 25.

<sup>27</sup> Geertz vai apresentar a proposta da antropologia interpretativa para ler uma “cultura de um povo como um conjunto de textos”, principalmente quando estuda a briga de galos na sociedade balinesa em GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2008. pp. 210.

<sup>28</sup> LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. pp. 141-142.

fontes? Parece que a combinação entre etno-história e micro-história podem auxiliar nas respostas.

Ainda será bastante importante o conceito de trajetória, no lugar da biografia, pois estamos falando das ações de um indivíduo enquanto vivo. Bourdieu define a trajetória como uma “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”<sup>29</sup> e afirma que:

não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.<sup>30</sup>

Portanto, deve-se compreender quais foram as posições que Sepé ocupou durante o conflito, enquanto índio. A trajetória do mesmo não pode ser compreendida independente da sociedade em que vivia e distante dos outros sujeitos dessa história, sejam eles portugueses, espanhóis, guaranis ou “infiéis”.

Numa perspectiva semelhante, Mário Grynszpan afirma que “o exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações”. Além disso, ao perceber a sua trajetória, podemos notar de quais recursos o personagem se utilizou e como pode formar uma rede de relações sociais<sup>31</sup>. No caso de Sepé, estar atento às suas estratégias e ações, enquanto líder guarani, pode nos levar a outras lideranças, a fim de perceber a sua rede de relações sociais. Grynszpan ainda afirma que o estudo das trajetórias individuais pode nos levar a verificar aspectos sociais mais amplos, que não são normalmente captados, ou pelo menos que estes sejam relativizados<sup>32</sup>. Tendo em vista isso, pergunta-se o que a atuação de Tiaraju pode nos revelar sobre o conflito e sobre as lideranças guaranis?

Contudo, temos que considerar que não existe somente um Sepé histórico. Existe também um Sepé mítico, lendário e um Sepé construído pela historiografia. Sabemos que há um número considerável de obras literárias sobre este personagem como um poema do escritor Simões Lopes Neto intitulado “São Sepé”<sup>33</sup> e o livro de Alcy

<sup>29</sup> BOURDIEU, Pierre. *op. cit.* pp. 189.

<sup>30</sup> *Idem*, pp. 190.

<sup>31</sup> GRYSZPAN, Mário. “Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.14, ano 5, out. 1990, pp. 74-76.

<sup>32</sup> *Idem*, pp. 88-89.

<sup>33</sup> LOPES NETO, Simões. *Lendas do Sul- introdução e notas de Luís Augusto Fischer*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2002.

Cheuichue “Sepé Tiaraju, romance dos sete povos”<sup>34</sup>. É impossível desconsiderar este tipo de produção em qualquer trabalho sobre a figura de Sepé Tiaraju, justamente porque elas são uma das razões pelas quais Sepé ultrapassa os limites do fato histórico e se transforma em lenda guardada e reconstituída no imaginário popular<sup>35</sup>. Aliás, a primeira obra literária conhecida que aborda a figura de Sepé data de 1769. É o poema épico *O Uruguai*<sup>36</sup>, de Basílio da Gama. A obra conta a história do conflito gerado pelo Tratado de Madri, glorificando a ação dos portugueses. Mesmo assim, ainda representa Sepé como um herói. A proximidade da data com os eventos descritos e a forma de descrever Tiaraju já chamam atenção.

De outra parte, temos polêmicas historiográficas sobre Sepé Tiaraju. A mais importante deles foi travada entre Mansoeto Bernardi e Moisés Vellinho. Bernardi considerava Sepé como um herói para o Rio Grande do Sul, “O Primeiro Caudilho Rio-grandense”. O debate historiográfico em torno de Sepé entre Bernardi e Vellinho se deu em virtude da proposta do erguimento de um monumento em homenagem ao guarani, com Bernardi a favor e Vellinho contra. Tudo começou quando em 1956 o então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, solicitou um parecer de uma comissão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul sobre a construção de um monumento em homenagem aos duzentos anos da morte de Sepé. A resposta desaconselhava a sua construção. Para os membros da comissão, Sepé não era merecedor de uma homenagem, pois havia lutado contra os portugueses, contra uma identidade nacional, procurando defender seus próprios interesses. Quando da publicação do parecer, Bernardi saiu em prol da construção do monumento<sup>37</sup>.

A historiadora Ieda Gutfriend insere o debate na discussão entre matriz platina e matriz lusitana. Em linhas gerais, a matriz lusitana dava valor às origens portuguesas, enaltecia os bandeirantes, criticava os jesuítas, excluía as Missões da história do Rio Grande do Sul e considerava os indígenas como selvagens atrasados. A matriz platina, destacada por Manoelito de Ornellas, caracterizava-se pela crença em uma unidade do território do pampa, oriunda principalmente da Península Ibérica, vindo nas Missões

<sup>34</sup> CHEUICHE, Alcy. *Sepé Tiaraju, romance dos sete povos*. Porto Alegre, AGE editora, 2004.

<sup>35</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. “O mito fundador das missões jesuíticas do Paraguai”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Sepé Tiaraju: muito além da lenda*. Porto Alegre, Comunicação Impressa, 2006, pp. 23.

<sup>36</sup> GAMA, Basílio da. *O Uruguai*. Porto Alegre, Mercado Aberto, [1769] 1999.

<sup>37</sup> A maioria dos textos sobre o debate foi compilada por Mansoeto Bernardi no livro “O Primeiro Caudilho Rio-Grandense”, sendo lançado pioneiramente pela Livraria do Globo em 1957. Aqui utilizo a seguinte edição: BERNARDI, Mansoeto. *O primeiro caudilho rio-grandense*. Porto Alegre, EST-Livraria Sulina, 1980.



uma das origens do estado do Rio Grande do Sul<sup>38</sup>. Por outro lado, a historiadora Letícia Borges Nedel, em uma análise crítica de tal modelo, prefere inserir essa discussão numa tensão entre as elites culturais, para definir o papel do Rio Grande do Sul na nação brasileira<sup>39</sup>.

Segundo Nedel, a região, tanto nos trabalhos de Bernardi, como nos de Vellino, aparece como “elemento precursor da nacionalidade”, com o que se faz importante a descoberta das origens do Rio Grande do Sul. Assim, os historiadores seriam responsáveis por enquadrar os significados do passado para que este fosse um meio para a legitimação de poderes. Se para Vellino era importante inscrever o passado do Rio Grande do Sul como um “capítulo militar da história brasileira”, para Bernardi e outros como Dante de Laytano, era importante conferir crédito à “memória ‘local’, abrigada nos costumes e no folclore”. Tal interpretação na avaliação de Nedel aproxima a ação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), com a do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no sentido de se buscar “uma federalização do projeto historiográfico”, durante os anos do governo de Getúlio Vargas. Os historiadores do IHGRS buscavam inserir a história da região compreendida como Rio Grande do Sul na história nacional. Mesmo após o Estado Novo se buscava inserir o estado “nos quadros de uma *cultura brasileira*”<sup>40</sup>.

Durante os anos 30 e 40, a historiografia regional abordou a figura de Sepé. Por exemplo: o militar Ptolomeu de Assis Brasil dá bastante ênfase ao líder guarani no livro *A Batalha de Caiboaté: episódio culminante da Guerra das Missões*, escrito nos anos trinta do século XX. No mesmo, aborda o conflito decorrente da assinatura do Tratado de Madri. O autor dá importância para o prestígio do indígena, e além dos fatos históricos, destaca a literatura em torno dele. Também se preocupa com o local onde Sepé tombou, de acordo com as indicações dos relatórios: “Sepé tombou junto à cabeceira da restinga da BICA, a oeste da coxilha em que quase meio século depois – em uma antiga aldeia de índios – foi erigida a capela de S. Gabriel”<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998, pg. 108-149.

<sup>39</sup> Sobre críticas aos modelos das matrizes lusitana e platina, ver: NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos anos cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

<sup>40</sup> NEDEL, Letícia Borges. “Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos”. *Anos 90*. Porto Alegre, v.11, n.19/20, jan./dez. 2004.

<sup>41</sup> BRASIL, Ptolomeu de Assis. *Batalha de Caiboaté: episódio culminante da guerra das missões*, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, pp. 100. A primeira edição é de 1935.

Outro caso seria o de Aurélio Porto, que ao escrever a história das missões, ou pelo menos dos “Sete Povos”, busca relatar o mesmo confronto. Aponta Sepé e Neenguiru como líderes guaranis do conflito, comentando que o primeiro acabou assumindo uma aura de mito e santo, mas destaca que sua existência não teve “nada de sobrenatural”. Comenta as suas ações no âmbito de feitos e proezas, como um guerreiro audacioso<sup>42</sup>.

No âmbito da literatura, as referências a Sepé são diversas. Provavelmente a primeira aparição de Sepé Tiaraju na literatura tenha sido no poema épico de Basílio da Gama, *O Uruguai*. Nele o autor relata a expedição de Gomes Freire de Andrada, governador da província do Rio de Janeiro, às missões jesuíticas com o objetivo de transmigrar os guaranis para a margem oposta do rio Uruguai e o conflito decorrente disso. Na forma de poesia são narrados principalmente os feitos dos portugueses. O texto foi escrito em 1769, cerca de treze anos após os eventos que relata.

Outro importante literato que aborda Sepé é Simões Lopes Neto. Ele passou a maior parte da sua vida em Pelotas, cidade onde nasceu. Em 1913, lançou a obra *Lendas do Sul*, onde, entre outros mitos como o do *Mboitatá* e o do *Negrinho do Pastoreio*, narra lendas missioneiras, com destaque para a de *São Sepé*. Nela, após breve introdução, nos apresenta os versos do “Lunar de Sepé”<sup>43</sup>.

Estas questões historiográficas e literárias reforçam o mito popular em torno de Sepé. A criação e o desenvolvimento destas também merecem ser analisados, pois fazem parte de como nós entendemos sua personalidade atualmente. Mais uma vez, entendo que não se trata de desmentir as lendas criadas em torno de sua pessoa, apenas analisá-las, assim como é importante a análise de seus atos. A construção de uma memória popular sobre a figura de Sepé está relacionada à memória de um passado guarani-missioneiro que guarda profunda relação com a história indígena no Rio Grande do Sul, indiferente se as reduções pertenciam ao império espanhol ou português.

O trabalho será dividido em duas partes: a primeira se propõe a fazer uma revisão sobre o “Sepé Histórico”. Ou seja, traçar uma linha sobre os guaranis das missões desde o período anterior à conquista, até a sublevação deflagrada pelo Tratado de Madri. Para isso é necessário entender não só a História, mas também o contexto social em que Sepé se inseriu, percebendo tal processo enquanto uma História Social. Temos que ter em

---

<sup>42</sup> PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, pp. 430-436.

<sup>43</sup> LOPES NETO, Simões. *Lendas do Sul- introdução e notas de Luís Augusto Fischer*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2002, p.144.

mente sempre as palavras de Bloch, de que a história é a ciência “dos homens no tempo”<sup>44</sup>. Para tanto, é necessário expor o grupo social que Tiaraju fazia parte, o qual pode ser denominado como uma elite indígena.

Esta elite indígena se mostrou responsável por determinar os rumos políticos dos povos missionários e inclusive pela revolta. Neste capítulo, pretendo fazer uma revisão histórica daquilo que já se escreveu sobre o assunto, tanto da ação desta elite indígena, que se fazia presente em toda a América, como da rebelião guarani. É neste momento que serão melhor abordados conceitos centrais como mestiçagem e a metodologia etno-histórica.

Na segunda parte, a metodologia da micro-história passa a tomar forma. O objetivo é entender o personagem Sepé e sua ação no contexto da América colonial espanhola durante a demarcação dos limites. Mostrá-lo como um protagonista da História, ou ainda: entender o momento histórico a partir da figura de Sepé. O que a atuação de Tiaraju pode nos revelar sobre a rebelião? A sua liderança se baseou muito em alianças com membros de outras reduções. De que maneira isto pode estar relacionado ao que Giovanni Levi chama de “rede formal de relações”<sup>45</sup>? Na sua análise, o autor privilegia “as motivações e estratégias da ação política” a partir de “um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos locais, mas ao mesmo tempo, interligadas a fatos políticos e econômicos que fogem de seu controle”<sup>46</sup> em uma pequena aldeia italiana durante o Antigo Regime. É possível aplicar esta perspectiva para a atuação de Sepé em uma revolta de índios na colônia? Deve-se levar em conta, a abundância de fontes que Levi dispunha para fazer estes cruzamentos.

Sobre o uso de autores da micro-história, talvez surja um problema, já apontado por João Fragoso. Este entende que, diferentemente da Europa, em especial da Itália, no Brasil (e aqui podemos ampliar para a América), no que se refere à Idade Moderna, as fontes não são muito abundantes. E essa é justamente uma das características da micro-história praticada por Levi: o uso de um vasto número de documentos minuciosamente analisados. Essa escassez determinaria que o uso da metodologia micro-histórica,

---

<sup>44</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, pp. 55.

<sup>45</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. pp. 96.

<sup>46</sup> Idem, pp. 46-47.

quanto a história colonial brasileira, seria uma “micro-história feia, tapuia”, que teria limites<sup>47</sup>.

Por isso, é preferível os trabalhos culturais de Ginzburg aos de “História Social” de Levi, ou como propõe Revel: “uma que baseia-se num ‘paradigma indiciário’, proposto por Carlo Ginzburg”, e uma “micro-história que se baseia na interrogação sobre a história social e a construção de seus objetos”<sup>48</sup>. Creio que a saída seja a combinação de elementos da análise “micro” com as propostas de Ginzburg da busca pelos detalhes não percebidos numa análise macro. Henrique Espada Lima mostra que em *O queijo e os vermes*, o italiano relaciona o individual e o geral, o micro de uma situação e o macro da “grande história”, pela representatividade de Menocchio<sup>49</sup>. Desse modo, ainda que as fontes utilizadas não sejam abundantes, uma análise “micro”, minuciosa, atenta aos detalhes é possível.

O historiador francês, Serge Gruzinski, pesquisador do contato entre espanhóis, astecas e outros povos da região do atual México, comenta sobre dificuldades de realizar um trabalho quantitativo em cima da História Indígena Colonial, justamente pela escassez de fontes e pela dificuldade em encontrá-las. Sugere que o “o estudo profundo de um caso individual permite, tanto como as multiplicações das mostras, observar as engrenagens de uma cultura, definir as inflexões que lhes são próprias”<sup>50</sup>. Ou seja, de certo modo, concorda com Ginzburg, que nos chama atenção para a necessidade de realizar “estudos de caso” com a finalidade de refletir sobre a formação dessas novas “etnias” na América.

Em um terceiro momento, me proponho a entender Sepé como uma liderança indígena, inicialmente como “mediador cultural”. O objetivo é buscar nas fontes de que maneira ele mantém contato tanto com os indígenas, como com os ibéricos e religiosos. Diferentemente do senso comum, entendo que, a partir de certo momento, ele evita o confronto, tentando se colocar como um intermediário entre os europeus e os guaranis. Aqui, o foco principal é a ocidentalização e os processos de etnogênese e mestiçagem cultural ocorridos na América.

<sup>47</sup> FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002. pp.63.

<sup>48</sup> REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 15. Com “paradigma indiciário”, o autor se refere ao texto GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”.

<sup>49</sup> ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, pp. 326-328.

<sup>50</sup> GRUZINSKI, Serge. *La colonización de lo imaginario Sociedades indígenas en el México español Siglos XVI-XVIII*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1991, pp. 289.

Contudo, não podemos esquecer que Sepé estava imbuído de um sentimento sobre o território missioneiro que o levou à guerra. Por fim, pretendo entender de que forma se constituiu a sua autoridade perante os demais. Que atributos concernentes aos líderes que ele tinha? Acredito ser possível tentar traçar uma trajetória dele rumo à liderança dos exércitos missioneiros pouco antes da sua morte.

Como se vê, são diversas as entradas e vieses sobre um mesmo tema. É necessário potencializar as atitudes desses indivíduos, olhando-as a partir de vários prismas. Esses prismas são temas recorrentes na “Nova História Indígena”, na busca de mostrar o papel do indígena na sociedade colonial. Para tanto, é necessário extrair o máximo das fontes, ou seja, estar atento aos pequenos detalhes que elas ainda podem nos revelar. Entendo que, por força das contingências, me vejo obrigado, muitas vezes, a realizar mais análises bibliográficas e historiográficas do que análises de fontes. Contudo, mais do que meras revisões, o que deve-se notar é uma releitura de dados, com o objetivo de reinterpretar Sepé, sob as luzes do que venho chamando de “Nova História Indígena”.

Enfim, pretendo estar atento não aos “feitos” de Sepé, mas as suas ações no contexto dos conflitos. Compreender o que elas significavam na sociedade indígena pós-contato, o que sua trajetória significa no bojo nas reduções guarani-jesuíticas, de que maneira ele representa o mundo no qual estava inserido e o que ele representou para este mundo.

## 1 - AS MISSÕES GUARANIS E A REVOLTA DE 1750: REVISITANDO O ASSUNTO

No ano de 1750, os reis de Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Madri, que entre outros pontos, trocava as sete reduções orientais pela Colônia de Sacramento. Assim, o território missioneiro, que hoje está localizado no estado do Rio Grande do Sul, passaria a fazer parte do império luso e os índios que ali viviam deveriam se mudar para a outra margem do rio Uruguai. Como se negaram a cumprir a determinação, as Coroas ibéricas decidiram enviar tropas para realizar o traslado. A oposição indígena resultou no que se conhece como “Guerra Guaranítica”.

Um dos principais líderes da “resistência” indígena foi Sepé Tiaraju, membro do povo de São Miguel. Guarani-missioneiro, ao que tudo indica, recebeu uma educação aos moldes ocidentais dos jesuítas. Ele teve a capacidade de se sublevar contra as autoridades européias e a ordem do traslado. Junto a ele, várias outras lideranças tomaram parte no conflito, exatamente as lideranças que atuavam como as principais mediadoras entre a população indígena e os padres e demais representante do poder real espanhol.

Sepé morreu em combate no dia sete de fevereiro de 1756 e foi sepultado, depois de ter seu corpo resgatado pelos próprios companheiros. Três dias depois, ocorreu a principal batalha do confronto, em Caiboaté, na qual morreram cerca de mil índios<sup>51</sup>. Em maio, os exércitos ibéricos invadiram o território missioneiro. Ao final, o conflito mostrou-se infrutífero, já que o Tratado de Madri foi anulado pelo de El Pardo, em 1761, e não houve um abandono geral das sete missões orientais.

Independente disso, a atuação de Sepé foi bastante destacada durante a revolta. Porém, compreendo que para falar de Tiaraju e da insurgência contra a transmigração, é preciso antes tratar da história dos guaranis, da história do estabelecimento das missões e da sociedade na qual este vivia.

---

<sup>51</sup> Parece não existir um consenso no número de guaranis mortos entre os diaristas do conflito. Tau Golin mostra em um tabela que José Custódio aponta para 1500, Graell em mais de 1200, ao passo que os jesuítas Tadeo Henis e Bernardo NUSDORFERR indicam 600 e 1000 mortos respectivamente. GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: Como os exércitos de Portugal e da Espanha destruíram povos dos jesuítas e índios guaranis do Rio Grande do Sul (1750-1756)*. Passo Fundo, UPF, 2004, pp. 436.

## 1.1 “O guarani”

Ao propor pensar nos índios como agentes da história colonial, me vejo obrigado a vê-los como protagonistas da história das missões. Para tanto, devo levar em conta a própria história desse grupo antes da conquista e do contato com o europeu. Nesse sentido, é importante pensar além dos estereótipos construídos e dos mitos, não só pela literatura, mas também pela própria historiografia. Esqueçamos a cortina musical que nos acostumamos a ouvir às dezenove horas na Voz do Brasil. “O Guarani”, de Carlos Gomes, baseado na obra homônima de José de Alencar, pouco, ou nada tem a ver com os guaranis<sup>52</sup>. Para um bom entendimento, é necessário tecer um breve panorama sobre este grupo indígena.

Como a sociedade guarani não dispunha de escrita antes da chegada dos jesuítas, recorreremos às descobertas arqueológicas e aos relatos daqueles primeiros colonizadores e religiosos que fizeram contato com os indígenas. Os guaranis ocupavam a região do Chaco até o litoral Atlântico e do rio da Prata até onde hoje é o estado de São Paulo<sup>53</sup>. É consenso entre historiadores que os guaranis têm origem amazônica e que chegaram à região Sul entre três mil e dois mil anos atrás<sup>54</sup>.

A expansão guarani se fez pela conquista das áreas para onde migravam. Os guaranis, em busca de melhores territórios, expulsavam outros grupos. Mesmo que, ao contrário dos tupis, a guerra não fosse um elemento unificador, esta era uma realidade comum para os guaranis<sup>55</sup>. Como possuíam uma melhor tecnologia, podiam se impor sobre os demais, principalmente aos grupos nômades<sup>56</sup>. Mesmo assim, o domínio não se fez somente pela conquista e pela força. Através do contato com outros grupos, difundiram inovações, como a vida em aldeias, a cerâmica e a horticultura<sup>57</sup>.

---

<sup>52</sup> Interessante notar que o personagem de Alencar sequer era um guarani. A história se passa no Rio de Janeiro, onde estes não haviam se fixado. Peri é identificado como oriundo de uma tribo de goitacáses.

<sup>53</sup> MONTEIRO, John Manuel. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI e XVII”. in: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 477-478.

<sup>54</sup> Para o estudo da expansão guarani a partir do estudo arqueológico de fragmentos de cerâmica: BROCHADO, José Proenza. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South America*. Urbana-Champaign, University of Illinois. (Tesis doctoral), 1984.

<sup>55</sup> MONTEIRO, John Manuel. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI e XVII”. pp.480-481.

<sup>56</sup> QUARLERI, Lia. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009. pp. 30.

<sup>57</sup> KERN, Arno Alvarez. “Pré-História e ocupação humana”. In: KERN, Arno A. GOLIN, Tau. SANTOS, M. Cristina dos. *Povos Indígenas*. Passo Fundo, Méritos, 2009, v.5 Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. pp. 59

O ecossistema preferido pelos guaranis era aquele que mais se assemelhava com as condições que tinham na floresta amazônica. Viviam nas áreas próximas à água doce, em ambientes tropicais e subtropicais. Como horticultores plantavam mandioca e milho, além de se dedicarem à caça e pesca, estavam habituados ao manejo agro-florestal, buscando um equilíbrio entre a exploração da terra e o meio ambiente, com o abastecimento voltado para o âmbito doméstico<sup>58</sup>. Eram colonos dinâmicos, que cultivavam e semeavam as terras por onde passavam, podendo ser considerados como semi-sedentários<sup>59</sup>.

Quando procuravam espaços para as aldeias, se assentavam de preferência em áreas próximas às bacias hidrográficas, em clareiras e sobre colinas. Habitavam em casas ovais, onde várias famílias viviam juntas<sup>60</sup>. Essa era a “família extensa”, *teýy*, na língua guarani. Várias dessas famílias formavam as aldeias, ou *amundá*. Um conjunto de aldeias formava um *teko'á*, que unidos eram uma “região”, uma “província”, ou *guará*. Cada nível tinha a sua liderança, conhecido como *tuvichá*, ou *mburuvichá*<sup>61</sup>, ou *morubixaba*.

As lideranças são um ponto extremamente importante para a organização social dos guaranis antes e depois do contato com os europeus. Havia dois tipos: uma religiosa e outra política. A religiosa eram os *karaí*, ou pajés, os xamãs para estes indígenas. Eles não eram ligados ao sistema de parentesco, e como tais, perambulavam pelas aldeias, fazendo curas, previsões. Acreditava-se que através de rituais de canto e dança e das suas forças mágicas podia-se fertilizar o solo, trazer a chuva e a prosperidade. Serviam também como guias que podiam auxiliar em momentos de crise e estimulavam os guaranis a manter suas tradições<sup>62</sup>.

Já as lideranças políticas das aldeias ou das famílias, os caciques, no caso guarani, eram conhecidos como *morubixabas*. Suas funções eram a liderança durante a guerra, o apaziguamento de conflitos internos e a aplicação das leis e dos costumes. Como privilégios do status, não eram obrigados a realizar o trabalho comunal, que

<sup>58</sup> Para uma análise sobre a economia guarani antes da conquista ver: SOUZA, José Otávio Catafesto de. “O sistema econômico nas sociedades guaranis pré-coloniais”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dezembro de 2002.

<sup>59</sup> QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: : Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. pp. 39.

<sup>60</sup> KERN, Arno Alvarez. “Pré-História e ocupação humana”. pp.21

<sup>61</sup> SOARES, André Luis R. *Guarani: organização social e arqueologia*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997, pp. 122-123. Pela forma da sua liderança, pela hierarquia na sociedade e pela agricultura desenvolvida o autor considera os chefes guaranis como inseridos no conceito de “caciques”, pp. 119.

<sup>62</sup> QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: : Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. pp. 35.



controlavam, além de ter o direito à poligamia<sup>63</sup>. Esta era uma instituição que permitia aos chefes ter a colaboração para o trabalho, a defesa da aldeia e a organização de festividades<sup>64</sup>.

Um fator de extrema importância para a liderança era o prestígio alcançado pelo *tuvichava*. Além do conhecimento, da capacidade de alianças, da capacidade de solucionar problemas internos, ele deveria ser generoso e ter o dom da oratória. O domínio da palavra sempre foi muito importante para a sociedade guarani no reconhecimento das lideranças. Estima-se que houve momentos de um cacicado mais forte entre os guaranis, uma espécie de federação de aldeias e a reunião de lideranças. Nessas ocasiões, atuava o *tuvichá-ruvichá*, ou o “cacique entre caciques”. Estas unidades parecem ter existido mesmo depois do contato com os espanhóis<sup>65</sup>. Contudo, a documentação que dispomos sobre o tema se refere ao período colonial, oriundo de jesuítas e espanhóis que tiveram contato com os guaranis, e não temos como fazer tal afirmativa para momentos antes do contato. De qualquer maneira, é importante conhecer a estrutura política dos indígenas para compreendermos a dinâmica das suas lideranças dentro das missões e verificar que elas já existiam mesmo antes da chegada dos ibéricos.

## 1.2 As reduções guarani-jesuíticas

As missões são citadas pelos autores europeus pelo menos desde o século XVIII. Por exemplo, no contexto do iluminismo, chamaram a atenção de Voltaire, na obra *Cândido, ou otimismo*, publicado em 1759. Entre as viagens do personagem principal, o autor descreve uma redução na América. Mesmo que se opusesse ao Antigo Regime, o francês não fazia exatamente uma crítica aos jesuítas, apenas entendia que estes “reproduzem, no Novo Mundo, o ambiente de hipocrisia e obscurantismo existente na Europa de então”<sup>66</sup>.

Um mito difundido sobre as missões foi o do “comunismo primitivo”, principalmente divulgado pela obra de Clovis Lugon. Ele via nas reduções dos guaranis uma comunidade igualitária, uma sociedade fraterna, sem classes e sem privilégios. Acreditava na divisão do trabalho e que as instituições decorriam da solidariedade

<sup>63</sup> KERN, Arno Alvarez. “Pré-História e ocupação humana”. pp. 56.

<sup>64</sup> QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata.: : Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. pp.36.

<sup>65</sup> SOARES, André Luis R. *op. cit.* pp.181.

<sup>66</sup> DOMINGUES, Beatriz Helena. “As missões jesuíticas entre os guaranis no contexto da ilustração”. *História*, São Paulo, v. 25, n.1, pp.54.

fraterna. Tal comunismo primitivo seria possível graças ao modo de vida dos guaranis mais puros e ao trabalho dos jesuítas, ligados a uma forma de cristianismo mais primitivo<sup>67</sup>. Arno Kern contesta essa visão. Para este autor, a sociedade não teria sido igualitária, pois havia uma elite que gozava de certos privilégios. A ideia de um comunismo entre os guaranis parece ter sido uma determinação do passado através do presente vivido por Lugon<sup>68</sup>. A própria existência dos inacianos não parece ser nada próximo ao sugerido por Lugon. A igreja não teria porque ser contra a propriedade privada e esta ordem atendia às necessidades do papa naquele momento. A Companhia de Jesus foi criada em 1540 como uma das respostas da Igreja Católica à reforma protestante, para a busca de novos fiéis na América, através da conversão dos nativos<sup>69</sup>.

As missões não foram apenas uma iniciativa jesuíta com os guaranis. Por todo o globo terrestre, os religiosos da Companhia de Jesus tentaram catequizar os nativos do século XVI ao XIX. Outras ordens, como os franciscanos, também se dedicaram na busca de novos fiéis para a Igreja Católica. Estes, já em 1580, buscavam reunir os guaranis em reduções. A rigor, as missões jesuíticas junto, aos guaranis, se instalaram em uma região de pouco interesse material para o rei católico, pela inexistência de grandes riquezas. Por isso, coube aos religiosos a continuação da conquista sobre estes indígenas<sup>70</sup>. O objetivo da Coroa espanhola com as reduções era inserir os guaranis no projeto colonial<sup>71</sup>.

As primeiras missões organizadas por jesuítas se localizavam no Guairá, próximo ao rio Paranapanema, em 1610. Com os ataques dos bandeirantes<sup>72</sup>, os jesuítas se viram obrigados a abandonar a região, optando pelo Itatin, nas margens do rio Paraguai. O processo de evangelização continuou em expansão até a região do Tape, passando pelos rios Paraná e Uruguai. No entanto, os índios continuavam sendo alvo

<sup>67</sup> LUGON, Clovis. *A República "comunista" cristã dos guaranis: 1610-17868*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, pp.336-346.

<sup>68</sup> KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1982, pp. 250-259.

<sup>69</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. "As Missões jesuítico-guaranis". in: CAMARGO, Fernando. GUTFREIND, Ieda. REICHEL, Heloisa. *Colônia*. Passo Fundo, Méritos, 2004, v.1, Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. pp. 105.

<sup>70</sup> MONTEIRO, John Manuel. "Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI e XVII". pp. 489.

<sup>71</sup> MELIÁ, Bartomeu. *El guarani conquistado y reducidos-ensayos de etnohistoria*. Assunción, Biblioteca Paraguaya de Antropología, CEADUC-CEPAC, 1985, vol.V, pp.175.

<sup>72</sup> Os bandeirantes eram súditos da região de São Paulo da Coroa portuguesa responsáveis pela expansão lusitana na América e pelo aprisionamento de indígenas para mão-de-obra escrava. Entretanto, tiveram uma forte relação com os nativos, podendo ser considerados um interessante caso sobre mestiçagem. Devido a este contato também são conhecidos como mamelucos. Sobre o assunto dos bandeirantes destaca-se: MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

dos bandeirantes e dos *encomienderos*. O ataque dos paulistas foi constante até 1641, quando foram derrotados pelos indígenas na batalha de M'boraré<sup>73</sup>. No entanto, as reduções que haviam no Tape não conseguiram resistir aos ataques e às bandeiras durante o século XVII, sendo deslocadas para a margem ocidental do rio Uruguai.

Muitos historiadores entendem que os bandeirantes, ou paulistas, ou *mamelucos del Brazil*, capturavam os guaranis por estes já estarem disciplinados ao trabalho pelos jesuítas. Contudo, estas primeiras missões ainda eram muito rudimentares e incipientes. Como foi visto, os guaranis já tinham conhecimentos de horticultura antes do contato com os europeus. Os bandeirantes já faziam incursões e se relacionavam com os guaranis desde o século XVI, inclusive nas proximidades da laguna dos Patos<sup>74</sup>.

Somente após o século XVII, os jesuítas voltaram a estabelecer reduções no lado oriental do rio Uruguai. Assim, entre 1682 e 1706, foram fundadas São Borja, São Nicolau, São Luiz, São Lourenço, São Miguel, Santo Ângelo e São João<sup>75</sup>. Chamo atenção para a função geopolítica dessas reduções, devido à situação de fronteira entre os impérios espanhol e português. Contudo, é importante entender que essas sete reduções, que se encontram no território onde hoje é o Rio Grande do Sul, estavam em um universo de outras vinte e três, resultando em trinta missões guaranis na Província Jesuítica do Paraguai. A área ocupada pelos trinta povos abrangia partes dos atuais territórios do Paraguai, da Argentina e do Brasil.

A planta arquitetônica do conjunto urbano nas reduções era praticamente a mesma das principais cidades da Espanha colonial. Em forma de tabuleiro, a redução geralmente contava com uma praça central cercada pelas ruas principais, onde se localizavam a casa dos padres, a igreja, a casa das viúvas e dos órfãos, e o prédio do Cabildo. Havia também o armazém, as oficinas e um cemitério próximo ao templo. As casas dos índios, fabricadas com tijolos em adobe, se localizavam frente à praça, do lado oposto à igreja. Assim, separava-se o domínio dos jesuítas das casas dos índios, sem que nenhuma das partes ficasse no centro<sup>76</sup>. O ordenamento dos prédios obedecia a ângulos retos e linhas paralelas, conforme o regimento da *Recopilación de las leyes de*

---

<sup>73</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. pp. 89-92.

<sup>74</sup> MONTEIRO, John Manuel. "Os Guaraní e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI e XVII". pp. 490-491.

<sup>75</sup> PORTO, Aurélio. *op. cit.* pp. 295-338.

<sup>76</sup> HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo, Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1990. pp. 196-197.

*Índias*. Entretanto, ainda existiam as grandes casas comunais, onde habitavam núcleos familiares guaranis, chefiados pelos caciques<sup>77</sup>.

Quanto à economia, destacava-se a produção da erva-mate, além da criação de gado. Os índios, como vassallos do rei espanhol, deviam pagar-lhe tributos, obrigatoriamente em dinheiro, portanto era necessária a venda dessa produção. No que cabia à propriedade, havia de dois tipos: o amambaé e o tupambaé. O amabaé, ou “posse do índio”, era o solo que pertencia à comunidade para que todos desfrutassem dele. O âmbito privado era apenas o da produção, para fins próprios, resultando numa posse para uso pacífico. O tupambaé, ou “posse de Deus”, eram os bens comunais, originalmente voltados para oferendas religiosas. No período missioneiro, o tupambaé se voltou para abastecer os padres e os pobres, além de possibilitar a construção de igrejas e escolas nas reduções<sup>78</sup>. Na realidade, “propriedade” era um conceito estranho aos guaranis e não lhes fazia sentido. Seguiu-se, dessa maneira, uma lógica semelhante a do período anterior a conquista.

Apesar da relativa auto-suficiência, não devemos pensar que as missões estavam separadas do resto da América Espanhola, como se fossem outro Estado. Além de responder ao Superior das Missões, liderança jesuítica, os missioneiros ainda deviam obediência para as autoridades espanholas locais. Mas, ao contrário do que alguns podem pensar, jamais houve uma federação indígena organizada entre os trinta povos<sup>79</sup>, apenas momentos de união entre algumas reduções.

Muitas vezes, os indígenas prestaram auxílio como mão-de-obra em construções ou como milícias nos combates contra os portugueses. As missões estavam inseridas na legislação da *República de Índios*, normatização sobre os nativos da América prevista nas *Leyes de Índias*<sup>80</sup>. As *encomiendas* eram o direito de tributar em bens e em trabalho os índios de certas regiões, aldeias ou grupos, dadas como concessões pela Coroa Espanhola, aos primeiros conquistadores, por serviços prestados<sup>81</sup>. Por isso, após anos

<sup>77</sup> KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. pp.211-212.

<sup>78</sup> CARBONELL DE MASY, Rafael. *Estrategias de desarrollo rural en los pueblos Guaraníes (1609-1767)*. Con las colaboraciones indicadas de los Dres. Teresa Blumers y Ernesto J. A. Maeder. Barcelona, Antoni Bosch Editor, 1992, pp. 166-170.

<sup>79</sup> KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. pp. 49.

<sup>80</sup> Para uma análise sobre o trabalho dos guaranis junto às autoridades espanholas ver: NEUMANN, Eduardo Santos. *O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial – 1640/1750*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1996.

<sup>81</sup> O estatuto da *encomienda* foi implementado até metade do século XVI. O tratamento dos encomendeiros aliado às doenças que os europeus trouxeram para América resultou em uma elevada taxa de mortalidade entre os índios. A partir do fim dela, os nativos se viram obrigados a pagar o tributo para o rei espanhol. Para as relações de trabalho na América Colonial: CARDOSO, Ciro Flamarion. *O trabalho na América Latina colonial*. São Paulo, Editora Ática, 1985.

de conflitos, os guaranis teriam aceitado a vassalagem. Em troca, não corriam mais o risco de serem escravizados pelo colonizador português, nem capturados e obrigados a trabalhar na *encomienda* para os espanhóis<sup>82</sup>.

Entretanto, engana-se quem imagina que os guaranis aceitaram a ação dos encomendeiros sem reagir. A resistência indígena se mostrou em diversas rebeliões contra os conquistadores durante o século XVI, provavelmente devido a introdução de um sistema de trabalho estranho aos indígenas e a humilhação que isto lhes significava. A intervenção dos religiosos, inicialmente franciscanos, veio para estabelecer uma pacificação entre espanhóis e guaranis<sup>83</sup>. Meliá, porém, destaca que apesar da boa acolhida que os guaranis deram aos religiosos, estes ainda permaneceram resistindo. Não se tratava mais da resistência armada que houvera no século XVI. Evidente que em alguns momentos houve violência contra os padres, além de diversas fugas das reduções. Mas Meliá ainda destaca uma resistência espiritual, com a permanência de práticas ligadas à religiosidade guarani através dos pajés<sup>84</sup>.

A política guarani nas missões merece uma discussão a parte. Posso adiantar que as funções dos antigos *tubichás* foram mantidas do período pré-colonial. Além disso, instituiu-se nas reduções guarani-jesuíticas o cabildo, órgão que já existia nas cidades da América Espanhola, que será melhor abordado mais adiante. Os religiosos acabaram formando uma elite guarani. Contudo, não era uma elite na qual todos os membros tinham a mesma função. Os elementos desta podiam se destacar tanto por suas aptidões artísticas, como pelo seu empenho e devoção à religião católica, quanto pelas funções administrativas que viriam a desempenhar. Estes últimos fizeram parte das lideranças locais, justamente o próximo assunto a ser tratado.

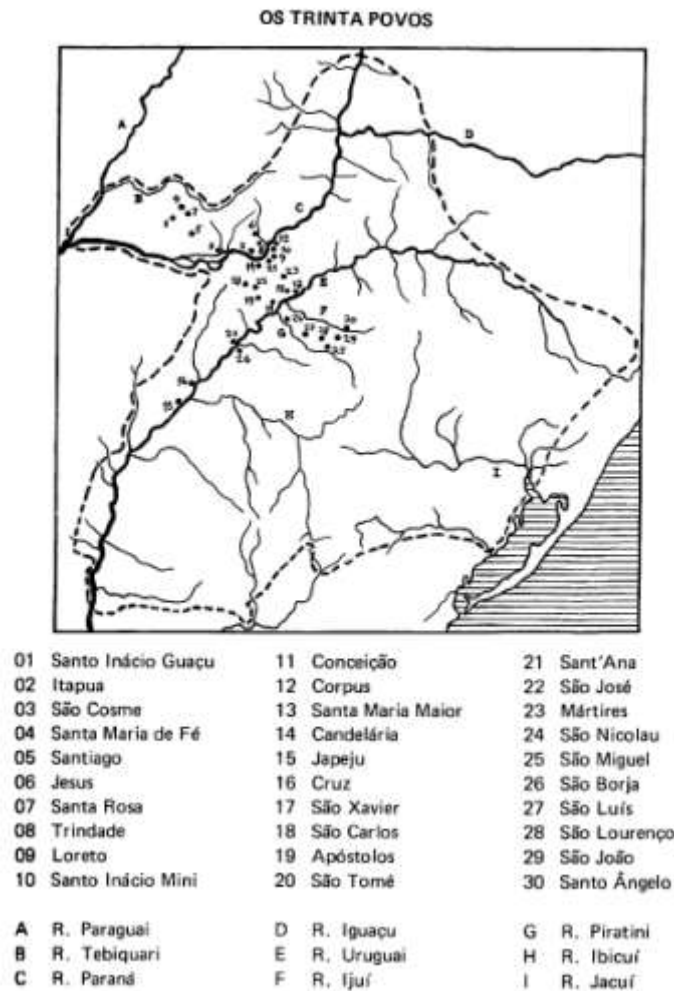
---

<sup>82</sup> KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. pp. 60-64.

<sup>83</sup> NECKER, Louis. “La reacción de los guaraníes frente a la conquista española del Paraguai: movimientos de resistencia indígena (Siglo XVI)”. pp.18-19.

<sup>84</sup> MELIÁ, Bartomeu. *op. cit.* pp. 178-183.

FIGURA 1



Legenda: No mapa, percebe-se as trinta reduções guaranis que fizeram parte do complexo de missões jesuítas da América Meridional.

Referência: BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Livraria Sulina Editora, 1978, pp. 31.

### 1.3 Lideranças Indígenas

Sepé Tiaraju nunca foi cacique ou *morubixaba*. Foi no máximo alferes e corregedor no cabildo de São Miguel. No entanto, é apontado como um dos principais chefes guaranis durante o conflito com as tropas ibéricas. Os diários dos padres Bernardo Nusdorff e Tadeo Henis o apontam como capitão dos guaranis. Se Sepé não era cacique, como pode ter tanto destaque no comando dos indígenas no momento do confronto? Para entender, é importante sabermos quais eram as dinâmicas das lideranças indígenas, não só nas reduções, como também em toda América Colonial.

A relevância do estudo com as lideranças e elites indígenas tem crescido nas últimas décadas. Este tipo de pesquisa só foi possível com o surgimento de uma “Nova História Indígena”, que projetou a fronteira “como um território imaginado, instável e permeável de circulação”. Os pesquisadores ligados à “Nova História Indígena” pretendem levar em conta o “ponto de vista dos indígenas”, para contar a sua participação na história colonial<sup>85</sup>.

No Brasil, John Monteiro aponta que o trabalho acadêmico com os indígenas foi, por muito tempo, marcado pela ideia pessimista de Varnhagen sobre estes: “de tais povos na infância não há história: há só etnografia”<sup>86</sup>. Monteiro atribui a apropriação da “Nova História Indígena” por pesquisadores no Brasil ao interesse manifestado nos estudos referentes ao período colonial, nos anos oitenta, e aponta para a combinação entre a antropologia e a história, na formação dos estudos “etno-históricos” que serão melhor explicados mais adiante<sup>87</sup>.

Outro mito bastante propagado sobre as missões é o do controle dos padres. Dizia-se da eliminação da cultura guarani e da implementação, por meio de coerção do cristianismo. Ora, como dois padres poderiam impor algo perante cerca de dois mil, ou mais índios? Uma possível resposta está na relação entre os jesuítas e as lideranças indígenas. O padre Antonio Sepp diria que ao se catequizar um grupo de indígenas, era necessário começar pela cabeça e partir daí os demais o seguiriam<sup>88</sup>.

A conquista através das lideranças não era uma particularidade dos guaranis. Foi uma estratégia utilizada pelos espanhóis e portugueses em grande parte do Novo Mundo. Sobre a América Portuguesa, Maria Regina Celestino de Almeida, que teve em John Monteiro o orientador de seu doutorado, destaca que a partir do século XVI, as lideranças dos índios aldeados no Rio de Janeiro tinham direito a títulos, cargos e prestígio na sociedade<sup>89</sup>. Poloni-Simard trabalha com povos andinos e encontra a mesma característica na região. Ao reconhecer tais privilégios, a Coroa espanhola criava

<sup>85</sup> BOCCARA, Guillaume. “Fronteras, mestizaje e etnogênese en las Américas”. In: MANDRINI, Raúl J. e PAZ, Carlos D. (comp) *Las fronteras hispanoscriollas del mundo indígenalatinamericano en los siglos XVIII-XIX: Un estudio comparativo*. Tandil, IEHS, 2003, pp. 64-65.

<sup>86</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1980 [1854-57]. *História Geral do Brasil*, 7a ed., 5 vols., São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia (primeira edição 1854). apud: MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. pp. 3.

<sup>87</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. pp. 5.

<sup>88</sup> SEPP, Anton 1973a *Continuación de las labores apostólicas*. Buenos Aires. EUDEBA. Tomo 2. apud: WILDE, Guillermo. *Antropología histórica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. Tese (Doutorado) Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2003, pp. 42.

<sup>89</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Índios Aldeados no Rio de Janeiro colonial-novos súditos cristãos do império português*. Tese (doutorado), IFCH, Unicamp, Campinas, 2000, pp. 280.

uma nobreza nativa que servia como mediadora entre os conquistadores e os indígenas<sup>90</sup>.

Gruzinski, autor de *O Pensamento Mestiço*, aponta para a mesma situação no México recém-conquistado, ao afirmar que os filhos da nobreza indígena frequentavam a escola, aprendiam latim e clássicos da Antiguidade<sup>91</sup>. Criavam-se espaços para a mediação entre as diversas culturas existentes no novo mundo. Nesses espaços se construía laços interétnicos entre índios e europeus<sup>92</sup>. O que ocorreu na América, para Gruzinski pode ser chamado de mestiçagem. Esta não foi somente biológica, como no caso dos casamentos entre filhas de líderes indígenas e espanhóis, ou na violência sexual que se fazia presente nos abusos cometidos pelos conquistadores. Foi também cultural. Assim, se desenvolveram diversas formas de vidas provenientes de todo tipo de mistura. Por isso, é necessário não pensar mais nestas mesclas como contaminação<sup>93</sup>. Devemos nos afastar da ideia do indígena puro antes do contato e do “aculturado” pelos europeus. Mais adiante pretendo retomar e expandir este tema.

Conceito semelhante é o de etnogênese, ligado a formação de novos grupos étnicos, tanto biológica como culturalmente. Refiro-me ao termo que Boccara retoma quando fala na capacidade de adaptação das sociedades indígenas às novidades trazidas pelos elementos estrangeiros, no caso os espanhóis. Esta perspectiva é trazida pela etno-história, que busca combinar elementos tanto da história, como da antropologia. A combinação entre história e antropologia não é novidade. Já no surgimento da Escola dos *Annales*, os historiadores viriam a se interessar pelos estudos antropológicos. Na segunda geração, é notável a relação entre a longa duração de Braudel e o estruturalismo de Levi-Strauss<sup>94</sup>. Outro exemplo seria o trabalho do norte-americano Robert Darnton, *O grande massacre de gatos*. O autor deixa claras as semelhanças entre sua obra e as propostas de Clifford Geertz em relação a um trabalho etnográfico<sup>95</sup>.

No entanto, a etnohistória tem como uma das premissas justamente a adaptação e as mudanças que as sociedades indígenas sofreram e promoveram perante as situações

---

<sup>90</sup> POLONI-Simard, Jacques. “Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas”, *Anuario del IEHS* 15(2000), pp. 94.

<sup>91</sup> GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo*. Barcelona, Paidós, 2000, pp. 99.

<sup>92</sup> POLONI-Simard, Jacques. “Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas”. pp. 100.

<sup>93</sup> GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo*. pp. 42.

<sup>94</sup> Este tema é trabalhado pelo historiador francês em BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais: a longa duração”. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

<sup>95</sup> DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.



impostas pela conquista<sup>96</sup>. Por isso, não temos mais a antiga dicotomia criada por Levi-Strauss de sociedades frias, que se opuseram às mudanças, e sociedades quentes, que as teriam aceito. Isto se tornou em mais um clichê sobre o tema, pois a ênfase dos estudos se daria nas sociedades que teriam resistido, sendo, assim, mais próximas do natural<sup>97</sup>.

Esta visão estruturalista e teórica acaba sendo a-histórica, por petrificar os homens no passado e lhes negar qualquer tipo de alteração no decorrer do tempo<sup>98</sup>. Não podemos dizer que os índios que tiveram contato com os europeus e que foram aculturados deixaram de ser índios, seria negar-lhes a sua identidade. Sobre a questão da aculturação, prefiro o termo “ocidentalização”, proposto por Serge Gruzinski. A ocidentalização está relacionada à tentativa dos europeus de uma transposição do seu continente na América e que esta tropeçou em resistências e adaptações por parte dos nativos do Novo Mundo<sup>99</sup>.

As transformações pelas quais os indígenas passaram não foram somente imposições dos conquistadores. Foram também consequências das adaptações dos índios às novas realidades e muitas vezes partiam de seus próprios interesses<sup>100</sup>. Era uma forma de resistência e de sobrevivência encontrada pelos nativos. Por isso, muitas vezes os indígenas acabavam assumindo as identidades que lhes eram atribuídas pelos europeus.

O principal da etnohistória parece ser a necessidade de romper com o entocentrismo. Somente escapando dele, podemos entender a história através das estratégias tomadas pelos próprios indígenas, restituindo a ação de grupos normalmente tidos como subalternos<sup>101</sup>. Na América Espanhola, os índios estão entre os protagonistas do período colonial, tanto pelas mestiçagens, como pela sua participação destes junto à tentativa de reconstruir a Espanha na América<sup>102</sup>. Inclusive na luta dos espanhóis contra outros povos. Exemplo: Cortés só pode derrotar os astecas com o apoio de outras populações indígenas do México<sup>103</sup>.

<sup>96</sup> BOCCARA, Guillaume. *op. cit.* pp. 65.

<sup>97</sup> GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo*. pp. 30.

<sup>98</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Índios Aldeados no Rio de Janeiro colonial-novos súditos cristãos do império português*. pp. 6.

<sup>99</sup> GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo*. pp. 93-109.

<sup>100</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Índios Aldeados no Rio de Janeiro colonial-novos súditos cristãos do império português*. pp. 6.

<sup>101</sup> BOCCARA, Guillaume. *op. cit.* pp. 64.

<sup>102</sup> GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo*. pp. 109.

<sup>103</sup> RESTALL, Matthew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, pp. 96-106.

Para Guillermo Wilde, as reduções guaranis foram um caso de processo de etnogênese que resultaram em uma nova categoria étnica: o guarani-missionero<sup>104</sup>. O autor compreende este indígena como um novo grupo étnico, uma nova categoria de pertencimento oriunda da evangelização<sup>105</sup>.

O historiador norte-americano Gary Clayton Anderson entende que a etnogênese abriga uma transformação de grupos, com a incorporação de elementos estrangeiros novos para se adaptar à nova situação<sup>106</sup>. De modo parecido, o historiador norte-americano Jonathan Hill a define como uma “adaptação criativa à mudanças violentas”, como migrações forçadas<sup>107</sup>. Baseada nesses suportes, a também historiadora norte-americana Barbara Ganson, autora de *The Guaraní under Spanish rule in the Rio de la Plata*, atribui aos trinta povos uma hibridização entre a cultura guarani e a cultura espanhola. Os guaranis e os jesuítas teriam construído um mundo novo nas missões. A este processo, a autora dá o nome de transculturação, no qual o guarani seleciona o que irá aceitar ou rejeitar daquilo que os europeus oferecem, entendendo que as mudanças foram resultados de escolhas realizadas pelos próprios indígenas<sup>108</sup>. A autora enxerga esta mistura entre tradições em elementos como o uso de ervas para curas que os jesuítas teriam incorporados dos guaranis<sup>109</sup>, o que evidenciaria o processo de etnogênese como uma via de mão dupla: tanto os índios se apropriam de elementos trazidos pelos europeus, como estes fazem uso dos conhecimentos dos nativos, modificando os próprios hábitos devido ao contato.

Isso adquire sentido se compreendermos que a adoção do modo de vida cristã não levou os guaranis ao abandono do modo de vida antigo, tradicional. Wilde aponta para uma “sobreposição, uma duplicidade”, que acabaria gerando “ambivalências e ambigüidades”<sup>110</sup>. Ambos os autores trabalham com a noção de “agency”. Barbara Ganson vai enxergar a “agency” entre os guaranis na maneira como estes souberam selecionar e recriar as idéias, os costumes, a cultura material dos “outros”, no caso, os

<sup>104</sup> WILDE, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo Guaraní Misionero (1750-1850)*. pp. 10

<sup>105</sup> Idem, pp.35.

<sup>106</sup> ANDERSON, Gary Clayton. *The Indian Southwest, 1580-1830: Ethnogenesis and Reinvention*. Norman, University of Oklahoma Press, 1999, pp.4-5.

<sup>107</sup> HILL, Jonathan. “Introduction: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992”. in: HILL, Jonathan (org). *History, Power and Identity: Ethnogenesis in the Americas*. Iowa City, University of Iowa Press, 1996, pp. 1.

<sup>108</sup> GANSON, Barbara. *The Guaraní under Spanish rule in the Rio de la Plata*. Stanford, Stanford University Press, 2003., pp. 84.

<sup>109</sup> Idem. pp. 10-12.

<sup>110</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de los guaraníes*. pp. 156.

européus<sup>111</sup>. O antropólogo argentino Guillermo Wilde chama a atenção para uma “agency” que além de devolver o protagonismo histórico para os indígenas, compreende a “singularidade dos regimes de historicidade nativos”, ou faz a “história no sentido indígena”. Para isso, é importante compreender a categoria do guarani-missioneiro e que ele pode realizar suas escolhas através de “lógicas e noções inspiradas em tradições e memórias sedimentadas”<sup>112</sup>.

Agrega-se, ainda, o fato de que o índio não era totalmente submisso ao jesuíta no território missioneiro. Ele se inscrevia nesse espaço, contribuindo para a criação do que pode ser entendido como identidade missioneira<sup>113</sup>. Mais do que isso, criava-se uma identidade reducional. Seria errado generalizar as características das missões a partir de modelos para todas elas. Mesmo entre as trinta reduções havia uma diversidade étnica e diferenças nas organizações políticas<sup>114</sup>. Num ponto de vista semelhante, Maria Regina Celestino de Almeida destaca a constituição de identidade dos índios aldeados no Rio de Janeiro. Segundo a autora estes indígenas eram vistos e se viam como membros do seu aldeamento. As novas situações que caracterizaram a conquista possibilitaram a formação de novas identidades. Mais do que isso: as aldeias se mostravam como um espaço de sobrevivência no mundo da conquista, tendo sido a inserção nas aldeias, como uma forma de adaptação às transformações impostas pelos europeus<sup>115</sup>.

A mesma autora expõe o conceito de uma “resistência adaptativa”, baseada na obra de Steve Stern. Segundo este autor, colaborar com os europeus, integrando-se à sociedade colonial, também pode significar resistência e não somente a “luta heróica” contra o invasor espanhol. Esta adaptação significava uma luta pela sobrevivência dos grupos étnicos frente às mudanças impostas pela Conquista<sup>116</sup>. Almeida propõe que os aldeamentos sejam entendidos como algo a mais do que um espaço de dominação e resistência, um espaço onde a própria cultura dos índios foi recriada. A colaboração pode ser vista como uma forma de negociar certas vantagens com a sociedade colonial, com o indígena resistindo e adaptando-se a ela<sup>117</sup>.

<sup>111</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 12.

<sup>112</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de los guaraníes*. pp. 36-37.

<sup>113</sup> Idem, pp.125.

<sup>114</sup> QUARLERI, Lía. “La rebelión anunciada de las Misiones Guaraníes del antiguo Paraguay”. *Suplemento Antropológico*, Asunción, Vol, XL, n.2, 2005, pp. 44-45.

<sup>115</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Índios Aldeados no Rio de Janeiro colonial-novos súditos cristãos do império português*. pp. 279-280.

<sup>116</sup> STERN, Steve J. “Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics”. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge University Press, Vol. 24, 1992, pp 4-25.

<sup>117</sup> Idem, pp.11-12.

No que cabe às reduções guaranis na América Espanhola, Maria Cristina Bohn Martins analisando as Cartas Ânuaas do século XVII, entende que foram espaços para reconstrução da vida humana a política do índio. Elas teriam sido o espaço para rearranjos e adaptações, da “construção de estratégias que permitissem aceitá-las como um espaço de vida possível”<sup>118</sup>. Apontando para as resistências, a defesa e a acomodação à situação das missões, demonstra que houve comportamentos que se afastavam das normas reducionistas, como por exemplo, no que se relaciona à poligamia e relacionamentos fora do casamento religioso<sup>119</sup>. Os desvios também se faziam presentes no cotidiano, como a ausência na missa, no trabalho e nas festas<sup>120</sup>.

Muito do que esta autora entende como resistência vem da obra de Michel de Certeau. Este aponta para as táticas, ou as “engenhosidades” utilizadas pelo fraco, os recursos que tem para escapar da ordem. Para tanto jogariam no “terreno que lhes é imposto”, tirando partido das forças que o submetem<sup>121</sup>. Certeau vai chamar atenção às “práticas cotidianas” e traz o exemplo dos indígenas que, mesmo submetidos e consentidos na dominação, “faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa, que não aquela que o conquistador julgava obter”. Os indígenas não as rejeitavam ou as modificavam, mas se submetiam a elas, utilizando-as para seus próprios interesses<sup>122</sup>.

O papel dos padres na catequização e redução dos índios não deve ser descartado. Como já foi dito, a atuação dos religiosos diante das lideranças foi fundamental nesse processo. Assim como Gruzinski observou que, no México, os filhos dos chefes indígenas frequentavam as escolas, o mesmo acontecia nas missões jesuíticas. Os jovens das elites deveriam ser ensinados na doutrina católica, além de aprenderem a ler e a escrever, para que, no futuro, pudessem influenciar a comunidade a aceitar a presença dos padres e a vida nas missões<sup>123</sup>.

O cacique foi de fundamental importância para a implementação das missões. Os *morubixabas* recebiam dos jesuítas o título de “Don” e tiveram seu antigo poder reconhecido pelos religiosos. Formavam uma nobreza indígena local, ligados à

<sup>118</sup> MARTINS, Maria Cristina Bohn. “Sobre as práticas guaranis nas Reduções”, *História-Unisinos. História UNISINOS*. São Leopoldo, jan/jul 2004, n.9, vol.8 , pp. 124

<sup>119</sup> Idem, pp. 117-118.

<sup>120</sup> Idem, pp. 122.

<sup>121</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994, pp.100-101.

<sup>122</sup> Idem, pp.37-39.

<sup>123</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 79-80.

administração colonial<sup>124</sup>. Mesmo que o título de “Don” fosse um símbolo de status, jamais tiveram uma vida extremamente suntuosa, como se observa em outros momentos na História da conquista da América<sup>125</sup>. Outro símbolo desse status era o recebimento do bastão. Esses elementos foram importantes para a noção de hierarquia junto aos indígenas<sup>126</sup>.

Outra instituição dos espanhóis que se destacou nas missões foi o cabildo. Assembleia presente nas cidades hispânicas, esta fora posta em prática nas reduções e pueblos pela legislação para a colônia. Era basicamente composto de:

um Corregedor, posteriormente, um Tenente de Corregedor, se necessário, dois Alcaldes da Irmandade, um Alferes Real, Regedores, um Alguazil Mor (ou 2 se necessário), um Mayordomo e um Secretário. Na língua guarani, o Corregedor era denominado *Poroquaitara* (o que dá as ordens), os Regedores eram os *Cabildoiguara* (pertencentes ao Cabildo), o Alcaide era o *Ibirayazú* (o que leva o bastão) e o Cacique continuava a se denominar Tubichá.<sup>127</sup>

O cabildo, por ser uma instituição que não surgiu espontaneamente entre os guaranis, demonstrava uma noção diferente de autoridade daquelas que os indígenas conheciam. Contudo, não foi difícil de introduzi-lo nas reduções<sup>128</sup>.

Tanto os caciques como os cabildos estavam inseridos nas práticas do sistema colonial, sendo reconhecidos como destaques pelas autoridades espanholas<sup>129</sup>, que davam a legitimidade às lideranças indígenas e definiam seus limites<sup>130</sup>. Fazia parte da ação de atrair as lideranças indígenas (tantos *morubixabas* como membros do cabildo) por parte dos religiosos. Porém, assim como havia grupos mais receptivos, havia grupos que rechaçavam a proposta dos jesuítas<sup>131</sup>. Isso evidencia que, apesar de serem vassalos do rei da Espanha, os guaranis tinham as suas escolhas. A opção pelas reduções, no lugar de ser presa para os bandeirantes a procura de escravos ou a se sujeitar ao regime da *encomienda*, parece ter sido apenas uma destas escolhas, o que pode nos remeter ao conceito de “agency” apresentado por John Monteiro.

O cabildo era eleito a cada ano e seus cargos precisavam ser referendados pelas autoridades espanholas e jesuítas. Formava-se uma “burocracia” administrativa e com poder de polícia, com seus membros escolhidos tanto pelo prestígio, como pelo

<sup>124</sup> KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. pp. 40.

<sup>125</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 58.

<sup>126</sup> Idem, pp. 75.

<sup>127</sup> KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. pp. 46.

<sup>128</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de los guaraníes*. pp. 55.

<sup>129</sup> KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. pp. 36-37.

<sup>130</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de los guaraníes*. pp. 140.

<sup>131</sup> Idem, pp. 107.

parentesco com a elite. Em geral, o cargo de corregedor correspondia ao cacique<sup>132</sup>, contudo, isso não era necessariamente uma regra. Sepé Tiaraju não é apontado como um cacique, mas chegou ao posto de corregedor de São Miguel. Temos, no seu caso, um homem de destaque baseado no prestígio daqueles junto aos guaranis. Salienta-se que metade do século XVIII, momento do conflito, a instituição cabildo já estava bem assimilada pelos indígenas.

Apesar da consolidação do cabildo, os caciques continuaram com suas funções econômicas e políticas. Para Wilde, “a base dessas funções foi um conjunto de redes recíprocas e parentais que tinha com membros do seu cacicado”<sup>133</sup>. A manutenção do cacique no sistema missioneiro foi importante para os guaranis, pois assim mantinham certa autonomia, além de utilizar o sistema de cacicados para organizar o espaço e o tempo dentro das reduções. Ainda permitia aos jesuítas que evitassem o aparecimento de formas autônomas de controle político, que pudessem escapar-lhes e formar alguma espécie de resistência mais frontal à organização reducional<sup>134</sup>.

Não obstante, a permanência do poder dos *morubixabas* nas missões e a forma como os jesuítas escolheram estes líderes nem sempre foram bem aceita pelos guaranis. Alguns caciques não tinham o mesmo prestígio nem carisma paterno<sup>135</sup> e ocorria um problema de sucessão. Enquanto os jesuítas tentavam impor um sistema de hereditariedade, baseado nas linhagens européias, os guaranis seguiam uma ideia distinta de política para transmissão do poder<sup>136</sup>. A sucessão guarani não necessariamente era para o filho, mas para aquele com maior prestígio junto aos demais, desde que tivesse uma proximidade familiar com o líder anterior. A imposição de filhos diretos dos *morubixabas* levou ao surgimento de uma “casta burocrática”, ligada ao cabildo e aos jesuítas, mas distanciada da tradição e da legitimidade que os índios conferiam aos seus líderes. Estas autoridades impostas eram conhecidas como “caciques de papel”; não eram bem aceitas pelas comunidades dos povos e representavam apenas um dos conflitos entre os guaranis e os jesuítas<sup>137</sup>.

Se o prestígio era uma das características das lideranças guaranis, uma das formas de consegui-lo junto às autoridades era o valor demonstrado na guerra, sendo inclusive uma das funções do cacique antes do contato com os europeus, a liderança

<sup>132</sup> WILDE, Guillermo. *Antropología histórica del liderazgo Guaraní Misionero (1750-1850)*. pp.57.

<sup>133</sup> Idem, pp. 61.

<sup>134</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de los guaraníes*. pp. 131.

<sup>135</sup> KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. pp. 42.

<sup>136</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de los guaraníes*. pp. 54.

<sup>137</sup> Idem, pp. 138-141.

militar, como já dito anteriormente. Portanto, para além do uso da palavra e do carisma o líder deveria demonstrar ser um valente guerreiro<sup>138</sup>. Sepé já fazia parte do cabildo de São Miguel, como alferes, porém teve seu prestígio obtido no campo de batalha e nos contatos com portugueses e espanhóis. Foi uma liderança forjada, construída e não imposta pelas autoridades coloniais, como era o caso dos “caciques de papel”. Todavia, o conflito foi um momento único em que os índios tomaram para si o poder político e relegaram aos padres a questão religiosa, como será visto a seguir.

**FIGURA 2**



Legenda: Mapa representado as determinações do Tratado de limites de 1750 entre Portugal e Espanha. Percebe-se que a região onde hoje é o noroeste do Rio Grande do Sul localizavam-se as reduções cujos membros deveriam transmigrar rumo a outra margem do rio Uruguai.

Fonte: MAEDER, Ernesto e GUTIERREZ, Ramón. *Atlas Histórico del Nordeste Argentino*. Resistencia, CONICET-FUNDANORD, 1995. Apud.: QUARLERI, Lia. “El territorio jesuítico-guaraní: del enfrentamiento de sentidos al conflicto armado (1750-1761)”, *Historia UNISINOS*. São Leopoldo, maio/ago 2007, n.11(2), pp 179.

<sup>138</sup> KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. pp. 38.

#### 1.4 O Tratado de Madri e a resposta indígena

Em treze de janeiro de 1750, os reis da Espanha, D. Fernando V, e de Portugal D. João V, assinaram o Tratado de Madri, que pretendia dar um fim aos litígios pelas fronteiras na América entre as duas Coroas. Dentre as determinações, como se sabe, estava a troca do território das sete reduções orientais, que passariam a fazer parte do império luso, pela Colônia de Sacramento. Ficou acertado que os índios que habitassem estes povoados sairiam de lá com seus “bens móveis e semoventes”, indo para a margem ocidental do rio, e deixariam as “casas, igrejas e edificios e a propriedade e posse do terreno” para os portugueses<sup>139</sup>.

Estaria tudo certo, se também combinassem antes com uma das partes do acordo: os guarani-missioneiros. Estes não aceitaram a ordem do traslado para outras terras. Vários fatores estavam envolvidos nessa oposição por parte dos indígenas. Evidentemente que não iriam simplesmente deixar a terra e procurar por outra. O rei espanhol ofereceu uma quantia irrisória de dinheiro e não deu o acesso aos solos férteis<sup>140</sup>. Os índios não aceitariam abandonar a sua terra por outra que julgavam pior. Porém, não era somente a questão material da terra que estava em jogo. Os guaranis a ligavam com o mundo espiritual. Seus antepassados haviam vivido ali, estavam enterrados ali e, além disso, haviam edificado todo aquele centro urbano<sup>141</sup>.

Os índios se sentiam traídos pelo rei espanhol, por este estar rompendo com o pacto de vassalagem. Segundo a teoria contratualista, este pacto previa obrigações e deveres de ambas as partes. Os índios estariam cumprindo o seu papel e entediam estar no direito de desobedecer por julgar que a decisão do abandono da terra era injusta para o “bem comum”<sup>142</sup>. Mas ainda havia uma outra questão: os índios das missões orientais consideravam os portugueses seus inimigos históricos, devido ao passado de conflitos contra os bandeirantes e contra as tropas portuguesas que ocupavam as fronteiras meridionais entre as terras das duas Coroas<sup>143</sup>.

Para compreender a insistência dos guaranis em não desocupar as missões e suas estâncias é importante o conceito de territorialização. Para o antropólogo João Pacheco, essa noção pode ser entendida como um

<sup>139</sup> PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. pp. 420

<sup>140</sup> QUARLERI, Lía. “La rebelión anunciada de las Misiones Guaraníes del antiguo Paraguay”. pp. 47.

<sup>141</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 95.

<sup>142</sup> QUARLERI, Lía. “La rebelión anunciada de las Misiones Guaraníes del antiguo Paraguay”. pp. 61

<sup>143</sup> NEUMANN, Eduardo. “Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757”, in *Revista Complutense de História de América*, Madrid, 2000, p. 90.



*processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

O termo deve ser inserido na situação originada pela presença colonial que cria uma nova relação das sociedades nativas com o território. Assim, o território faz parte das afirmações de distinções dos grupos étnicos, que vai reelaborar os vínculos culturais, afetivos e históricos com este. Pelo processo de territorialização é que um “objeto político administrativo”, como é o caso das reduções na América espanhola se transformam em “coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação”<sup>144</sup>.

Já sabemos que a ideia do controle absoluto das missões por parte dos jesuítas é uma falácia. Sabemos da importância das lideranças na ajuda para a organização da vida e do território missioneiro e da opção feita pelos índios pela vida reducional. Desse modo, não teria sentido pensar que foram os jesuítas que sublevaram os guaranis a não aceitar o Tratado de Madri e incentivaram a revolta. Pelo contrário, a maioria dos jesuítas tentou persuadir os índios a transmigrar, como é o caso do padre Bernardo Nusdorff, nomeado pelo superior das missões, padre Lope Luis Altamirano, para este fim<sup>145</sup>. O próprio Altamirano sempre se mostrou disposto à realização do traslado<sup>146</sup>. Os jesuítas em geral e oficialmente se colocaram como elementos a serviço da Coroa espanhola e buscaram auxiliar a transmigração dos índios, com diz o padre Altamirano em carta ao Padre Superior da Missões escrita em São Borja em 22 de setembro de 1752: “estou muito seguro da fidelidade, zelo e constância que tem trabalhado os padre e os curas para proporcionar e fazer efetiva a evacuação dos sete povos”<sup>147</sup>.

A acusação de que os jesuítas teriam incitado os indígenas a não aceitar o Tratado de Madri se originou logo após o término dos conflitos, por meio dos detratores

<sup>144</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.” *Revista Mana*. Rio de Janeiro, vol.4, n.6, 1998, pp. 55-56.

<sup>145</sup> O padre Nusdorff já tinha uma larga experiência de contato junto aos guaranis. Em 1752 teve o papel de avisar oficialmente os índios sobre o traslado e desde o início percebeu a contrariedade dos índios, descrevendo diversos “alvoroços” nas missões visitadas. NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. 262-283.

<sup>146</sup> Em carta ao governador de Buenos Aires, José de Andonaegui, Altamirano afirma que deseja que se “cumpra e execute a entrega dos Sete Povos, como manda o Rei”. In: DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. Instituto Geográfico Militar, República Oriental del Uruguay. *El Siglo Ilustrado*, Montevideo, v. 13, n.1, 1938, pp. 214-215.

<sup>147</sup> “Relación de lo que la Compañía de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuítas, Legajo 120j, Expediente 7.

da Companhia de Jesus. O Marquês de Pombal, responsável pela expulsão da ordem em Portugal e domínios ultramarinos em 1759, por exemplo, é um dos que acusa os religiosos de responsáveis pela revolta<sup>148</sup>. Alguns historiadores, como Felix Becker, acabaram endossando esta versão. Baseado em fontes como o relato do padre Henis, que se coloca favorável aos guaranis, ou como as acusações de Pombal, Becker escreveu, nos anos oitenta do século XX, que a rebelião guarani era uma rebelião dos padres na verdade, o que teria sido parte dos motivos do declínio da Ordem, provocados pelos próprios jesuítas<sup>149</sup>. Esta postura pode ser considerada inclusive etnocêntrica, pois estaria tirando a capacidade de ação indígena<sup>150</sup>, ou seja, a chamada “agency”. Seria como dizer que os guaranis não teriam a capacidade de se rebelar, sendo meras marionetes dos religiosos.

A rejeição quanto à transmigração teve início em 1752, na redução de São Nicolau, justamente quando o padre Carlos Tux havia se ausentado para verificar as terras que seriam destinadas a este povo. Em seguida, os índios de São Miguel acompanharam a revolta, nos “alvorços” descritos por Nusdorfferr<sup>151</sup>. Como se não bastasse, o jesuíta conta que os portugueses haviam espalhado o boato de que os padres teriam vendido as reduções aos portugueses por quatro mil pesos, o que afirma ser uma calúnia<sup>152</sup>. Na verdade, é bastante difícil traçar um perfil desse período, havia diversas posições e opiniões diferentes nesse momento. Alguns indígenas estavam aceitando a mudança, outros se opunham. De qualquer modo, uma boa parte dos guaranis-missionários, ou ainda, a maior parte dos caciques e cabildos das missões orientais passou a se opor ao Tratado de Madri. Por isso, em 1753, os reis ibéricos decidiram enviar as comissões demarcadoras a fim de determinar as novas fronteiras. Porém, estas

---

<sup>148</sup> CARVALHO E MELO, Sebastião José de (Marquês de Pombal). *República Jesuítica Ultramarina, que os religiosos das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios Ultramarinos*. Gravataí, SMEC; Porto Alegre, Martins Livreiro; Santo Ângelo, Centro de Cultura Missionária/FUNDAMES, 1989. Primeira edição, Lisboa, 1757. Esta é a *RELAÇÃO* abreviada da república que os religiosos das províncias de Portugal e Hespanha, estabelecerão nos Domínios Ultramarinos das duas monarchias. E da guerra, que neles tem movido, e sustentado contra os Exercitos Hespanholes, e portuguezes; e por outros documentos authenticos, geralmente atribuída a Pombal.

<sup>149</sup> BECKER, Felix. “La guerra guaranítica desde una nueva perspectiva: Historia, Ficción y historiografía.” *Boletín Americanista*. Barcelona, n. 32, p. 7-37, 1983, pp.7-37.

<sup>150</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de los guaraníes*. pp. 158.

<sup>151</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. . “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 281.

<sup>152</sup> Idem. pp. 367. Para Elisa Garcia, os boatos espalhados pelos lusitanos faziam parte de uma estratégia desses para conseguir nos guaranis, novos súditos ao rei Fidelíssimo. GARCIA, Elisa Frühaufer. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese, UFF, Niterói, 2007, pp. 39.

encontraram dificuldades e obstáculos por parte dos indígenas, o que teria irritado as autoridades locais e dado início ao conflito<sup>153</sup>.

### 1.5 A revolta guarani

A historiografia tem como costume chamar o período da resposta indígena ao Tratado de Madri e o consequente ataque dos exércitos português e espanhol ao território missioneiro oriental como “Guerra Guaranítica” ou “Guerra das Missões”. Contudo, não acredito que a expressão “guerra” pode ser aplicada para tal conflito. Na maior parte do tempo ocorreram pequenos confrontos, escaramuças, provocações e houve uma batalha de maiores proporções em Caiboaté e outra em Dayman. Ainda houve um acordo de não agressão com os portugueses.

Além disso, não existiu um apoio total dos missionários para o conflito. Lía Quarleri destaca que entre os sete povos houve diferentes reações durante o período, ou seja, não havia uma unanimidade nas reduções envolvidas na transmigração<sup>154</sup>. Elisa Garcia ressalta, inclusive, que a maior parte dos guaranis se opôs ao Tratado, porém alguns permaneceram neutros, enquanto outros buscaram alianças com portugueses<sup>155</sup>.

Entendo que a expressão mais correta seja revolta, ou rebelião colonial ou nativa. Nativa, pois, como aponta Barbara Ganson, diferente de outros movimentos durante o período colonial, como o de Tupac Amaru II no Peru em 1780, não contou com o apoio de criollos<sup>156</sup>. Foi uma revolta exclusivamente indígena, ainda que estes estivessem vivendo nas missões e em certo grau de ocidentalização.

O estopim para o confronto foi, portanto, a oposição às comissões demarcadoras, quando a revolta já parecia ser um fato consumado. As comissões tiveram sua passagem impedida em Santa Tecla, estância do povoado de São Miguel em fevereiro de 1753. E foi nesse momento que começa a se destacar uma figura chave: Sepé Tiaraju. Os relatos dos autores de diários afirmam que os portugueses foram impedidos de continuar. Contudo, os espanhóis poderiam por pertencerem a reis diferentes<sup>157</sup>, prova de que os guaranis sabiam diferenciá-los e de que a hostilidade aos primeiros era evidente.

<sup>153</sup> QUARLERI, Lía. “La rebelión anunciada de las Misiones Guaraníes del antiguo Paraguay”. pp. 48.

<sup>154</sup> Idem, pp. 70.

<sup>155</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. *op.cit.* pp. 29-30.

<sup>156</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 115-116.

<sup>157</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 328 e CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. Rio de Janeiro, RIHGB, 16 (2-3), 1853, pp. 152.

Segundo Guillermo Wilde, que avaliou o relato de um membro da expedição, Felix Feliciano de Fonseca<sup>158</sup>, os indígenas exigiam que os europeus se retirassem do território missioneiro. Teriam exibido um grande exército e entre os líderes guaranis estava o “capitão Sepé Tiaraju”, que era alferes real em São Miguel, o alcaide maior Miguel Taisuicay e o secretário Felipe Sucay. Sobre o episódio, Aurélio Porto descreve que no dia 28 de fevereiro, Sepé Tiaraju não teria ido ao encontro das comissões. Entretanto, no dia seguinte o alferes real compareceu frente a estes e junto a outros homens armados, não deixou ninguém passar por “aquelas terras que pertenciam aos índios, encontrando os demarcadores forte hostilidade se tentassem ir adiante”<sup>159</sup>.

A contrariedade dos indígenas em relação aos lusitanos ainda se manifestou no ataque ao forte de Rio Pardo, episódio que merece uma maior atenção, principalmente porque as versões dos jesuítas e dos portugueses sobre o fato diferem entre si. Em 28 de abril de 1754, 53 índios atacaram o forte. No ataque, o chefe da tropa guarani era o miguelista Alejandro Mbaruari. Como foi morto no combate, Sepé teria tomado a frente das tropas por saber falar espanhol e ser conhecido dos lusos desde o contato com as comissões em Santa Tecla<sup>160</sup>.

Apesar de tudo, o chefe da expedição portuguesa, Gomes Freire, teria se mostrado magnânimo com os prisioneiros e perdoado aos índios. Tudo devido a uma política de bom tratamento orientado pelo Marquês do Pombal, que via nos missioneiros futuros súditos do rei lusitano. Vemos aqui, a razão pela qual alguns indígenas se colocaram do lado tido como rival. Foi mais uma das opções e escolha diante das novas situações que lhes eram impostas<sup>161</sup>.

Ao que tudo indica, antes do ataque ao forte e da morte de Alejandro, Sepé ainda não era a liderança que veio a se constituir. É interessante perceber que quem indicou Sepé como comandante foram os próprios índios, baseados em lógicas de lideranças como o prestígio e o valor em combate. Wilde indica que, mesmo diante de formas de poder institucionalizadas pelos espanhóis, os guaranis-missioneiros continuaram

<sup>158</sup> FONSECA, Felix Feliciano da C. 1753 *Relacam do que aconteceo aos demarcadores portugeses, e castellanos, no certam das terras da Collonia: opoziam que os indios lhes fizerao, rompimento da guerra que houve, e de cómo se alhanarao todas as dificultades*. apud.: WILDE, Guillermo. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. pp. 93.

<sup>159</sup> Mesmo que o relato de Aurélio tenha sido escrito na década de 30 e 40, nele já encontramos indícios da ação dos indígenas e da atuação de Sepé. Isso talvez porque ele tenha ido às fontes, tendo-as registrado, evidenciando assim, mesmo que não de forma proposital, a ação dos guaranis. PORTO, Aurélio. *op. cit.* 435.

<sup>160</sup> HENIS, Pe. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 494-495.

<sup>161</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. *op. cit.* pp. 41-42.

mantendo formas tradicionais do exercício da autoridade. Era a sobrevivência de formas tradicionais das definições de lideranças, onde se abria o espaço para a ação indígena dentro das reduções<sup>162</sup>.

Em maio de 1753, Jose de Andonaegui deu um ultimato em uma correspondência aos cabildos das missões orientais, intimidando os índios para que realizassem a transmigração. Em resposta, os líderes guaranis escreveram sete cartas para o governador de Buenos Aires. Os cabildantes e caciques questionavam o porquê de o rei espanhol entregar a terra deles para os inimigos portugueses<sup>163</sup>. Mais uma vez os indígenas se negavam a acatar a ordem de transmigração dada pelos representantes do rei espanhol na América. Novamente, os guaranis estavam reagindo frente às determinações do Tratado de Madri.

Naquele que parecia ser um momento de crise, os guaranis-missioneiros souberam manter certa coesão inicial entre diversas reduções, em busca de um objetivo em comum. Wilde indica que este tipo de união podia se dar graças a laços de parentesco entre os membros das diversas missões, e que existem indícios que levam a crer que estas “reuniões buscavam reconstituir estrategicamente símbolos identitários”<sup>164</sup>. Percebe-se uma sobrevivência das instituições apontadas pelo autor, como o *guará*, que teria sido transformado no cabildo, com seu chefe como corregedor, incorporando os chefes do *teko'á*<sup>165</sup>.

Em resposta a estes episódios, as autoridades portuguesas e espanholas decidiram mandar tropas rumo às missões orientais para realizar a transmigração dos guaranis e garantir a posse da terra para Sua Majestade Fidelíssima. Em 1754, as autoridades ibéricas organizaram duas expedições militares distintas: os portugueses, sob o comando de Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro, saíram do forte de Rio Pardo e seguiram o rio Jacuí; os espanhóis, sob o comando de Jose de Andonaegui, governador de Buenos Aires, pretendiam entrar no território missioneiro

---

<sup>162</sup> WILDE, Guillermo. “Prestigio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguai”, *Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas*, Colônia/Weimar/Viena, n. 43, 2006, pg. 137-145.

<sup>163</sup> MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”

<sup>164</sup> WILDE, Guillermo. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. pp. 186-187.

<sup>165</sup> WILDE, Guillermo. “Poderes del ritual e rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaranies”. *Revista Española de Antropología Americana*. Madrid, n. 33, 2003, pp. 222.

costeando o rio Uruguai, até o arroio Ibicuí. Em agosto de 1754 partiram em direção às missões orientais<sup>166</sup>.

No “front” espanhol, destaca-se a batalha próxima ao rio Dayman. Temos neste momento a participação de índios das reduções do lado ocidental do rio Uruguai. Cerca de mil guaranis da redução de Yapeyu e Santo Tome, sob o comando de Rafael Paracatu, cacique da primeira, atacaram as tropas espanholas. O resultado foi, porém, desastroso para os índios, que tiveram cerca de 230 mortos e seu líder preso. Mesmo assim, Andonaegui preferiu retroceder, devido a dificuldades pela escassez de alimentos<sup>167</sup>. Aqui temos um exemplo de como a revolta não se restringiu apenas aos sete povos orientais e contou com o apoio de algumas reduções que não necessariamente sofreriam a transmigração.

O destino da expedição portuguesa não seria muito diferente. Durante grande parte do percurso, Gomes Freire enfrentou a hostilidade guarani frente aos lusitanos, o que teve uma pequena alteração, talvez devido ao “bom tratamento” destinado aos indígenas destacado por Elisa Garcia. Pequenos confrontos foram realizados e algumas dificuldades foram impostas aos portugueses, que tiveram sua passagem impedida em algumas oportunidades.

Gomes Freire acampou com suas tropas no passo do Jacuí. Porém, os meses de outubro e novembro foram extremamente chuvosos naquele ano de 1754. Os diários mostram que o rio subia cada vez mais, obrigando os portugueses a andar em canoas e se abrigar nas copas das árvores devido à inundação<sup>168</sup>. Ao saber que as tropas espanholas tinham retornado, também teve que retroceder. Sem ter para onde avançar, sem mantimentos e com as munições molhadas, Gomes Freire se viu obrigado a assinar um tratado emergencial com os indígenas para um armistício.

O capitão português Jacinto Rodrigues da Cunha conta que em catorze de novembro de 1754 “fizeram-se quatro tratados de um teor, dois em português e dois em língua tape, e estes levaram um dos seus e outro português”<sup>169</sup>. O padre Tadeo Henis afirma que no dia dezoito os portugueses já estavam se retirando e no dia seguinte não

---

<sup>166</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. p. 171.

<sup>167</sup> QUARLERI, Lia. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. pp. 260-262.

<sup>168</sup> Tau Golin apresenta ilustrações do demarcador Miguel Angelo de Blasco, que acompanhou os portugueses na primeira expedição, inclusive com as tropas andando com canoas pelos campos inundados. Vide: GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica*.

<sup>169</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 197.

havia mais ninguém no passo do Jacuí<sup>170</sup>. O tratado previa que o Exército Português iria se retirar do local onde estava acampado, próximo ao rio Jacuí, até Rio Pardo sem ser atacado pelos guaranis. Ainda definia como limite entre os lusitanos e os missioneiros “la Division interna del Rio de Viamann por el Guayba arriba hasta adonde le entra el Jacuhy, que es este em que nos allamos campados, siguiendole hasta su nacimiento por el braço que corre de Sudoeste”. Deste limite não poderiam passar nem gado, nem índios para o lado sul e nem portugueses para o lado norte, com exceção dos que fossem portadores de cartas. A convenção foi assinada por Gomes Freire de Andrada e por outros membros da comissão demarcadora do lado português. Da parte dos guaranis, foi firmada por membros das reduções de São Luís, Santo Ângelo e São Lourenço no dia catorze de novembro. Lideranças das reduções de São Miguel e São João assinaram outro acordo nos termos idênticos no dia dezesseis do mesmo mês<sup>171</sup>.

Porém, no final de 1755, as tropas ibéricas voltaram a se unir para atacar as missões, desta vez coligadas. Havia ordens expressas dos reis para que o Tratado de Madri fosse cumprido. Assim, os exércitos se reuniram na nascente do rio Negro e entraram no território das reduções orientais pela estância de Santa Tecla, em direção a São Miguel<sup>172</sup>. Mais uma vez, portugueses e espanhóis se defrontaram com a oposição guarani. No início de 1756, Sepé Tiaraju foi eleito o corregedor de São Miguel, segundo o depoimento dado por um guarani aos portugueses em julho desse mesmo ano<sup>173</sup>.

Em sete de fevereiro de 1756, Sepé Tiaraju é morto pelas tropas coligadas. A forma como morreu é bastante conhecida e relatada por todos os cronistas da expedição. Os exércitos ibéricos estavam acampados próximos ao rio Vacacaí. Após uma escaramuça, um pequeno grupo de cerca de 60 índios, sob a liderança de Sepé, mata dois peões portugueses e foge. O governador de Montevidéu, José Joaquim de Viana, parte com cerca de 450 homens no encalço dos guaranis. Além de Tiaraju, outros oito indígenas são mortos. Segundo o relato do próprio Viana, ele mesmo teria matado Sepé com um tiro de pistola<sup>174</sup>.

<sup>170</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754* pp.525.

<sup>171</sup> “Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc.152. Agradeço ao professor Eduardo Neumann por me ceder esta documentação.

<sup>172</sup> GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica (op. cit.)*. pp. 560.

<sup>173</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANALIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938, pp. 414.

<sup>174</sup> “Funciones, que en esta presente Real Expedizion a tenido con los indios desde que se dexaron beer, hasta la sorpresa del pueblo de San Lorenzo, el Coronel Don Joseph Joachin de Viana y son las siguientes”

Interessante notar que o “capitão” indígena portava em sua algibeira duas cartas, que são descritas no diário de Jacinto Rodrigues da Cunha. Uma era assinada pelo “mayordomo” de São Miguel, Valentim Ibaringã, provavelmente era uma correspondência destinada aos líderes de outras reduções, solicitando novas informações sobre o conflito. A segunda, que para o português se parece com uma instrução a Sepé, reafirma a vontade de permanecer nas terras que, segundo os guaranis, Deus havia lhes dado<sup>175</sup>.

Nesse momento, Sepé era indubitavelmente uma das lideranças guaranis de destaque na guerra junto com Nicolau Neenguiru. Três dias depois, ocorreu a batalha de Caiboaté. Nela, os soldados guaranis foram derrotados pelas tropas ibéricas. Estima-se que mais de mil índios tenham morrido no confronto<sup>176</sup>, sob comando de Nicolau Neenguiru, que estaria substituindo Sepé na função de líder militar. Este era um cacique de Nossa Senhora de Concepción, redução ao oeste do rio Uruguai, mais um indício claro que a revolta não se restringiu aos “sete povos” e teve o apoio de guaranis das reduções orientais do outro lado do rio Uruguai. Estas também perderiam estâncias e ervais, com o Tratado de Madri, ao cedê-los para os portugueses. Neenguiru afirma para o governador de Buenos Aires que a perda destes levaria o povo de Concepción a “ter que passar por muita pobreza”<sup>177</sup>.

Mesmo assim, Neenguiru parecia divergir de Sepé quanto à estratégia a ser tomada. Enquanto o líder morto era mais cauteloso, pretendendo se retirar para os morros aguardando a chegada de aliados, Neenguiru pretendia lutar sem retroceder de modo nenhum<sup>178</sup>. Uma das razões pelas quais os indígenas se lançaram na luta em Caiboaté, possivelmente está relacionada ao sentimento de vingança pela morte de Sepé, segundo depoimentos dos próprios índios aos europeus após entrada dos exércitos coligados no território missioneiro. Ainda no mesmo depoimento, foi afirmado que

---

Salto Chico del rio Uruguay, de janeiro de 22 de 1757, Archivo General de Simancas, Secretaria de Estado, legajo, 7398, doc. 12. Agradeço ao orientador Eduardo Neumann por me ceder esta documentação.

<sup>175</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 226-232.

<sup>176</sup> Os números que os cronistas dão sobre os mortos são bastante diversos. Por exemplo, Cunha fala em cerca de 1500 índios mortos e Henis em cerca de seiscentos. Contudo, uma cruz posta pelos próprios guaranis indica que 1500 soldados tombaram. Em: “Continuação do Diário da Primeyra Partida de Demarcação” Biblioteca Nacional/ RJ, Seção Manuscritos. Cod: 22,1,19( Mss encadernado/sem paginação) Cópia contemp. 15fls/ 29X15.

<sup>177</sup> “Carta de Nicolás Nenguiru, corregidor del pueblo de La Concepción, al gobernador de Buenos Aires, José de Andonaegui. Concepción 20 de julio de 1753.” MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949. pp. 569-572.

<sup>178</sup> HENIS. PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 544.



Sepé arregimentava homens para sua tropa enquanto ia passando pelas reduções<sup>179</sup>, o que evidencia o reconhecimento de sua liderança perante os guaranis.

Contudo, o tipo de liderança exercido por Neenguiru era diferente do exercido por Sepé. O primeiro vinha de uma linhagem nobre de caciques. Um de seus antepassados teria auxiliado o padre Roque Gonzales a estabelecer as missões, outro teria lutado contra os portugueses no início do século XVIII. Apesar de ambos serem corregedores nos cabildos de suas reduções, eram tipos de lideranças diferentes. Tiaraju mostrou seu valor em combate como guerreiro. Em diversos episódios, inclusive na sua morte, esteve à frente dos guaranis, sempre comandando no campo de batalha. Foi uma liderança forjada no confronto e que teve seu prestígio reconhecido devido a isso. Neenguiru, por sua vez se mostrava hábil com a palavra e com a escrita, como ficaria comprovado nas cartas enviadas às autoridades espanholas<sup>180</sup>. Ainda deve-se destacar a sua ascendência como fator de liderança, ainda que houvesse certa oposição indígena quanto à sucessão dos caciques de pai para filho.

A liderança bélica, entretanto, não era uma das características de Neenguiru. Isso já teria ficado evidente em Caiboaté, batalha em que, segundo Tau Golin, não havia unidade nem integração no exército guarani. Conforme o autor, cada povoado seria comandado por um cacique diferente, diluindo a liderança de Neenguiru<sup>181</sup>. A documentação nos dá certos indícios disso. Por exemplo, nos depoimentos dados pelos guaranis às tropas ibéricas depois da entrada dessas das missões, um indígena afirma que foi o alferes de São Miguel, Pascoal Iguapó que lhes deu ânimo para continuar a luta<sup>182</sup>. Outro depoimento conta que foi Neenguiru quem exortou os guaranis para a batalha<sup>183</sup>. Após o fracasso em Caiboaté, a liderança do cacique de Concepción se mostrou mais frágil. Como toda derrota, ela teria gerado a desconfiança dos guaranis

<sup>179</sup> “De otra de las noticias que se han adquirido concernientes á la resistencia de los Indios, que aprendió Viana en el pueblo de San Lorenzo”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 427.

<sup>180</sup> Cito aqui dois exemplos: a correspondência enviada ao governador de Buenos Aires em 1753, compilada por Francisco Mateos e outra carta descrita por Wilde, de 1755 para a redução de Yapeyu, oferecendo homens para o confronto. WILDE, Guillermo. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. pp. 84-85.

<sup>181</sup> GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica (op. cit)*. pp. 563.

<sup>182</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. *ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. pp. 406.

<sup>183</sup> “Mais um depoimento (parece) acrescentado aos onze anteriores s/d (1756?)”. *ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. pp. 427.

perante este líder. Outras derrotas também fizeram com que Neenguiru perdesse a legitimidade da sua liderança<sup>184</sup>.

Sepé parece ter experimentado o prestígio justamente devido às circunstâncias do conflito e por suas ações. Como morreu em combate, seu prestígio ao invés de diminuir, somente aumentou, como fica claro em uma cruz que Miguel Mayrá em quatro de março de 1756, mandou fixar em sua homenagem e aos mortos de Caiboaté<sup>185</sup>.

Pode ser mais fácil entender este tipo de situação se lembrarmos dos requisitos dos guaranis para conferir legitimidade a seus chefes. Wilde entende que a “liderança é uma relação histórica: os seguidores projetam sobre as figuras de autoridade expectativas pessoais ou coletivas selecionando elementos do passado que o líder é capaz de suscitar e agenciar”<sup>186</sup>.

Há que se destacar que, mesmo após a derrota em Caiboaté, a resistência guarani não acabou apesar de esmaecer, muito devido ao abalo pelo revés na batalha. Os cronistas da expedição continuam citando episódios de pequenos e rápidos confrontos entre as tropas ibéricas e os indígenas no caminho para o território missioneiro. Inclusive um dos líderes que sucedeu Sepé e Neenguiru foi justamente Miguel Mayrá, membro da redução de São Miguel, a mesma de Tiaraju. Destaca-se, por exemplo uma refrega no final de fevereiro da qual participaram índios de São Miguel, São Nicolau e Santo Ângelo. No dia dez de maio, os guaranis fizeram uma nova investida, próximo ao rio Churiebi. Desta vez, os indígenas estavam na outra margem do rio em trincheiras e começaram a atirar. Contudo, as tropas ibéricas revidaram e atravessaram o rio, o que resultou na dispersão e fuga de muitos<sup>187</sup>. Apesar desses obstáculos, as tropas ibéricas chegaram ao território missioneiro no mesmo mês.

Nesse momento, surgiu outro mito a respeito da revolta: o da fuga para o mato, talvez devido à situação de abandono que os soldados espanhóis e portugueses encontraram em São Miguel. Conforme o diário do oficial do exército espanhol, Francisco Graell, o povoado encontrava-se “totalmente desabitado” e “queimando todas

<sup>184</sup> WILDE, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*, pp. 92.

<sup>185</sup> “Continuação do Diário da Primeyra Partida de Demarcação” Biblioteca Nacional/ RJ, Seção Manuscritos. Cod: 22,1,19( Mss encadernado/sem paginação) Cópia contemp. 15fls/ 29X15.

<sup>186</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de los guaraníes*. pp. 41.

<sup>187</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”, pp. 483-485 e CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 280-283.

as habitações da casa do Pároco”<sup>188</sup>. Para Aurelio Porto, após a “guerra das Missões”, os índios teriam abandonado suas casas, “fugindo por todas as direções”, o que atestaria “o declínio de uma civilização que desabava nas ruínas das próprias aldeias desertas”<sup>189</sup>. Elisa Garcia se opõe a essa versão dos fatos. Para a autora, “os índios não fugiram para os matos, voltando a sua vida ‘original’, nem tampouco se viram obrigados à mestiçagem, se compreendido como algo maléfico e destruidor”<sup>190</sup>.

Inclusive, os censos demonstram que nos “sete povos orientais”, apesar do número de pessoas ter diminuído em 1756, voltou a crescer em 1761, quando o Tratado de Madri foi anulado pelo de El Pardo, e estas reduções voltaram ao domínio espanhol e tutela jesuítica. Na realidade este território jamais foi totalmente abandonado pelos guaranis, mesmo nos anos posteriores ao ingresso das tropas portuguesas e espanholas nas reduções. Provavelmente, alguns indígenas dos sete povos buscaram abrigo temporário nas missões ocidentais para depois retornar às suas terras, ou se refugiaram nas estâncias de suas reduções<sup>191</sup>, o que vem ao encontro do conceito de territorialização de João Pacheco<sup>192</sup>.

É importante destacar que após anos de colaboração, como por exemplo, em enviar milícias para combates, ou mão de obra para construções, os índios se opuseram às autoridades espanholas. Mesmo os líderes guaranis, que haviam sido beneficiados pelos jesuítas, não aceitaram as ordens de transmigração e se rebelaram contra esta situação. Ainda que os religiosos buscassem acalmar os ânimos e convencê-los da mudança, a maioria dos índios permanecia irredutível nas suas convicções. Relegaram então aos padres as funções religiosas, enquanto as questões temporais, políticas e administrativas caberiam aos próprios índios, mais um sinal de que a revolta não foi maquinada pelos inicianos, mas sim uma iniciativa indígena, um auto-governo. Parece ter sido esta a última das opções, já que uma negociação foi tentada através do envio de cartas às autoridades espanholas. Como ao final estas não lhe deram ouvidos, se viram obrigados a apelar para via das armas. Nota-se que a revolta não era contra o rei católico, mas contra as determinações do Tratado de Madri. Os guaranis não entendiam

<sup>188</sup> GRAELL, Francisco. *Passado Missioneiro no Diário de um Oficial Espanhol*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1998. pp. 87.

<sup>189</sup> PORTO, Aurélio. *op. cit.* pp. 447.

<sup>190</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. *op. cit.* pp. 67-68.

<sup>191</sup> MARTÍN, Carmen Martínez. “Datos estadísticos de población sobre las misiones del Paraguay, durante la demarcación del Tratado de Límites de 1750”. in.: *Revista Complutense de História de América*, Madrid, 1998, n. 24. Pp. 252-256. A autora demonstra que em 1755 os sete povos contabilizavam 29.053 índios, no ano seguinte 14.284; em 1757, 20.350 para em 1759 esta cifra ser de 27.237.

<sup>192</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. *op. cit.*

o porquê desta decisão e julgavam que Fernando V tinha sido enganado pelos portugueses<sup>193</sup>.

Os guaranis não foram passivos ao Tratado de Madri, assim como os índios não foram vítimas passivas da conquista. A passividade indígena é uma forma de etnocentrismo, pois entende que os nativos não tiveram resposta nem souberam agir diante das novas situações, tendo sido somente presas para os algozes europeus. Este é mais um mito sobre a conquista baseado em uma perspectiva lascasiana<sup>194</sup>. Durante o conflito e mesmo nos seus antecedentes, os guaranis se utilizaram de “estratégias autônomas de ação”. Wilde entende que demonstraram ser donos de seus atos e conseguiram subverter o esquema das reduções, além de romper com os limites por elas estabelecidos<sup>195</sup>.

Para Barbara Ganson, os guaranis são uma prova de que o estereótipo do índio missioneiro “dócil” é uma falácia. Apesar do contato e da “mestiçagem cultural”, os nativos questionaram as decisões das Coroas espanhola e portuguesa. Inclusive utilizaram o “senso de identidade” reducional guarani-missioneiro para poder armar a resistência contra os ibéricos<sup>196</sup>, ainda que contassem com o apoio de “infieis”, como os guenoas e minuanos, o que vai ao encontro daquilo Wilde entende por subverter o esquema das reduções, pois demonstra a aliança com etnias não católicas.

Os guaranis parecem inicialmente ter utilizado o que Certeau chama das leis e práticas dos conquistadores para outros fins que não o por eles desejados<sup>197</sup>. A resistência era encabeçada principalmente pelos intermediários entre os espanhóis e guaranis. Estes, em princípio, usavam argumentos baseados em recursos dos próprios europeus para protestar contra a ordem do traslado das Coroas ibéricas, como por exemplo, do acordo de vassalagem entre o rei Felipe V e os guaranis<sup>198</sup>. Os mesmos mediadores, tendo em vista que não eram atendidos em suas reivindicações, decidiram lutar, mas por um estágio alcançado graças ao contato com os europeus, mantendo a sua

<sup>193</sup> Esta ideia fica bastante evidente nas correspondências enviadas pelos guaranis ao governador de Buenos Aires. MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”.

<sup>194</sup> Bartolomeu Las Casas foi um religioso da ordem dominicana que retratou os abusos dos conquistadores espanhóis no México do século XVI. Segundo Matthew Restall, este foi um dos responsáveis pela propagação da “Lenda Negra” que caracteriza os europeus como assassinos brutais e indígenas como meras vítimas, resultando na ideia de que os índios foram exterminados e estão se acabando. RESTALL, Matthew. *op. cit.* pp. 205.

<sup>195</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de los guaraníes*. pp. 180-181.

<sup>196</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 116.

<sup>197</sup> CERTAEU, Michel de. *op. cit.* pp. 94-95.

<sup>198</sup> “Los caciques e índios del pueblo de San Juan de Uruguay, al gobernador de Buenos Aires, José de Andonaegui. San Juan, 16 de julio de 1753.” MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)” pp. 552.

condição de guarani-missioneiro. Não pretendiam perder o que haviam obtido com a implantação do sistema reducional. Sepé entra exatamente nesse contexto. Era um desses mediadores, sabia falar espanhol, se comunicou com os portugueses ao mesmo tempo em que foi reconhecido como uma das lideranças pelos guaranis.

Como já foi dito, boa parte da revolta e da oposição ao Tratado de Madri, se deveu a ação dos líderes guaranis. É necessário, portanto, estudar as respostas que estas ações deram para este momento. Creio que seja a oportunidade de analisar mais detalhadamente a figura de líderes que atuaram nesta revolta, como é o caso de Sepé Tiaraju. Talvez, Sepé não tenha sido sequer o principal líder. Há que se dar o devido destaque para outros indivíduos aqui citados como Rafael Paracatu, Nicolau Neenguiru e Miguel Mayrá. Entretanto, Sepé é indubitavelmente o mais conhecido e reconhecido. Mas esta não é a razão de verificar suas ações. A principal motivação é verificar suas respostas às determinações do Tratado de Madri, para melhor compreender a atuação dos guaranis nesse período.

## 2 – O PROTAGONISMO DE SEPÉ

Os indígenas vêm, cada vez mais, conquistando o seu lugar na História. Por ser importante desviar o foco da análise dos colonizadores para estes, temos que compreender as situações por eles vividas<sup>199</sup>. Conforme foi dito, para diversos autores é necessário devolver o protagonismo da História aos indígenas. Que maneira melhor de fazer isso do que destacar a ação de Sepé Tiaraju, num momento chave e ímpar da História dos guaranis?

Contudo, tenho diante de mim um problema: um personagem com poucos indícios, mas muitas menções. Como proceder? A solução mais evidente é a busca pelo nome de Sepé na documentação, ainda que os vestígios não sejam abundantes. Disponho de registros que vão do início de 1753 ao início de 1756. Pouco tempo, portanto, para que se possa traçar uma longa trajetória. Entretanto, se foi nesse período que Sepé se destacou, por que não é possível defini-la em função das suas ações, ou ainda dos eventos que ele protagonizou?

Afinal, como já afirmei, não pretendo fazer uma biografia de Sepé, mas perceber a sua “trajetória”. Se Bourdieu afirma que este conceito compreende “uma série de posições ocupadas por um mesmo agente”<sup>200</sup>, não existe nenhum empecilho ao verificá-lo ainda que em um curto espaço de tempo e em uma série de fontes relativamente pequena. É nesse ponto que entra a micro-história, principalmente o método proposto por Ginzburg. Sobre a sua obra, após *O Queijo e os Vermes*, Espada Lima afirma que a “análise intensiva de um *corpus* documental conciso, sobre um caso circunscrito, marcava fortemente essa mudança”<sup>201</sup>.

Vou dividir essa trajetória em eventos: a obstrução à passagem das comissões demarcadoras em Santa Tecla, no ano de 1753; o ataque ao Forte de Rio Pardo; a primeira expedição e a morte na segunda expedição. Aqui pode surgir outro problema: a história dividida em fatos não pode nos remeter àquela velha prática da escola metódica? Depende de como os fatos são abordados. Afinal, o que é a História sem os fatos? A microanálise não pode se voltar também para o estudo de eventos?

Uma das discussões muito presentes na historiografia é o problema da narrativa. Giovanni Levi chama a atenção para sua função em dois pontos: um “é a tentativa de

<sup>199</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010. pp. 22.

<sup>200</sup> BOURDIEU, Pierre. *op. cit.* pp. 189.

<sup>201</sup> ESPADA LIMA, Henrique. *op. cit.* pp. 328.

demonstrar, através de um relato de fatos sólidos, o verdadeiro funcionamento de alguns aspectos da sociedade, que seriam distorcidos pela generalização”. Outro se refere a “incorporar ao corpo da narrativa os procedimentos de pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas.”<sup>202</sup>. Revel aponta que a “escolha narrativa decorre da experimentação histórica tanto quanto os próprios procedimentos de pesquisa”<sup>203</sup>.

Ou seja: é uma escolha de pesquisa, pela situação de eu realizar um estudo de caso. Existe a necessidade de situar o indivíduo, Sepé, na sua própria história. Para que seja possível analisá-lo de modo conceitual, antes é necessário verificar os fatos e perceber o que eles têm para nos revelar sobre a sociedade guarani em que vivia. Afinal, não é importante destacar a ação indígena? Como fazer isso, sem antes conhecer e realizar a narrativa dos eventos em que Sepé foi protagonista? É a isso que o estudo preliminar da sua trajetória se propõe.

Também deve se destacar sua ação durante a guerra, sua luta pela terra. Ao evidenciar isto, estou destacando o papel dos indígenas na História, pois analisar Sepé como um dos agentes do conflito sob uma ótica da sua resistência às ordens de transmigração revela a importância do índio na sociedade colonial. Afinal, ainda que inserido nas reduções, o guarani não deixa de pertencer ao seu grupo étnico, defendendo a sua terra das maneiras que dispunha: a escrita ou as armas. A resposta de José Tiaraju enquanto tal deve ser compreendida nesse contexto.

## 2.1 Santa Tecla

Se levarmos em consideração a ordem cronológica, a primeira menção a Sepé na documentação histórica, é de início, de 1753. Refiro-me aos fatos ocorridos em Santa Tecla, quando as comissões demarcadoras foram impedidas de passar além desta localidade da estância de São Miguel. Foi, na prática, o primeiro ato hostil em oposição às comissões demarcadoras. Consta que Sepé liderava o grupo guarani que fez frente aos ibéricos. Nos diários dos demarcadores, a exemplo de Custódio e de Cunha, a situação fica clara, ainda que, como o fato se deu antes do envio das tropas, nem todos o registrarem.

Nusdorff registra que as comissões demarcadoras chegaram em Santa Tecla em 27 de fevereiro e os “miguelistas os fizeram parar neste ponto... foram ter com eles,

---

<sup>202</sup> LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. pp. 153.

<sup>203</sup> REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. pp. 36.

exigindo que não fossem adiante”. Ainda afirmaram que se os espanhóis quisessem passar teriam ajuda, mas os portugueses deveriam retornar<sup>204</sup>, o que nos remete a antiga rivalidade dos guaranis contra os lusos. Escandón também conta que não foi permitida a passagem dos portugueses, para que suas terras não fossem entregues a eles<sup>205</sup>.

No diário de José Custódio, consta que, em 23 de março, um comissário português retornou ao seu acampamento no passo do Jacuí. Segundo ele, foram impedidos pelos índios que disseram “que os reis não podiam entregar as terras, que era deles, índios das Missões. E assim, estavam resolutos a defendê-las, o que tão bem lhes aconselhavam os padres”<sup>206</sup>. A questão da responsabilidade ou não dos jesuítas sobre o levante não cabe neste momento, mas a ação dos indígenas é inquestionável.

As correspondências entre os padres também nos contam sobre o episódio, frente à impossibilidade de passagem dos exércitos ibéricos. O padre da redução de Yapeyu, Antonio Estelles, escreveu ao padre Roque Ballester em 21 de abril de 1753. A respeito do ocorrido em Santa Tecla, o jesuíta afirma que os índios não permitiram a passagem das comissões demarcadoras, ainda que os religiosos recomendassem aos guaranis boas vindas<sup>207</sup>.

O que chama atenção é que o nome de Sepé ainda não foi citado. Como é possível afirmar que ele estava em Santa Tecla? Nusdorffer e Henis, quando relatam o ataque ao forte de Rio Pardo, contam que Sepé estava em Santa Tecla. Gomes Freire, em carta aos caciques das missões rebeladas reclama que

Sendo assim decretado por Sua Majestade Católica a executar a divisão das duas monarquias e demarcada algumas parte nos padrões de Suas Reais armas, foram os comissários de ambos soberanos até Santa Tecla, onde se atreveram os índios do Povo de São Miguel comandados por seu alferes a opor-se ao Real Mandato, nó consentindo se continuar a Demarcação do Rio Ibucui e por sua vez declararam que não entraram os espanhóis nas suas terras, salvo separado dos portugueses<sup>208</sup>.

<sup>204</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. *op. cit.* pp. 328-329.

<sup>205</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 125-126.

<sup>206</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 261.

<sup>207</sup> “Relación de lo que la Compañía de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuítas, Legajo 120j, Expediente 7.

<sup>208</sup> No original: “Siendo así decretado por SMC a executan la division de laz dos monarquias y demarcada algunas parte em los padrones de Sus Reales armas, fueron los comissários de ambos soberanoz asta Santa Tecla, donde se atrevieron los Indios Del Pueblos de São Miguel comandados por su alferes a opor-se al Real Mandato, nó consentiendo se continuarse la Demarcacion Del Rio Ibucuy y por sal vez declararon no entrarion los españoles en sus tierras, salvo separado de los portugueses”. “Cópia de la



Estando ciente de que Sepé era alferes<sup>209</sup> de São Miguel, fica mais evidente a sua participação em Santa Tecla.

Sobre a relação de Sepé com outros guaranis após o evento de Santa Tecla, temos o depoimento de Alberto Caracará, Tenente de Corregedor da redução de São Lourenço. Tal depoimento foi coletado pelos espanhóis em 18 de junho de 1756, mais de três anos após o ocorrido. Quando perguntado sobre como souberam da vinda das tropas, respondeu que depois de Santa Tecla, “o Capitão Sepé escreveu a vinda do dito exército” e que os padres teriam ordenado aos índios que estes mantivessem exploradores pelos campos, para alertar sobre a movimentação de tropas<sup>210</sup>.

Não acredito que tenham sido os padres os mandantes dos exploradores, ou espiões. Creio ter sido iniciativa dos próprios índios, assim como outros atos da revolta. Os próprios jesuítas rechaçam esse tipo de ideia, como fica claro, por exemplo, nas Cartas Ânuaas do período. Segundo correspondência do padre Escandón para Jose de Barreda, “todas estas tristes conseqüências não se devem às artimanhas de uns jesuítas, sim a uma justa dos índios”<sup>211</sup>.

É significativo que Sepé tenha alertado aos demais sobre a presença da comissão demarcadora. Talvez não somente sua atitude perante os ibéricos, mas também o aviso redigido aos demais tenha iniciado a sua trajetória. É possível que esta atitude represente um início de uma rede de relações com cabildantes de outras reduções, que o tenha possibilitado ascender a uma liderança maior do que somente desfrutaria em São Miguel.

Outro fato que teria ocorrido em Santa Tecla é descrito por Alberto Caracará em um depoimento em 1770, na cidade de Buenos Aires, quando da expulsão dos jesuítas da Espanha, ocorrida em 1767. Segundo este membro da redução de São Lourenço, que

---

carta que escribió el General Gomes Freire de Andrada a los caciques de los siete pueblos rebelados”. Campo del Rio Pardo, 18 de julho de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7430, doc.53.

<sup>209</sup> Segundo o já citado FONSECA, Felix Feliciano da C. 1753 *Relacam do que aconteceo aos demarcadores portugueses, e castellanos, no certam das terras da Collonia: opoziam que os indios lhes fizerao, rompimento da guerra que houve, e de cómo se alhanarao todas as dificultades*. apud.: WILDE, Guillermo. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. pp. 93.

Cargo do cabildo. Estes cargos mudavam uma vez a cada ano. Só o fato de ser membro desta instituição, já indica o destaque que Sepé tinha junto aos indígenas da sua redução.

<sup>210</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANALIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 412.

<sup>211</sup> CARTAS ÂNUAS DE LA PROVINCIA DEL PARAGUAY. Años 1750-1756. Traducción de Carlos Leonhardt, Buenos Aires. Transcrição 1954, Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

teria participado da revolta<sup>212</sup>, Sepé planejou uma armadilha para alguns soldados espanhóis. Ainda que Caracará não precise a data do ocorrido, nos localiza em Santa Tecla e com “soldados *blandengues* espanhóis”. Se ele estava em Santa Tecla e sem a presença de portugueses, é possível supor que foi antes da Primeira Expedição e da Segunda, que contava com tropas de ambas as Coroas. De acordo com Caracará, Sepé teria dado abrigo a dezessete soldados espanhóis. Ao retirar as suas armas sem violência, os guaranis mataram dezesseis destes espanhóis<sup>213</sup>. Infelizmente, durante o depoimento, Caracará não precisa a data do fato descrito.

## 2.2 O Forte de Rio Pardo

Conflitos entre guaranis e portugueses não eram novidade, vide os ataques à Colônia de Sacramento<sup>214</sup>. O forte de Rio Pardo foi construído em 1752, justamente para o conflito contra os missioneiros. Erigido a mando de Gomes Freire pela sua posição estratégica, recebeu o nome de Jesus Maria José<sup>215</sup>. A respeito do evento ocorrido entre guaranis e portugueses, existe a polêmica sobre as duas versões: a lusitana de que os índios atacaram o forte e foram presos, e a de que foram atraídos para dentro do forte, traídos e aprisionados. Ambas envolvem Sepé diretamente, devido a sua audaciosa fuga.

Segundo José Custódio<sup>216</sup> e Jacinto Rodrigues<sup>217</sup>, o forte foi atacado em 29 de abril de 1754 por três esquadrões de índios a pé e a cavalo. Depois de uma carga de artilharia dos portugueses, seis guaranis caíram mortos e os demais fugiram. Atrás deles foi o comandante da fortificação, Thomaz Luiz Osorio, com trinta e cinco homens. Os portugueses fizeram os índios prisioneiros e exigiram que lhes entregassem os setenta cavalos que teriam sido roubados.

<sup>212</sup> O mesmo Alberto Caracará depôs em 1756 para as tropas portuguesas, quando estas entravam no território missioneiro. “Depoimentos jurados de onze índios, de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938.

<sup>213</sup> BRABO, Francisco Xavier. *Colección de documentos relativos a la expulsión de los jesuitas de la República Argentina y del Paraguay en el reinado de Carlos III*. Madrid: Estudio Tipográfico José María Pérez, 1872. pp. 283-284.

<sup>214</sup> A Colônia de Sacramento, local estratégico fundado em 1680 e possessão portuguesa mais meridional, foi atacada pelos guaranis em duas oportunidades entre o final do século XVII e início do XVIII.

<sup>215</sup> ANTUNES, Paranhos Ten.Cel. *Dragões de Rio Pardo*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1954. pp.28.

<sup>216</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 296-297.

<sup>217</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp.165-166.

Havia cinquenta e três índios e um “capitão deles”, que se prontificou a ir buscar os cavalos enquanto os demais ficariam no forte. Saiu escoltado por Francisco Pinto Bandeira e outros quatro homens e conseguiu escapar “metendo-se em um capão a pé”. Após, os guaranis teriam dito aos portugueses que esta era uma estratégia do “seu capitão”: entrar no forte para poder tomá-lo<sup>218</sup>. O nome de Sepé ainda não é citado pelos portugueses nesse momento.

Não obstante, os jesuítas indicam a sua ação. Nusdorffer acusa os portugueses de prepararem uma armadilha. Os indígenas teriam realmente tomado os seus cavalos e estavam próximos do forte, mas sem atacá-lo. Para o jesuíta, foi oferecida uma trégua para a negociação sobre os cavalos. Sepé foi o primeiro a entrar e conversar com os lusitanos. Vendo que a situação não oferecia perigo, chamou aos demais. Ao entrarem, as portas foram fechadas e os índios desarmados. Os guaranis teriam sido traídos. Nusdorffer entende que foram aprisionados como escravos. Os portugueses, então, mandaram Sepé buscar os cavalos de volta. Junto com ele foram doze portugueses e dois negros armados. Segundo o jesuíta, “José, caminhando e vendo que eles não sabiam andar a cavalo, quando menos esperavam escapou-lhes”. Ele ainda teria sido alvo de tiros, mas nenhum o acertou. Nusdorffer utiliza o nome “Joseph”, seu nome de batismo, ou cristão, para se referir a Sepé<sup>219</sup>.

Tadeo Henis informa que os guaranis investiam contra o forte, quando Alejandro Mbaruari, o corregedor de São Miguel, foi morto. Os portugueses teriam pedido por paz e Sepé se aproximou e foi dialogar com eles, pois “sabia falar algum tanto de espanhol e era um pouco conhecido dos portugueses, porque agora a pouco esteve nos limites das terras com os demarcadores”<sup>220</sup>. Notícia, então, que os guaranis foram enganados e presos dentro do forte. Sepé se propõe ir buscar os cavalos junto de doze homens armados. Quando eles saem, teria dito “vocês que desejam ter os cavalos, me deem licença para falar com os meus, senão, ainda que não queiram, irei se me der vontade e ajudarei meus companheiros”. Conseguiu escapar, mesmo a pé, por um bosque e um rio. Mas ao voltar para perto dos outros guaranis, não conseguiu convencê-los de

---

<sup>218</sup> É interessante perceber que o relato de Custódio é igual ao de Rodrigues. Muito provavelmente um tenha copiado do outro, ou ambos copiaram de um terceiro documento que não tive acesso.

<sup>219</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 411-412.

<sup>220</sup> HENIS, Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 495.

devolver os cavalos. O tempo inteiro Tadeo Henis se refere a Tiaraju como “Capitão Sepé”<sup>221</sup>.

Escandón, apesar de não citar Sepé, coloca em dúvida a versão lusitana dos fatos, contrapondo com o que os índios teriam relatado aos jesuítas<sup>222</sup>. Destaca-se que, ao contrário de Henis e Nusdorffer, Escandón escreveu seu relato anos depois do acontecido, já de volta à Espanha, ao contrário de Henis e Nusdorffer, que têm seus registros datados de 1756 em território americano.

Para os jesuítas, a forma com que o ataque a Rio Pardo é descrito pelos portugueses não condiz com o modo de guerrear dos guaranis. O documento *Relación de lo que la Compañia de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad* também expõe as duas versões. Segundo os jesuítas, em Lisboa teria chegado a história que os guaranis atacaram o forte de Rio Pardo. Mas os religiosos dizem não acreditar nela, afirmando que o padre Geronimo Nuñez escreve em Buenos Aires uma carta datada de 11 de agosto de 1754, relatando o ocorrido. Durante a análise feita pelos índios de onde poderiam investir contra o forte, acabam tomando as vacas e os cavalos. Em decorrência da proximidade que estavam do forte, ocorre a morte de um dos principais de São Miguel (provavelmente o corregedor Alejandro Mbauri). Segundo o padre, enquanto os índios decidiam o que fazer, os portugueses propuseram a trégua e chamaram “o cabo principal com alguns outros”, para negociar sobre os cavalos. Estes, que estariam em trinta<sup>223</sup>, entram no forte e são aprisionados. Os lusitanos pressionam o “cabo” para que os cavalos sejam devolvidos. Ele teria lhes dito que “ali não poderia dispor de nada, que se o levassem onde estava a sua gente mandaria fazer a entrega”. Mesmo desarmado, o “cabo” consegue escapar<sup>224</sup>. Nuñez não usa o nome “Sepé”, nem “Tiaraju”, nem “Joseph”, mas, pelos outros jesuítas, fica bem claro a quem ele se refere.

Acredito que, em Rio Pardo, o objetivo não era atacar o forte, mas realizar um trabalho de “espionagem”. Tanto que, segundo os diários dos jesuítas, como Henis e Nusdorffer, os índios, em princípio, estavam apenas observando. Quando Alejandro Mbaruari é morto, os guaranis se vêem obrigados ao revide. Talvez os portugueses não

<sup>221</sup> Idem, pp. 497-498.

<sup>222</sup> ESCANDÓN. Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 222-223.

<sup>223</sup> Para os demais relatos, havia cinquenta e três índios. Apesar de não ser o mais importante nessa pesquisa, é interessante perceber esta discrepância entre as fontes. De qualquer maneira, nenhum deles foi testemunha ocular, todos alegam ter ouvido a história de terceiros.

<sup>224</sup> “Relación de lo que la Compañia de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuítas, Legajo 120j, Expediente 7. doc. 44.

tenham contado a Gomes Freire sobre o arдил<sup>225</sup>. É provável que, como aponta Elisa Garcia, fosse a necessidade que estes tinham de lhe contar uma versão que a eles fosse favorável, sempre pensando na boa relação que Gomes Freire pretendia ter com os guaranis<sup>226</sup>, ou seja, não queriam decepcionar nem contrariar o seu comandante.

Nesse momento, uma parte dos jesuítas já cita o nome de Sepé, inclusive referindo, agora, que ele estava presente em Santa Tecla, como já foi comentado. Curioso que no depoimento de Alberto Caracará aos ibéricos em 1756, o nome de Sepé aparece como “Joseph Tiarayió”<sup>227</sup>. A diferente grafia nos apresenta novas possibilidades de pesquisa quanto a este personagem, mas também pode ter sido somente um erro do escrivão espanhol que redigiu o depoimento. Entendo que a própria menção do seu nome por europeus, aliado à sua liderança junto aos guaranis, são indicativos de que ele possuía, nessa altura, uma “rede de relações”, no mínimo, interessante. Há que se destacar as suas estratégias e os usos que ele faz de outros códigos, como saber falar espanhol<sup>228</sup>. O fato dele ser conhecido dos portugueses não é desprezível, ou seja, sua ação em Santa Tecla ainda é lembrada.

E nesse ponto, suas ações aumentavam seu prestígio junto aos indígenas. A sua liderança em Rio Pardo após a morte do corregedor Alejandro, pode ter sido reflexo do impedimento da passagem das comissões demarcadoras. Justamente porque é o valor demonstrado na guerra um dos requisitos para o líder indígena obter prestígio junto aos demais.

### 2.3 Primeira expedição

Não encontrei muitos documentos que revelassem o nome de Sepé durante a primeira expedição militar. Nem da parte espanhola da “pinça”, que vinha desde o lado

<sup>225</sup> O próprio general português aceitava a versão dos seus diaristas, mesmo que nenhum deles estivesse pessoalmente lá, como fica claro na correspondência enviada por ele aos guaranis. “Cópia de la carta que escribió el General Gomes Freire de Andrada a los caciques de los siete pueblos rebeldes”. Campo del Rio Pardo, 18 de julho de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7430, doc.53.

<sup>226</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. *op. cit.* pp. 42.

<sup>227</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938, pp. 412.

<sup>228</sup> Conforme descrito por Henis. O padre escreveu seu relato em latim e existem ao menos duas traduções para o espanhol. Numa consta que “sabía hablar algún tanto español”. Esta faz parte da “Coleção de Angelis”: HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836. pp. 495. Outra, está contida nos “Anais da Biblioteca Nacional”, onde os seguintes termos são registrados: “sabia pronunciar algunas voces de la lengua española”. “Diário redigido pelo padre Thadeo Hennis, a pedido de Bernardo Nusdorffer” DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938, pp. 489.

ocidental, nem da parte portuguesa, que vinha pelo Jacuí, pelo menos no que cabe aos demarcadores.

Com a expedição espanhola é improvável que Sepé tenha tido algum contato, dado que esta se movimentava pelo oeste, distante de São Miguel. A expedição lusa, como seguia o Jacuí, se encontrou com Sepé. Os diaristas Jacinto Rodrigues da Cunha<sup>229</sup> e José Custódio<sup>230</sup> relatam que, em 4 de outubro de 1754, o general português recebeu a visita de um cacique de São Miguel, junto de um “índio oficial”. Esses deveriam ser membros do cabildo. Mas não creio que algum tenha sido Sepé. Primeiro, porque não foi reconhecido pelos portugueses, já que estivera em Santa Tecla e Rio Pardo. Segundo, pelo teor da conversa, que destoava da sua prática até ali. Os índios teriam dito que se os portugueses quisessem, poderiam passar, mas os “castelhanos” não, pois os tratavam muito mal.

Os indígenas perceberam a complicada situação enfrentada pelos portugueses durante a primeira expedição. Certa feita, ao notarem que não saíam para o campo aberto, preferindo se esconder nas matas, os guaranis fingiram trazer cartas, assim alguns lusos se apresentaram. O padre Bernardo Nusdorffer narra que próximo ao dia 11 de novembro: “o célebre índio José, miguelista, chegou a desafiar ao Sr. Francisco Pinto, que o retivera cativo no forte<sup>231</sup>, dizendo-lhe que estava com vontade de laçá-lo, se ele estivesse com ânimo de sair dali”<sup>232</sup>. Esta parece ter sido a única evidência do contato de Sepé com as tropas portuguesas durante a primeira expedição.

Poucos dias depois, em 14 de novembro, Gomes Freire firmava um pacto com os guaranis para não ser importunado durante a sua retirada. Sepé não assinou a convenção do governados do Rio de Janeiro com os caciques pela suspensão das armas, por não ser cacique. Da parte de São Miguel e São João, os signatários foram D. Miguel Numbarri, D. Cristoval Arirá e D. Joseph Mbarie<sup>233</sup>.

---

<sup>229</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 190-191.

<sup>230</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 335

<sup>231</sup> Referência ao episódio do forte de Rio Pardo, ocorrido em abril, quando Francisco Pinto Bandeira fazia parte da escolta de Sepé para encontrar os cavalos roubados.

<sup>232</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 446.

<sup>233</sup> “Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc.152. Os membros de São Miguel e São João só assinaram o documento dois dias depois dos demais.

## 2.4 Segunda expedição e morte

A ação de Sepé, em 1756, durou apenas trinta e oito dias. Mesmo assim, seu papel na oposição frente à segunda expedição é destacado por várias fontes. José Custódio<sup>234</sup> relata que, em 22 de janeiro de 1756, os ibéricos haviam aprisionado um índio espião, que os vinha observando. Segundo ele, D. Nicolau (Neenguiru) os havia convocado e tinha deixado o “índio Sepeê”<sup>235</sup> na Estância de Santo Antônio, com quatro peças de artilharia e quatrocentos homens de guarda, de onde enviava espiões. O mesmo relato é encontrado no diário do capitão espanhol Francisco Graell<sup>236</sup>. Em outro diário da parte dos espanhóis, atribuído a Andonaegui<sup>237</sup>, os dados são exatamente os mesmos, contudo, Tiaraju aparece como “Sepê”<sup>238</sup>.

No primeiro dia de fevereiro, existe nova menção ao líder guarani. Os diários atribuídos a José Custódio<sup>239</sup>, a Francisco Graell<sup>240</sup> e a Andonaegui<sup>241</sup> registram que as tropas ibéricas avistaram um indígena com uma “bandeirola de paz”, que todos supuseram ter sido enviado por Sepé. Ele afirmou que o líder não poderia vir, por estar impossibilitado devido a uma queda, mas que viria no dia seguinte. Após, foi mandado embora, com um recado para Sepé: que devesse obediência aos ibéricos e avisasse aos demais guaranis e aos padres para que evacuassem as reduções, caso contrário, seriam mortos.

<sup>234</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 395.

<sup>235</sup> Segundo Tau Golin, Custódio é o único a grafar o nome de Sepé assim. GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: Como os exércitos de Portugal e da Espanha destruíram povos dos jesuítas e índios guaranis do Rio Grande do Sul (1750 1756)*. Passo Fundo, UPF, 2004, pp. 394

<sup>236</sup> Segundo o diário de Graell, o guarani preso relatou que Neenguiru deixou “o índio Sepe reforçado com 4 canhões e 400 homens de guarda, e que deste posto mandava os exploradores (no original em castelhano, ‘bomberos’) correr pelo campo”. GRAELL, Francisco. *Passado Missioneiro no Diário de um Oficial Espanhol*. pp. 28-29.

<sup>237</sup> “Manifiesto de las operaciones del thenente general de los reales exércitos don Joseph de Andonaegui, gobernador y capitán general de las provincias del rio de La Plata, em observacion de las ordenes del Rey, para el reglamento de los limites con la corona de Portugal, por parte la America Meridional, y evacuacion de los siete pueblos de índios guaranis, situados al oriente del rio Uruguay de las misiones, que están al cargo de los religiosos de la Compañia de Jesus, cuyos territorios, segun los tratados, y la línea divisória se daban á la corona de Portugal, em equivalente de la Colonia de Sacramento, y de la navegacion privativa del rio de La Plata que quedaba á la de S.M.C.;em el que sedá una breve noticia de los primeros progressos para su mejor inteligencia”. Buenos Aires, 9 de de julho de 1757. CAMPAÑA del Brasil – Antecedentes coloniales. *Documentos referentes a la Guerra de la Independencia y Emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América*. Tomo II, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Gmo. Kraft, 1939, pp. 202.

<sup>238</sup> Tau Golin afirma que Custódio transcreveu os diários dos espanhóis. GOLIN, Tau. *op. cit.* pp. 394.

<sup>239</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp.411.

<sup>240</sup> GRAELL, Francisco. *Passado Missioneiro no Diário de um Oficial Espanhol..* pp. 37-38.

<sup>241</sup> “Manifiesto de las operaciones del thenente general de los reales exércitos don Joseph de Andonaegui”. pp. 203.

Nota-se que, neste momento, Sepé tenta entabular negociações com os rivais, ainda que sem sucesso. Talvez seja uma mudança de postura quanto as suas atitudes anteriores frente aos demarcadores, principalmente quanto aos portugueses, uma outra opção no lugar do enfrentamento direto. O padre Henis já destacava a cautela de Sepé nesse ano de 1756 quanto ao combate prematuro<sup>242</sup>.

Esta mudança de postura pode guardar relação com o que Bourdieu chama de “série de posições sucessivamente ocupadas”, que devem ser vistas no “espaço social”, ou seja, nas relações com outros agentes. Afinal, segundo o sociólogo francês, não é possível associar a trajetória de alguém somente ao sujeito dela<sup>243</sup>. O que teria levado Sepé a mudar de atitude durante sua trajetória? Provavelmente a necessidade de se adaptar frente à nova situação. Percebendo a força e o tamanho dos exércitos de Sua Majestade Católica e Fidelíssima, principalmente através dos relatos dos espiões, creio que Sepé se viu obrigado a ser mais prudente, esquivando-se de enfrentamento diretos como o de Caiboaté.

O objetivo de Tiaraju parecia ser arregimentar o máximo de indígenas, tanto guarani-missionários como “infieis” para o combate. Nusdorffer destaca que, em São Xavier, parte de São Miguel “tinha ordenado o capitão (Tiaraju!) que todos os índios presentes na estância fossem à guerra,... porque eram os melhores montados e os mais práticos (conhecedores) da terra e dos caminhos”<sup>244</sup>.

Em depoimento aos espanhóis no dia 26 de fevereiro de 1756, o guarani membro da missão de São Luís, Cristoval Reu, foi perguntado como estes fizeram frente ao exército de Sua Majestade. O indígena respondeu que “o Capitão Sepé escreveu ao seu corregedor chamado Francisco Chaca para que saíssem cem do povo...a fim de fazer oposição aos espanhóis”<sup>245</sup>.

Entre o final de janeiro e início de fevereiro, os guaranis decidiram em assembleia “que fosse cabo de todos o corregedor de São Miguel”<sup>246</sup>, conforme o relato de Nusdorffer. O padre Escandón, quando descreve as qualidades e a morte de Sepé, diz

<sup>242</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp.544.

<sup>243</sup> BOURDIEU, Pierre. *op. cit.* pp. 189-190.

<sup>244</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 478.

<sup>245</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANALIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 405-406

<sup>246</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 478.



que “foi a ele que todos os Sete Povos, lá em suas juntas de guerra, haviam apontado por chefe ou capitão geral dessa expedição desatinada”<sup>247</sup>.

Nusdorffer relata que Tiaraju percebeu que seria improdutivo atacar os ibéricos. Os guaranis somavam 1.400 homens, e os ibéricos, pelo menos o dobro disso. Sepé preferiu ordenar que fossem chamados mais indígenas para a luta<sup>248</sup>. Henis conta que no início de fevereiro, os guaranis começaram a marchar lentamente, mas com “José Tiararú” junto de cem homens de São Miguel na frente<sup>249</sup>. Talvez essa situação viesse contradizer sua cautela com a guerra. Mas Nusdorffer afirma que “Joseph Tyarayu...adiantou-se com uns cem índios, a fim de reconhecer mais de perto os exércitos contrários”<sup>250</sup>. Esta postura de antes reconhecer, observar os inimigos, para depois combatê-los parece ser prudente, buscando evitar o enfrentamento inconseqüente.

Mas Tiaraju não estava em Caiboaté, porque morreu três dias antes. Este fato é largamente noticiado nos documentos consultados, prova de que naquele momento, Sepé, para aquelas autoridades, teria o prestígio e a liderança junto aos indígenas e reconhecimento disso por parte dos europeus. O próprio José Joaquim de Viana, governador de Montevidéu e responsável pela morte do líder indígena, escreveu assim ao rei da Espanha na sua prestação de serviços para pedido de baixa.

Em 7 de fevereiro, fui nomeado para que com 300 homens saísse do acampamento que tínhamos no Vacacaí a desalojar os rebeldes da paragem que ocupavam, o que consegui, perdendo estes ao Capitão que os mandava chamado Sepé e oito índios foram mortos.<sup>251</sup>

O documento de Viana é esclarecedor, pois era destinado ao rei espanhol e menciona explicitamente Sepé. Ele nos possibilita fazer um cruzamento com todos os relatos dos demarcadores e dos jesuítas. A revolta guarani não foi um fato desimportante ou isolado, caso contrário, José Joaquim não se reportaria ao rei e os exércitos não teriam

<sup>247</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 305.

<sup>248</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 480.

<sup>249</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp.542.

<sup>250</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 478-479.

<sup>251</sup> “Funciones que em esta presente Real Expedicion a tenido con los indios desde que se dejaran beer, hásta la sorpresa del pueblo de San Lorenzo, el Coronel Don Joseph Joachin de Viana, son las siguientes” Archivo General de Simancas, legajo 7398, doc. 12. No original: “En 7 de febrero , fui nombrado para que con 300 hombres saliese del campamento que teniamos em el Bacacay à desalojar los rebeldes del parage que ocupaban, lo que conseguí, perdiendo estos al Cap. Que los mandava llamado Sepè, y ocho índios que todos foram muertos”.

sido enviados. Creio que através deste relato de José Joaquim se torna mais fácil inserir o confronto no contexto da Idade Moderna e do Antigo Regime.

Os jesuítas lamentaram a morte de Sepé. Nusdorffer e Henis contam a história tão conhecida do encontro de Sepé<sup>252</sup> e outros índios com cinco espanhóis, quando quatro morrem e um consegue escapar e avisar aos demais. Outros espanhóis vieram para o combate e os guaranis, apesar de estarem em menor número, decidiram lutar. Porém, Nusdorffer declara que

quis sua má fortuna que José, seu cabo, tropeçasse numa cavidade do terreno – havendo delas muitas naqueles campos, por assim dizer, de armadilhas – e, caindo do cavalo, feriu-se de tal sorte que não pode mais de levantar. Lançaram-se então sobre ele os espanhóis e ali, com pistolaços, que lhe deu o governador Viana, e com lançadas deram cabo nele.

Ocorreu esta desgraça a 7 de fevereiro.<sup>253</sup>

No dia sete do segundo mês de 1756, Graell escreve que quatrocentos homens saíram junto de José Joaquim de Viana, na perseguição de alguns indígenas. Retornaram com a notícia da morte de dois espanhóis e oito guaranis “entre estes um índio que, segundo o parecer de alguns e por duas cartas em guarani que se encontravam com ele, parece ser o Capitão Sepé”<sup>254</sup>. Seu corpo foi reconhecido pelos europeus, principalmente através dessas correspondências que portava<sup>255</sup>.

Custódio diz que Sepé foi reconhecido por um espanhol. Sobre a morte, narra que José Joaquim de Viana, avistando um índio “que lhe parecia ser o que os mandava, ao qual um peão português quebrou uma lança no corpo, e o governador de Montevideu o matou com um tiro de pistola”<sup>256</sup>. Para o lusitano, “o índio Sepeê, que ficou morto, era entre os seus de grande valor e astúcia, e, por isso, comandava aos demais”<sup>257</sup>.

No “Manifiesto” redigido por Andonaegui, aparece larga descrição do combate. Uma parte da tropa de Jose Joaquim de Viana, em determinado momento, se adiantou para conter os indígenas “em particular um deles, que segundo as indicações parecia ser o Capitão que os mandava. A este se conseguiu matar e se achou por certo, pelos papéis

<sup>252</sup> Muito provavelmente, Sepé estivesse fazendo o trabalho de observação das tropas ibéricas.

<sup>253</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 480-481.

<sup>254</sup> GRAELL, Francisco. *Passado Missioneiro no Diário de um Oficial Espanhol*. pp. 43.

<sup>255</sup> As cartas, como já foi referido no primeiro capítulo, encontram-se transcritas no diário de Jacinto Rodrigues da Cunha.

<sup>256</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 417.

<sup>257</sup> Idem. pp. 419.

que se lhe encontraram”<sup>258</sup>. Provavelmente, pelo próprio desenrolar da refrega, os soldados ibéricos perceberam que o líder daquela tropa era Sepé. As cartas somente confirmaram essa impressão.

O reconhecimento da liderança de Sepé por parte de guaranis, jesuítas e inclusive ibéricos parece ser demonstrado pelo que Levi chama de “rede formal das relações de consangüinidade e de alianças”<sup>259</sup>. As referências parecem comprovar esta suposição. Caso contrário, como se explica a convocação dos guaranis por parte de Sepé, como foi o caso narrado por Cristoval Reu da redução de São Luís? E da adesão por parte dos guaranis, como está relatado nos diários dos jesuítas Tadeo Henis e Bernardo Nusdorffer?

Creio que é possível, como queria Ginzburg, induzir, a partir destes detalhes<sup>260</sup>, o porquê de Sepé ser tão mencionado. Ao longo de sua trajetória, ou pelo menos, ao longo da trajetória possível de ser pesquisada, Tiaraju construiu, traçou essa sua rede. Ou, em outras palavras, esta foi a “estratégia” por ele adotada a fim de se opor aos Exércitos das Coroas Ibéricas. Estas alianças parecem ter sido construídas principalmente pelo seu valor, atributo obtido nas ações em Santa Tecla e Rio Pardo.

Ainda que tenha havido um certo deslocamento na sua posição, de mais ofensivo no princípio a mais cauteloso no final, é razoável supor, pelas poucas fontes que temos disponíveis, que estes primeiros acontecimentos tenham causado grande repercussão na época. Pois, se em algumas fontes, Sepé não é citado nominalmente em 1753 e 1754<sup>261</sup>, o mesmo não acontece em 1756. Nessa altura, todos já sabiam quem era o índio de São Miguel. Havia obtido notoriedade, sendo reconhecido não só pelos índios missioneiros, como também pelas autoridades coloniais.

## 2.5 A guerra pela terra

Ainda que não possa ser considerada uma guerra, mas sim uma revolta, o episódio da recusa dos guaranis em realizar a mudança para a outra margem do rio Uruguai foi um confronto bélico. Envolveu dois exércitos europeus coligados e um de indígenas. O objetivo dos guaranis era manter o *status quo* em que viviam. Ou seja, não se pretendia defender um sistema de vida original, mas sim manter as terras de sempre,

<sup>258</sup> “Manifiesto de las operaciones del thenente general de los reales exércitos don Joseph de Andonaegui”. pp. 204.

<sup>259</sup> LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. pp. 96.

<sup>260</sup> Ou fazer uso da “intuição”, tal qual sugere o italiano. GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. pp.179.

<sup>261</sup> Como foi visto, principalmente nas de origem lusitana, os diários de Custódio e Cunha.

ampliadas com a cataquese. A luta não era contra a Coroa Espanhola, ou seus representantes, mas contra as determinações do Tratado de Madri e os inimigos de sempre: os portugueses. Tinham uma noção do momento histórico que viviam e tentavam reverter a decisão a partir de aportes políticos.

O território missioneiro tornou-se muito cobiçado. Após uma primeira tentativa de reduções, que durou entre meados de 1620 e 1630, houve necessidade de abandonar a região *Tape* pelo constante ataque dos bandeirantes. Na virada do século XVII para o XVIII, guaranis e jesuítas voltariam a ocupar a Banda Oriental do rio Uruguai<sup>262</sup>.

Com isso, os guaranis desenvolveram uma rivalidade bélica contra os portugueses, construída sobre uma identidade missioneira – abandonar seu território para os lusitanos seria entregá-lo para os inimigos. Portanto, é fácil concluir que, em 1753, os guaranis foram para a guerra com a finalidade de defender sua terra, ou seja, cada uma das reduções que cederia seus núcleos urbanos, ervais e estâncias aos portugueses.

Talvez as formas mais fortes de expressão da identidade de Sepé como um guarani-missioneiro tenham sido através da sua relação com a guerra e do seu reconhecimento junto a terra. Sua forma de atuar na guerra e sua identificação com o território e com sua própria redução, São Miguel, acabam revelando estes elementos que à primeira vista podem passar despercebidos.

A guerra indígena possui muitas características que a diferenciam da guerra “moderna”, ou da guerra de “conquista”. Desde já cabe anunciar que a maioria das pesquisas sobre o assunto se refere aos grupos Tupi. Em primeiro lugar, a guerra para os tupis, não procura escravizar, mas consumir, literalmente falando, com o inimigo. Isso se opõe à ideia do “bom selvagem” que muitos antropólogos das primeiras décadas do século XX manifestaram em suas teorias<sup>263</sup>.

Os guaranis não fugiriam desse sistema guerreiro pré-conquista que muitas vezes foi manifesto no tempo de Colônia. Ainda que muitos autores coloquem a guerra como elemento unificador da sociedade Tupi e a religião da sociedade Guarani, ela era muito importante para este grupo. As lutas internas entre guaranis e outros grupos

---

<sup>262</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. “As Missões jesuítico-guaranis”. pp. 107-117.

<sup>263</sup> FAUSTO, Carlos. “Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena”. in: NOVAES, Adauto. (org). *A outra margem do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, pp. 273-280. Fausto debate a guerra indígena entre a ideia de Clastres que entendia a guerra como o centro da sociedade primitiva, “a permanência dessa sociedade é a permanência da guerra” e de Lévi-Strauss, para quem a guerra fornecia meios para o funcionamento das relações. Propõe um “consumo produtivo”, baseado na destruição e no consumo de pessoas. A morte do inimigo possibilitaria novas possibilidades de existência. pp. 261-267.

étnicos indígenas foram uma constante, especialmente contra os guaykurus, charruas e os kaingang. Após o período da conquista, os rivais seriam os portugueses<sup>264</sup>. Os motivos da guerra dos guaranis não eram muito diferentes das guerras dos demais indígenas. Mais voltada para a conquista e a manutenção de territórios do que para o extermínio e o controle sobre os inimigos, era praticada muito antes do contato com o europeu<sup>265</sup>.

O guarani, aparentemente pacífico no período colonial<sup>266</sup>, soube revidar quando atingido naquilo que lhe era importante. Segundo Arno Kern, o termo “guarani” significa “guerreiro”. Tanto contra outros indígenas que não tinham aceitado a vida reducional, os “infiéis”, como contra os portugueses, puderam manter suas habilidades bélicas<sup>267</sup>. Porém, para André Luís Soares, esta é uma tradução errada. A expressão correta para “guerreiro” seria “guarini”<sup>268</sup>.

Para Jean Baptista, a guerra dos guaranis, durante o período colonial reducional, deixou de ser uma “extensão de rivalidades” e tornou-se um “ajuste de rivalidades a serem extintas ou criadas em favor de identidades, propostas e interesses do projeto missional”<sup>269</sup>, iniciando uma das principais lutas, contra os portugueses, conforme já citado. O atrito com os lusitanos foi uma constante. Eles não eram considerados tribos inimigas, nem “infiéis”. Eram os inimigos cristãos daqueles índios catequizados, desde as capturas realizadas pelos bandeirantes. O próprio restabelecimento das missões, que hoje se encontram no Rio Grande do Sul, ocorreu em oposição ao avanço luso nessa região da América Meridional com a fundação da Colônia do Sacramento<sup>270</sup>.

A oposição aos portugueses é visível no confronto causado pela assinatura do Tratado de Madri desde quando os indígenas impediram a passagem das comissões demarcadoras em fevereiro de 1753. E possivelmente, como visto, o momento de maior

<sup>264</sup> MONTEIRO, John Manuel. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional Séculos XVI-XVIII”. pp. 480-481.

<sup>265</sup> SOARES, André Luis R. *Guarani: organização social e arqueologia*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997, pp. 167. Para fazer tais afirmações André Luís cita NOELLI, F.S. *Sem tekohá não há teko. (Em busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio do Delta do Jacuí-RS)*. Porto Alegre, PUCRS, 1993, Dissertação de mestrado.

<sup>266</sup> Esta suposta “pacificidade” está permeada pelo etnocentrismo europeu e por concepções como a do “bom selvagem” de Rousseau.

<sup>267</sup> KERN, Arno Alvarez. “Missões uma utopia política”. pp. 154.

<sup>268</sup> SOARES, André Luis R. *Guarani: organização social e arqueologia*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997, pp. 167.

<sup>269</sup> BAPTISTA, Jean. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. São Miguel das Missões, Museu das Missões, 2009. (Dossiês Históricos do Museu das Missões; 2). pp.179-180.

<sup>270</sup> NEUMANN, Eduardo. “Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757”, pp. 76-78.

tensão entre portugueses e guaranis, foi o episódio ocorrido no Forte de Rio Pardo em 29 de abril de 1754.

Sobre esse fato, Nusdorffer relata um primeiro ataque fracassado em dois de fevereiro do mesmo ano. Conforme o jesuíta, os índios de São Luís e São Lourenço investiram contra os portugueses, tentando expulsá-los “da paragem onde estavam”<sup>271</sup>. Quando ficaram sabendo dessa primeira investida, os guaranis teriam organizado uma segunda expedição contra o forte. Nessa ocasião, “os portugueses, ao sentirem os índios nas imediações do seu forte, dispararam mais de mil tiros de escopetas e mais de cem tiros de suas pecinhas, encerrados sempre no interior do mesmo”. Contudo, os índios não atacavam e os lusitanos, vendo isto, os teriam chamado para o interior do forte, para conversar sobre cavalos roubados pelos guaranis<sup>272</sup>. Para Jacinto Cunha, três esquadrões de índios atacaram o Forte de Rio Pardo atirando com armas de artilharia e flechas, mas fugiram aos receber a primeira carga de fogo<sup>273</sup>.

Temos, nesse momento, um tipo de enfrentamento bélico bem diferente dos primeiros ataques à Colônia de Sacramento, em 1681, quando ocorreu um verdadeiro massacre dos portugueses por parte dos guaranis. Houve grande precipitação e diversos excessos cometidos pelos indígenas<sup>274</sup>. Talvez, a situação que mais se assemelhe com os ataques à Colônia de Sacramento seja a primeira ofensiva contra o Forte de Rio Pardo, na qual, segundo Nusdorffer, os índios “fizeram malograr a grande cobiça, o pouco discernimento e a confiança excessiva”<sup>275</sup>.

Dez dias antes do ataque ao forte, em 19 de abril de 1754, o padre Lourenço Balda escreveu ao padre Tadeo Henis, contando que:

Mucho nos hemos alegrado que nuestro teniente y el Capitán Josef se hayan ido allá a ayudar à sus parientes, con eso esperamos que todos se animarán, y

<sup>271</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 401-403.

<sup>272</sup> Idem, pp.410-412.

<sup>273</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. Rio de Janeiro, RIHGB, 16 (2-3),1853, pp. 165-166.

<sup>274</sup> “Cartas (2) do governador do Rio de Janeiro D. Manuel Lobo sobre os acontecimentos ocorridos na Colonia de Sacramento e especialmente o que se passara com o seu aprisionamento”. 20 de janeiro e 3 de Janeiro de 1683. *ANNAES da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume XXXIX, Oficinas Graphics da Biblioteca Nacional, 1921. pp. 162-166. Conforme o relato as palavras de ordens dos padres da Companhia de Jesus aos índios eram *ayuca ca rayba*, ou “matai os brancos” em guarani.

<sup>275</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 403.

quitarán este borron que causa en el credito de nuestros hijos, y uma vez hechados los Lusitanos será mayor el terror que tendrán adelante.<sup>276</sup>

Tudo indica que, naquele momento, os indígenas se organizaram para investir contra os portugueses. Percebe-se uma hostilidade aos lusitanos, não só da parte dos guaranis, mas também dos jesuítas.

Eduardo Neumann sustenta a hipótese de que os próprios padres incentivaram a construção de uma identidade *Tape* junto aos missioneiros, tendo como uma das suas bases, a rivalidade contra os portugueses<sup>277</sup>. Foi devido aos ataques bandeirantes que se organizou, de maneira oficial, um exército guarani, milícia responsável por patrulhar os limites entre as Coroas espanhola e portuguesa, tendo em vista a situação fronteiriça que a região se encontrava<sup>278</sup>.

As ações do exército guarani em prol do rei Católico eram lembradas e exaltadas pelos índios como forma de protestar contra as ordens de transmigração. Este aspecto fica evidente nas sete cartas enviadas pelos caciques e cabildos das reduções rebeladas ao governador de Buenos Aires, Andonaegui<sup>279</sup>. As cartas que Sepé portava quando foi morto, também continham o mesmo elemento de valorização dos serviços prestados pelos índios ao rei espanhol. Na correspondência em questão, consta que “nós outros em nada temos faltado ao serviço do bom rei”, e sobre os ataques à Sacramento, o remetente relata acerca das “repetidas vezes que da ordem sua temos exposto nossas vidas e derramado nosso sangue, nos sítios que na Colônia, portugueses se têm feito”<sup>280</sup>.

Pode-se perceber que a guerra é muito relevante para os guaranis. John Monteiro lamenta que os estudos sobre o tema só apareçam quando se trata dos movimentos de resistência, como nas obras de Meliá e Necker, ou quando o tema abordado é o “exército guarani”. Segundo Monteiro, isso ocorre porque, para a etnologia, a religião é o principal motor da sociedade guarani, assim como a guerra é motor da sociedade tupi.

<sup>276</sup> “Cartas (36) de vários. 22 de setembro de 1752 a 26 de março de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp.378.

<sup>277</sup> Sobre o tema ver da construção da identidade *tape* ver: NEUMANN, Eduardo. “Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757

<sup>278</sup> KERN, Arno Alvarez. “Missões uma utopia política”.pp.150-153. Conforme Kern, em 6 de março de 1644, o rei da Espanha reconheceu as missões como elemento de defesa contra os portugueses e recomendou o envio de jesuítas espanhóis para as mesmas.

<sup>279</sup> Como por exemplo na carta da redução de São João: “Por lo que don Felipe V nos amó, y por haberse mostrado y sido un bom padre, no hicimos cosa em su contra: fuimos dos veces a la Colonia a echar los portugueses de ella”, em referência aos dois ataques à Colônia de Sacramento em 1705 e novamente em 1735. MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949, pp. 554.

<sup>280</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. Rio de Janeiro, RIHGB, 16 (2-3),1853. pp. 231.

Contudo, o próprio autor ressalta que “as fontes espanholas, jesuíticas e portuguesas apontam para a importância central da guerra nas relações entre os grupos Guaranis locais”<sup>281</sup>.

Wilde contrapõe dizendo que não chegava a existir um “*ethos* guerreiro” guarani, mas sim “um valor histórico singular à participação indígena na organização militar colonial”. Mesmo que as tradições guerreiras tenham existido antes da conquista, deve-se destacar que a formação guarani-missioneira identificava-se com a “companhia militar ou o povoado. Por isso que a história de uma redução podia ser feita sobre a sua história militar”<sup>282</sup>. Dessa forma, reforça-se a ideia de uma identidade reducional, ou seja, cada missão tinha sua própria história, trajetória e identidade. Logo, essa identidade parece ter sido reforçada pelo aspecto bélico e pelas contribuições de cada redução para com o rei espanhol, de quem os guaranis se consideravam súditos<sup>283</sup>.

Tal identidade fazia com que cada redução tivesse a sua defesa. Jean Baptista considera que as estâncias tinham função militar no sentido de proteger a missão de possíveis invasores, o que explica a existência de armas em seu interior. Esses estancieiros foram os primeiros guaranis armados que os ibéricos encontraram, como por exemplo, na estância de Santa Tecla. Para o autor, Sepé Tiaraju foi um desses estancieiros preparados para algum conflito<sup>284</sup>. Conforme José Custódio, ali os índios estavam “armados de espingardas, lanças e flechas”<sup>285</sup>. A perspectiva de Sepé, como um desses estancieiros, pode ser endossada por Escandón, quando este reconhece o indígena como capataz ou maioral do posto de Santo Antônio<sup>286</sup> e chama os seus habitantes de “estancieiros”<sup>287</sup>.

<sup>281</sup> MONTEIRO, John Manuel. “Os Guaranis e a História do Brasil Meridional Séculos XVI-XVIII”. pp. 480-481.

<sup>282</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. pp. 168.

<sup>283</sup> Curioso perceber como as fontes jesuíticas ligam os indivíduos às suas respectivas reduções. Sepé, por exemplo é bem identificado como membro de São Miguel. Henis se refere a Sepé, “aquele célebre capitán de los miguelistas”. HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 494. NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 411. Ambos os trechos tratam do episódio do forte de Rio Pardo.

<sup>284</sup> BAPTISTA, Jean. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. pp. 181-182.

<sup>285</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 261.

<sup>286</sup> Esta foi a estância de onde teriam saído os guaranis que barraram os demarcadores.

<sup>287</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. São Leopoldo, Pesquisas, História n, 23, 1983.



Ao que consta para Tadeo Henis, Sepé partiu com cem homens desde Santa Tecla na expedição que acabou com sua vida<sup>288</sup>. Ainda conforme depoimento anônimo e sem data, mas presumivelmente de 1756, da parte de um guarani, Nicolau Neenguiru pretendia que fossem mais do que cem índios junto com Sepé, ao que este teria respondido que “conforme ia pelas estâncias, ia delas sacando gente”<sup>289</sup>. Por mais que, neste caso específico, isso não tenha ocorrido, fica demonstrado o destaque militar das estâncias.

A morte de Sepé Tiaraju merece grande destaque para o aspecto guerreiro de uma sociedade indígena, principalmente no que se refere às suas repercussões. Ao que tudo indica, a batalha de Caiboaté foi uma resposta dos guaranis para a perda de seu líder. Conforme o mesmo depoimento acima citado: “determinou o mencionado Neenguiru que marchar ao cerro Caybaté no local onde foi morto Sepé, com o ânimo de que em dito Cerro, havia de vingar-se a morte de dito Capitão”<sup>290</sup>. Tadeo Henis afirma que, em dez de fevereiro, apesar de alguns preferirem seguir a proposta do líder que havia morrido, prevaleceu a ordem de Neenguiru de lutar<sup>291</sup>.

Em outro depoimento, Cristoval Reu, da missão de São Luís, disse que foi Pascoal Iguapó, alferes-real de São Miguel, que incentivou e animou os índios para a luta do dia dez de fevereiro<sup>292</sup>. Por outro lado, Nusdorffer afirma que o alferes real de São Miguel, em 1756, pretendia seguir a vontade de Sepé Tiaraju. O religioso relata que em uma assembleia, alguns índios manifestaram que pretendiam ir ao confronto direto, mesmo que com menor número de homens, argumentando que “talvez a luta que os espanhóis estão buscando, vai de novo reduzir-se a palavras e não a ações, como se deu por experiência junto ao rio Jacuí com os portugueses”<sup>293</sup>, numa evidente alusão à

---

<sup>288</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 542.

<sup>289</sup> “De la otra de las noticias que se han adquirido concernientes à la resistencia de los Indios, que aprendió Viana en el pueblo de San Lorenzo” DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938, pp. 427.

<sup>290</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>291</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 544.

<sup>292</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938, pp. 406.

<sup>293</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 481.

conferência de não agressão entre os caciques dos povos rebelados e Gomes Freire em novembro de 1754<sup>294</sup>.

Carlos Fausto afirma que, no caso dos tupi-guaranis, o “motor explícito da guerra era a vingança”, ao invés da conquista ou da pilhagem<sup>295</sup>. Para Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha, ao analisar a sociedade tupinambá percebe-se que o nexos desta é a vingança, realizada principalmente através da morte do inimigo, e é desta maneira que se estabelece a relação com ele. Apesar de dar destaque para o canibalismo como um aspecto da vingança, os autores afirmam que, mesmo após o contato com os europeus e o fim da antropofagia, a vingança permanece como elemento da sociedade tupinambá<sup>296</sup>. Em uma perspectiva semelhante, baseada nestes autores, John Monteiro percebe que a maioria dos relatos sobre os grupos tupis durante o século XVI<sup>297</sup> concorda que a vingança era a principal razão dos conflitos entre eles. A vingança poderia ocorrer tanto através da morte do inimigo no campo de batalha, ou como pela captura e execução dele<sup>298</sup>.

Ainda ao estudar a guerra indígena, Carlos Fausto usa como exemplo a “vendeta jivaro”, povo amazônico. Para este autor, a guerra é uma relação entre os grupos indígenas, uma forma de troca para a sociedade nativa. Mas ao contrário da troca de bens, na qual, “quem dá quer receber, na vingança, o desejo se inverte e o matador não quer ser pago, nem está obrigado a receber o pagamento (sua própria morte)”<sup>299</sup>. De qualquer maneira, Fausto liga a guerra e a vingança à predação e ao consumo do inimigo<sup>300</sup>. Jean Baptista apresenta a perspectiva de vingança indígena para o guarani-missionário. O autor utiliza-se principalmente de Monteiro e do artigo de Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha. Ele entende que não seria interessante aos jesuítas terminar com o que chama de “‘índole guerreira’ dos nativos”, por ser algo positivo para instalação das reduções. Por isso, a guerra vai ser tão importante na configuração social dos missionários<sup>301</sup>.

<sup>294</sup> “Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc.152

<sup>295</sup> FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005. pp.79.

<sup>296</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Vingança e temporalidade: os Tupinambá. In: *Journal de la Societé des Américanistes*. Tome 71, 1985, pp. 191,208.

<sup>297</sup> Como por exemplo, os textos Jean de Lery e de Hans Staden.

<sup>298</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, pp. 27-28.

<sup>299</sup> FAUSTO, Carlos. “Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena”. pp.263-264.

<sup>300</sup> Idem. pp. 267.

<sup>301</sup> BAPTISTA, Jean. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. pp. 168-169.

Sendo assim, é plausível que o combate três dias depois de Sepé ter sido morto pelas tropas ibéricas tenha sido motivado pela vingança? Eduardo Neumann afirma que é possível perceber este elemento devido à precipitação com que os guaranis investiram “contra os exércitos coligados, ao abandonarem os procedimentos adotados até esse momento, no caso, a guerrilha defensiva”. Ainda considera que os guaranis pretendiam praticar a “violência-vingativa”<sup>302</sup>, devido à forma como os jesuítas “narravam o passado”, através das “atrocidades perpetradas pelos ‘bandeirantes’”<sup>303</sup>.

Talvez seja por que, como defende Jean Baptista, os missioneiros mantiveram uma série de práticas e crenças, como por exemplo, o combate aos inimigos<sup>304</sup>. Alguns podem argumentar que Sepé não tenha personificado exatamente o caráter guerreiro indígena. Afinal, suas atitudes em Santa Tecla e Rio Pardo podem não ter correspondido exatamente àquilo que foi descrito a respeito dos confrontos militares para os nativos. Contudo, o mesmo pode se afirmar em relação a toda a revolta, afinal, antes de lutar os indígenas tentaram negociar<sup>305</sup>. Mas o guarani-missioneiro de 1750 é o mesmo guarani de 1680, ou do início do século XVII? Como foi visto, esse indígena passou por um processo de etnogênese, ou de ocidentalização, o que resultou em mudanças profundas no seu modo de ser.

Os grande rivais durante o confronto são portugueses, apesar de que as tropas espanholas também são combatidas. Conforme Guillermo Wilde, a guerra, antes da conquista era uma “prática sócio-política central, que dependia da dinâmica interna do grupo”. Nas reduções, as guerras foram ressignificadas, “reforçando a unidade do sistema missioneiro em contraposição com a população não reduzida”, como infiéis e portugueses<sup>306</sup>. Assim, a vingança é uma vingança reelaborada, após anos de contato, contra Gomes Freire, que não cumprira com o acordo assinado em novembro de 1753, contra a morte de seu líder, Sepé. Ainda que tenha alguns elementos do período pré-

---

<sup>302</sup> Conceito de Branislava Susnik. Ver: SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguai, II: Etnohistoria de los Guaraníes: época colonial*. Asunción: Museo Etnografico Andrés Barbedo, 1979-1980.

<sup>303</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 230

<sup>304</sup> BAPTISTA, Jean. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. pp. 207-208.

<sup>305</sup> Aja a vista as sete cartas enviadas ao governador de Buenos Aires em 1753. MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949. Júlio Quevedo entende que “como o guarani reduzido não conseguiu convencer o governador de Buenos Aires, só lhe restou o último instrumento que ainda conhecia: a guerra”. SANTOS, Júlio Quevedo dos. *Guaranis e Jesuítas na utopia do Prata*. Bauru, EDUSC, 2000. pp. 202

<sup>306</sup> WILDE, Guillermo. “Poderes del ritual e rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaraníes”. pp. 222-223.

contato, não deve-se perder o caráter histórico das mudanças no seu modo de viver e na identidade dos guaranis.

Aqui cabe uma ressalva: os processos históricos tem tido cada vez mais valor no campo acadêmico, as mudanças nas culturas estudadas pelos antropólogos vêm crescendo em importância, uma vez que estes reconhecem que as trajetórias das populações são importantes na compreensão de suas culturas. Os historiadores, por sua parte, dão o devido valor as ações humanas no processo histórico. Isso significa dizer que a dualidade entre estruturas culturais e processos históricos está sendo superada<sup>307</sup>. Ou seja: é complicado adaptar as regras dos guaranis de antes da conquista para um evento ocorrido mais de duzentos anos após seu início. Em outras palavras: o processo de ocidentalização também transformou a concepção que os guaranis tinham da guerra.

É importante destacar que, também para Wilde, a guerra, assim como a festa, “conservam a propriedade fundamental de manter a coesão social. Os jesuítas conhecendo a importância destas práticas trataram de reorientá-las e estabilizá-las”<sup>308</sup>. Logo, a guerra aglutina estas reduções. Ou seja: a guerra, e a vingança existente nela, parecem ter sido elementos trabalhados pelos jesuítas na formação das missões. Talvez a revolta de 1750 tenha revelado mudanças e permanências dentro da sociedade guarani-missioneira.

Ainda sobre Caiboaté, o diarista luso José Custódio descreve como foi encontrado o corpo de um dos seus compatriotas. Segundo ele, os guaranis lamentavam muito seus mortos, mas por outro lado, destaca o que chama de “crueldade com que haviam tratados aos nossos, pois se achou um corpo de um peão português no campo, com cento e tantas lançadas, e o peito aberto, donde haviam lhe tirado o coração”. Mais adiante diz que “não davam quartel a ninguém”<sup>309</sup>. Conforme Carlos Fausto, a guerra indígena não é quantitativa, mas sim qualitativa. Segundo o autor, a “socialização do ato homicida,(...) permite ampliar o número de matadores”. Assim, traz o exemplo dos parakanãs<sup>310</sup> e dos yanomamis<sup>311</sup>, que flechavam e lançavam o inimigo várias vezes, mesmo depois de mortos. Para Fausto, esta é uma lógica qualitativa de guerra, pois consiste em extrair o máximo de uma morte, com um efeito mais simbólico do que

---

<sup>307</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. pp 21 e 25.

<sup>308</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>309</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 431.

<sup>310</sup> Indígenas do tronco lingüístico tupi-guarani, que habitam o norte do Brasil.

<sup>311</sup> Indígenas que habitam a região da Amazônia brasileira e venezuelana.

bélico<sup>312</sup>. Talvez a compreensão sobre a guerra tenha mudado, assim como a forma de fazer a guerra. O conflito causado pela ordem de transmigração foi marcado por escaramuças e pela ação dos “bomberos”, espiões, diferentemente da guerra indígena pré-contato. Mesmo assim, alguns elementos parecem persistir, como certas maneiras de se portar no campo de batalha.

Contudo, ainda existem outros indícios. Diversos elementos que o cercam, podem nos levar a estas aproximações entre Sepé e a guerra indígena. Não me refiro somente à opção feita pelas armas, isso seria simplista. São fatores indiretos, que cercam o personagem, tais como as cartas encontradas junto ao seu corpo ou a reação de seus companheiros após a sua morte. Não seriam estes alguns “dados marginais” que podem fugir a uma primeira impressão? Acredito que estes elementos, aparentemente externos ao sujeito Sepé, podem ser considerados um tipo de “resíduos” sobre os quais Carlo Ginzburg pretende realizar sua proposta metodológica<sup>313</sup>.

Por outro lado, ainda temos que considerar o fator da resistência por parte dos guaranis. Gostaria de destacar, sobretudo, o episódio com a primeira comissão demarcadora ocorrido na estância de Santa Tecla. Conforme o diário de Jacinto Rodrigues, quando os demarcadores ali chegaram, “no primeiro porto dos Tapes: nele acharam alguns armados que lhe negaram o passo”<sup>314</sup>. Um diarista da primeira comissão indica que, em vinte e sete de fevereiro de 1753, cerca de oito mil homens impediram a progressão dos comissários. Como os indígenas se negavam a permitir a passagem, os ibéricos decidiram retirar-se em dois de março<sup>315</sup>.

Esta foi a primeira oposição frontal às determinações do Tratado. Em Santa Tecla, a maioria dos guaranis deixou claro que não pretendia obedecer à ordem de transmigrar. A presença de membros do cabildo de São Miguel, como o alferes-real Sepé Tiaraju, o alcaide-maior Miguel Taisucay e o secretário Felipe Subay, é um primeiro indicativo da importância da participação da elite guarani na revolta e na

<sup>312</sup> FAUSTO, Carlos. “Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena”. pp. 274.

<sup>313</sup> Ao falar sobre a psicanálise, para explicar o método da micro-história, o historiador italiano Carlo Ginzburg destaca que Freud propõe um “método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância,...forneceriam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano”. GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. pp. 149-150.

<sup>314</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. Rio de Janeiro, RIHGB, 16 (2-3), 1853, pp.152.

<sup>315</sup> “Diário da 1ª partida da demarcação de 1752”. in: Leopoldo Nery da Fonseca Júnior, *Fronteiras do Sector Sul (Annexo ao 1º volume)*, Tip. do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1937, pp. 38-40. apud.: FERREIRA, Mário Olímpio Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os Trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. pp.211

resistência aos ibéricos. Um segundo momento são as cartas escritas pelos sete povos rebelados<sup>316</sup>. Dentre as cartas, estava a de São Miguel, assinada por vinte e três caciques e por todo o cabildo, incluindo o alferes-real<sup>317</sup>, que muito provavelmente era Sepé Tiaraju<sup>318</sup>. Contudo, esta não foi uma resistência armada, mas sim escrita. Na carta de São Miguel, temos um bom exemplo da rivalidade dos guaranis com os portugueses, quando é dito que estes “são da parte do diabo”<sup>319</sup>.

Lia Quarleri afirma que os indígenas entendiam que havia um pacto de vassalagem, com direitos e obrigações, que acabou criando, por exemplo, as milícias guaranis. Como a Coroa espanhola rompeu esse pacto, a resistência armada seria uma resposta legítima por parte dos índios<sup>320</sup>. Para que existisse um pacto de vassalagem era necessário que houvesse uma terra: no caso o território missioneiro. Aos seus olhos, os guaranis possuíam a terra, que tinham herdado de seus antepassados<sup>321</sup>. A presença deles na região *Tape*, entretanto, estaria ligada à necessidade de guarnecer e patrulhar esta fronteira. Seriam “tropas auxiliares” do rei Católico para proteger a Província do Paraguai e as terras próximas ao rio da Prata<sup>322</sup>. Júlio Quevedo destaca que “no grito pela guerra estava implícita a terra” na tentativa de “manter o status quo”<sup>323</sup>, ou seja, o território.

Essa situação de se perceberem como vassalos fica clara na carta que os caciques de São João escreveram para o governador Andonaegui em dezesseis de julho de 1753: “nós não fomos conquistados por espanhol algum, por razão e palavra dos padres nos fizemos vassalos de nosso Rei”<sup>324</sup>. Isso indica que os caciques perceberam que, de qualquer maneira, precisariam dos jesuítas para ter um solo que fosse fértil. Por essa razão, Lia Quarleri expõe que esse território missioneiro era, junto com os padres, o

---

<sup>316</sup> WILDE, Guillermo. WILDE, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo Guaraní Misionero (1750-1850)*. pp. 79.

<sup>317</sup> MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Misionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949. pp. 562-567.

<sup>318</sup> Provavelmente por que segundo a bibliografia, os cargos do cabildo mudavam a cada ano.

<sup>319</sup> Idem.

<sup>320</sup> QUARLERI, Lia. “El territorio jesuítico-guaraní: del enfrentamiento de sentidos al conflicto armado (1750-1761)”, *História UNISINOS*. São Leopoldo, maio/ago 2007, n.11(2). pp. 180-181.

<sup>321</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>322</sup> NEUMANN, Eduardo. “Fronteira e identidade: confrontos luso-guaraní na Banda Oriental 1680/1757”. pp. 74.

<sup>323</sup> SANTOS, Júlio Quevedo dos. *Guaranis e Jesuítas na utopia do Prata*. pp. 210.

<sup>324</sup> MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Misionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949, pp. 552.

principal meio de vinculação política da monarquia espanhola e suas autoridades com os caciques e os índios, o que teria viabilizado o projeto sócio-religioso<sup>325</sup>.

Os jesuítas contribuíram para o processo de territorialização dos guaranis na Banda Oriental do Rio Uruguai. Eles reforçaram durante décadas a unidade étnica cultural dos indígenas com a região. Assim, o confronto com o lusitano passou a fazer parte da identidade regional e da relação da sociedade guarani com o território *Tape*<sup>326</sup>. Conseqüentemente, a questão bélica pode ser entendida como ligada ao território. A guerra é feita justamente para defender a terra. É o mesmo que afirmar que o conflito ocorreu em consequência da rejeição dos guaranis em abandonar o território missioneiro oriental e transmigrar.

Como visto<sup>327</sup>, o que ocorreu com os guaranis nas reduções foi um processo de territorialização. João Pacheco define esse conceito como um objeto político administrativo, tal qual as reduções, que se transforma em uma coletividade organizada com uma identidade própria. Portanto, é um ato político que auxilia na construção das identidades étnicas, inserindo os grupos étnicos em espaços geográficos limitados e determinados<sup>328</sup>.

João Pacheco vale-se dos aportes do antropólogo norueguês Fredrik Barth para definir os grupos étnicos e suas fronteiras. Para este, a identificação de um indivíduo do grupo com o outro implica “critérios de avaliação e julgamento”, assim como perceber “estrangeiros” como membros de grupos étnicos diferentes. Barth afirma que conceito de grupo étnico parte de um ponto de vista social, mas não esquece que as fronteiras entre estes podem ter “contrapartidas territoriais”<sup>329</sup>.

A ligação dos guaranis com a terra pode ser observada, por exemplo, nas cartas que Sepé portava ao ser morto. Para os índios que escreveram a Sepé, “Deus Nosso Senhor foi quem nos deu estas terras”<sup>330</sup>. Interessante notar como a referência ao Deus cristão, mesmo numa correspondência interna, parece confirmar que a relação entre os

<sup>325</sup> QUARLERI, Lia. “El territorio jesuítico-guarani: del enfrentamiento de sentidos al conflicto armado (1750-1761)”. pp. 177.

<sup>326</sup> NEUMANN, Eduardo. “Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757. pp. 87-89.

<sup>327</sup> A questão da territorialização foi apresentada no primeiro capítulo.

<sup>328</sup> No primeiro capítulo me refiro ao mesmo conceito, mostrando como o autor vê este processo. OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.”. pp. 56.

<sup>329</sup> BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. in: Poutignat e Streiff-Fenart (org), *Teorias da etnicidade*. São Paulo, editora Unesp, 1998, pp. 195-196.

<sup>330</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. Rio de Janeiro, RIHGB, 16 (2-3), 1853. pp.230.

guaranis e o território missioneiro foi incentivada pelos padres. O processo de territorialização fez parte da inserção dos guaranis missioneiros no mundo colonial.

O próprio Sepé manifestou por escrito, em carta ao padre Miguel de Soto, sua rejeição em abandonar as terras das reduções, assim como os demais guaranis. Tiaraju descreve a situação em que os índios se encontravam entre 1753 e 1754, buscando informar ao padre e a seus superiores “a pouca gana que têm os índios de deixar seus povos<sup>331</sup>”. Em outra correspondência destina ao superior das missões, Sepé afirma que São Miguel em pessoa desceu do céu e disse a um antepassado que nunca deixassem que os padres fossem<sup>332</sup>. Tendo em vista que o processo de territorialização também passa pela ação dos jesuítas, pode parecer evidente que a presença desde garantisse a manutenção da terra.

Este território missioneiro, segundo Júlio Quevedo, tinha sido recebido de Deus, e a redução de São Miguel pelo próprio anjo também. Sendo assim, permitir a entrada dos portugueses seria permitir a profanação desta terra<sup>333</sup>. A carta oriunda da redução de São Miguel para Andonaegui em 1753, pergunta o porquê de entregar aos portugueses a terra que Deus havia lhes dado<sup>334</sup>. Ainda para Quevedo, o rei, em nome de Deus, concedeu aquelas terras aos indígenas, logo estes como vassalos, podiam vê-la como a “Terra da Promissão”, onde “tudo se plantava e crescia” devido a ação divina<sup>335</sup>.

No sentido da importância da terra para os indígenas, o episódio de Santa Tecla foi muito representativo, por ter sido a primeira forma de oposição, ao não permitir a passagem dos demarcadores. Os guaranis, neste momento, ainda entregaram uma carta a Don Juan de Echavarria escrita na estância de Santo Antônio, próxima a Santa Tecla, também pertencente a São Miguel, datada de três de março de 1753. Conforme uma transcrição e tradução da carta realizada pelos padres da Companhia de Jesus, os índios se reportam diretamente aos comissários demarcadores<sup>336</sup>.

Nessa carta, aparecem vários temas aqui tratados. Em primeiro lugar, os índios escrevem: “nós temos entendido muito bem que somos vassalos de Nosso Rei e como tais veneramos e cumprimos seus mandatos”. Em outras palavras: os índios se

<sup>331</sup> DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. pp. 241.

<sup>332</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. São Leopoldo, Pesquisas, História n, 23, 1983. pp. 93-94.

<sup>333</sup> SANTOS, Júlio Quevedo dos. *Guaranis e Jesuítas na utopia do Prata*. pp. 169-170.

<sup>334</sup> MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949. pp 567.

<sup>335</sup> SANTOS, Júlio Quevedo. *Guaranis e Jesuítas na utopia do Prata*. pp. 177.

<sup>336</sup> O referido documento encontra-se em “Relación de lo que la Compañia de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuítas, Legajo 120j, Expediente 7.



consideram fiéis ao pacto de vassalagem estabelecido com a Coroa espanhola, conforme Quarleri afirma. Mais adiante, os guaranis duvidam que as determinações de entregar as terras aos portugueses tenham sido por vontade do rei e, para isso, relatam o que os índios haviam realizado naquelas terras. Descrevem que seus “avós” construíram as casas e a igreja, afirmando que estão ali havia mais de cem anos.

A afirmação do trabalho na terra e na edificação dos prédios da redução por parte de seus antepassados vem ao encontro da ideia de territorialização. É a afirmação da identidade de uma população com o seu território, mesmo que este tenha sido uma construção colonial<sup>337</sup>. Ao final, a carta é assinada pelos caciques e pelo cabildo. Se Sepé esteve junto dos guaranis que escreveram esta carta, ou não, é impossível de saber. Provavelmente sim, pois em 1753 já fazia parte do cabildo de São Miguel como alferes. O que podemos afirmar é que ele esteve em Santa Tecla e que, muito provavelmente, concordasse com o seu conteúdo.

De qualquer forma, desde o princípio, já vemos a contrariedade dos guaranis com o Tratado de Madri e o desejo manifestado de permanecer nas suas terras, sobretudo, porque se apresentou claramente a rivalidade com os portugueses. Ora, se tal rivalidade era justamente uma forma de identificação dos guarani-missioneiros e de ligá-los ao seu território, então nada mais normal que a oposição aos lusitanos. Escandón descreve que os guaranis “abertamente se opuseram à passagem dos demarcadores, embora não fosse de modo igual a todos, mas somente aos lusos”. Como se não bastasse, pretendiam matar o “comissário português e leigo”<sup>338</sup>.

Parece que os guaranis, ao defender seu território, estavam também defendendo sua identidade missioneira e sua ancestralidade em relação à terra. Talvez não tenha sido somente pela pouca qualidade das terras que lhes eram oferecidas, mas também pelo que o território representava para os guaranis. Ele não era somente o que foi construído. Para Barbara Ganson, a terra não se restringia às fazendas e edificações, estava ligada ao mundo espiritual, seus antepassados; além de construírem a igreja e as casas, estavam enterrados ali<sup>339</sup>. Julio Quevedo entende que a guerra ocorreu para “salvar a memória dos seus antepassados, garantir a vida dos seus descendentes, salvar

---

<sup>337</sup> Conforme João Pacheco, vide: OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.”

<sup>338</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. São Leopoldo, Pesquisas, História n, 23, 1983. pp. 123-127.

<sup>339</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 94-95.

a comunidade”<sup>340</sup>. Logo, para o autor, “lutar pela terra é salvar a vida da comunidade”, pois “sem ela não há como viver”. Ainda, para Quevedo, era aquele território que garantiria a sobrevivência da família guarani<sup>341</sup>.

Claro que os guaranis não deixaram sua terra por outra que julgavam pior. Mas também é claro que não adiantaria apelar para as autoridades locais. Em um sistema de Antigo Regime, é o monarca que toma as decisões jurídicas ou administrativas. A revolta, assim como o conflito, mostraram-se infrutíferos, a resolução real não foi alterada pelas cartas ou pelas armas. Ao final, o Tratado de Madri foi anulado pelo de El Pardo, em 1761, e o território das reduções voltaria a ser da Espanha. Portugal só assumiria sua posse em 1801 com o Tratado de Badajós.

### FIGURA 3



Legenda: Foto provavelmente do ano de 1940 das ruínas da Igreja da redução de São Miguel Arcanjo, da qual Sepé Tiaraju foi membro.

Fonte: BOFF, Claudete. “Missões: imagens da Igreja de São Miguel Arcanjo”. In: PENNA, Rejane. (org.) *O tempo e o Rio Grande do Sul nas imagens do Arquivo Histórico do RS*. Porto Alegre, IEL, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2011.

No arquivo: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Pasta 49 – MIS 023, Ruínas de São Miguel, 1940.

<sup>340</sup> SANTOS, Júlio Quevedo dos. *Guaranis e Jesuítas na utopia do Prata*. pp. 210.

<sup>341</sup> Idem. pp. 179-180.

### 3 – UM LÍDER INDÍGENA E SUAS REDES DE RELAÇÃO

Sepé lutou pelos interesses dos guaranis, mas não da mesma maneira que seus antepassados resistiram diante dos primeiros contatos com o conquistador europeu<sup>342</sup>. O momento era outro, e a inserção do indígena das reduções na sociedade colonial era algo irreversível. Ele atuou como um líder rebelde, mas, sobretudo, como um mediador entre os europeus e os indígenas, seguindo o papel que as elites tinham dentro do espaço guarani-missioneiro.

Estudar a história da América Colonial através da ação dos mediadores é uma opção. Eles são representantes da quebra do paradigma etnocêntrico. Parecem demonstrar o que Boccara chama de “fronteira”, estando entre dois mundos, o europeu e o indígena, fazendo parte de uma zona de mestiçagens entre “resistência e aculturação”<sup>343</sup>. O estudo sobre esses personagens é importante, na medida em que nos revela alguns aspectos difíceis de serem percebidos à primeira vista. Logo haveria tanto mediadores indígenas como europeus.

Assim, Sepé mantinha redes de relação tanto com jesuítas, como com índios. Dessa maneira, ele alcançou uma liderança junto aos guaranis. A principal evidência disto são as cartas e a comunicação escrita entre as partes. A partir da atenção aos detalhes e às ações destes é possível atender ao paradigma indiciário proposto por Ginzburg. Ou como o próprio diz: “procurar elaborar, talvez às apalpadelas, um paradigma diferente, fundado no conhecimento científico (mas de toda uma cientificidade por se definir) do individual”<sup>344</sup>.

A principal maneira de agir é, evidentemente, a busca onomástica, o nome é o “fio condutor”. Esse método, proposto por Ginzburg, sustenta um âmbito de investigação circunscrito, com a finalidade de encontrar o “mesmo indivíduo, ou grupo de indivíduos em contextos sociais diversos”. Existe a finalidade de encontrar a rede de

---

<sup>342</sup> Como já destaquei no primeiro capítulo, a revolta guarani da metade do século XVIII não está ligada aos movimentos de resistência quinhentistas. Estes consistiram numa oposição à conquista espanhola, enquanto o de 1750 pretendia manter o status da colonização. Para estas revoltas do século XVI, ver: MELIÁ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducidos-ensayos de etnohistoria.*, NECKER, Louis. “La reacción de los guaraníes frente a la conquista española del Paraguai: movimientos de resistencia indígena (Siglo XVI)”. e SANTOS, Maria Cristina dos. *Os movimentos guarani de resistência à colonização da bacia platina: 1537/1660.*

<sup>343</sup> BOCCARA, Guillaume. *op. cit.* pp.73.

<sup>344</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. pp. 163.

relações do indivíduo<sup>345</sup>. Ainda que a série documental por mim utilizada não seja abundante, a escala reduzida de observação vem a calhar. E a análise desta “rede de relações sociais” pode nos ajudar a definir a trajetória do indivíduo<sup>346</sup>. De modo semelhante, ao analisar esta questão, Jacques Revel entende que a escolha do nome, que é aquilo mais individual que temos, como método de pesquisa, não é contraditória à análise do social. Ela nos permite verificar as relações nas quais um homem, ou um grupo de homens, se inscreve<sup>347</sup>.

### 3.1 Mediadores culturais

Em 1750, é provável que a elite indígena estivesse permeada pela condição de “mestiça cultural”. Afinal, foi mais de meio século de contato com os padres, se contarmos somente o segundo ciclo missioneiro. Tal situação pode ser encontrada, por exemplo, nas sete cartas enviadas ao governador de Buenos Aires, Jose Andonaegui, pelos cabildos que se negavam a transmigrar. Sepé, como um representante desta elite e membro do cabildo de São Miguel, desempenhou papel relevante durante a revolta.

Uma prova disso é a credibilidade que Sepé alcançou junto aos padres das reduções, como pode ser percebido numa carta do cura de São Miguel, Lorenzo Balda, a Tadeo Henis. A correspondência é datada de 22 de março de 1753, pouco tempo depois do episódio de Santa Tecla:

o tenente que se pode fiar V.R., lhe dirá, como também o procurado Diego Irepa, que é muito fiel segundo me disse o padre Miguel e o padre Carlos sabem as coisa da estância, como também o Capitão Sepé que suponho vem com os presos, segundo me falou o tenente.<sup>348</sup>

Deflagrados os “alvorços”, os padres encontravam-se assustados e com medo<sup>349</sup>. Se Sepé era alguém em quem poderiam confiar, já é um forte indicativo de que ele tinha boas relações com os religiosos. Durante os anos de redução, os guaranis passaram a ver

<sup>345</sup> GINZBURG, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo. CASTELNUOVO, Enrico e PONI, Carlo. (orgs.), *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro /Lisboa, Bertrand Brasil /Difel, 1991. pp. 173-176.

<sup>346</sup> GRYSZPAN, Mário. *op. cit.* pp. 75.

<sup>347</sup> REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 21.

<sup>348</sup> “Cartas (36) de vários. 22 de setembro de 1752 a 26 de março de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938, pp. 377.

<sup>349</sup> Estes temores podem ser percebidos nas correspondências entre os padres durante o período da revolta, principalmente desde a chegada das comissões demarcadoras. Por exemplo, o padre Ballester recebeu uma carta do padre Ignacio Citain, reclamando que estas teriam jogado os índios contra os jesuítas, pois estes teriam aceito entregar os povos. É a questão dos boatos sobre a venda dos mesmos, a qual Nusdorferr também se refere. “Relación de lo que la Compañia de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuítas, Legajo 120j, Expediente 7. doc. 22.

os jesuítas como aliados, pois estes não se colocavam como o conquistador espanhol, o encomendero, ou o caçador de escravos, não se apresentavam se maneira repressora, ou perseguidora<sup>350</sup>.

As epístolas que Sepé escreveu aos padres também são testemunho disso. Em 1753, o então alferes se reporta ao padre Miguel, cura de seu Povo desde a estância das Yeguas de Santa Rosa. Por meio dela, o coloca a par daquilo que havia conversado com outros indígenas. E ainda assim, defendia perante este a decisão de não abandonar o território missioneiro<sup>351</sup>.

A carta enviada, que Juan de Escandón afirma ter visto, para o padre superior é ainda mais interessante. Sepé se utiliza de argumentos cristãos para não deixar que os jesuítas saiam da redução de São Miguel. O indígena afirma que:

também aos nossos antepassados, quando já cristãos, veio São Miguel falar-lhe por três vezes, baixando para tanto lá do céu em pessoa e repetindo-lhes o mesmo que antes já havia dito São Tomé – que os padres da Companhia convertê-los-iam, e que nunca os deixasse sair de seu meio!<sup>352</sup>

Mesmo que Sepé se negasse à saída dos jesuítas que se encontravam detidos, isso não significava uma afronta aos padres. Ele se utilizou de símbolos cristãos como, por exemplo, a aparição de São Miguel, para convencer ao superior das missões. Estava tentando mediar uma saída política para a questão<sup>353</sup>.

Em 15 de abril de 1754, o padre Balda escrevia novamente ao padre Henis. Este diz ter recebido cartas de Sepé, que o acalmaram e o confortaram diante da situação em que se encontravam<sup>354</sup>. É notável o trânsito que Tiaraju tinha junto aos padres das reduções. Isso o fazia parte da elite enobrecida pelos jesuítas, que, como já disse, teve o papel de conduzir as relações entre estes e a população missioneira.

Sepé é um exemplo do que Poloni-Simard chama de nobreza indígena mediadora<sup>355</sup>, ou ainda, daquilo que Gruzinski destaca como espaços de mediação, que tiveram papel essencial na história. São os “espaços intermediários, ao invés dos

<sup>350</sup> MELIÁ, Bartomeu. *op. cit.* pp. 183.

<sup>351</sup> DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. pp. 241.

<sup>352</sup> ESCANDÓN. Juan de. *op. cit.* pp. 93-94..

<sup>353</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 198-199.

<sup>354</sup> “Cartas (36) de vários. 22 de setembro de 1752 a 26 de março de 1756”. pp. 379. Também encontrado em “Testimonio de varias cartas cambiadas entre los padres le da compañía (enero de 1753 – setiembre, 20 de 1756)” DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. pp.88-89.

<sup>355</sup> POLONI-Simard, Jacques. “Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas”, Anuario del IEHS 15(2000). pp. 94

conjuntos monolíticos”, a “dinâmica híbrida sob o aparente triunfo do Ocidente”<sup>356</sup>. Ou seja: sua situação era a de fazer a ligação, servir como fronteira permeável. Isso não significa que Sepé fosse mais colaborador ou mais resistente. Na verdade, parece ter sabido se utilizar dos códigos dos europeus para defender os guaranis, ou a permanência destes nos povos orientais. Poloni-Simiard, em outro texto, destaca que foram os indígenas os atores da base da apropriação cultural da Europa pelos conquistados<sup>357</sup>, ou seja, não foi exatamente uma imposição por parte dos conquistadores, mas uma estratégia dos conquistados.

Sobre a relação da elite indígena com os jesuítas, Wilde dá relevância ao poder religioso desenvolvido pelos padres. Exemplifica com a cena da entrega do bastão, símbolo de poder, do religioso para o cacique. Com este cerimonial, o líder aceita ser um subordinado, mas ao mesmo tempo, tem seu poder legitimado pelos ocidentais. Os jesuítas recebiam o prestígio da parte dos indígenas, o reconhecimento de uma liderança temporal. O ritual conferia poder ao portador do bastão, sendo um símbolo de distinção<sup>358</sup>.

Não foi só isso. Sepé era bilíngue. Falava tanto o guarani como o espanhol, conforme podemos perceber no diário do padre Henis<sup>359</sup>, ou mesmo nas “hostilidades” cometidas contra soldados de Sua Majestade Católica em Santa Tecla<sup>360</sup>. Logo, se comunicava com os dois mundos, era capaz de fazer o papel de tradutor, tal qual Malinche<sup>361</sup>. Por essa razão, foi o responsável pela comunicação nos episódios em Santa Tecla e Rio Pardo.

---

<sup>356</sup> GRUZINSKI, Serge. “‘Un honnête homme, c’est un home mêle’ Mélanges et métissages”. TACHOT, Louise Bénat & GRUZINSKI, Serge (dir). *Passeurs Culturels: mécanismes de métissage*. Marne-la-Vallée: Presses Universitaires; Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 2001. pp. 48-49.

<sup>357</sup> POLONI-Simiard, Jacques. “Figures et configuration, forms et conformations du métissage: testaments indiens de Huamanga au XVIII<sup>e</sup> siècle”. In: TACHOT, Louise Bénat & GRUZINSKI, Serge (dir). *Passeurs Culturels: mécanismes de métissage*. Marne-la-Vallée: Presses Universitaires; Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 2001.

<sup>358</sup> WILDE, Guillermo. “Poderes del ritual y rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaraníes”. *Revista Española de Antropología Americana*. Madrid, 2003, n.33, pp.218.

<sup>359</sup> Conforme já citado, segundo o relato do padre Tadeo Henis: “Sepé, aquele célebre capitão dos miguelistas, o qual então mandava a artilharia, e sabia falar algum tanto espanhol”. HENIS, Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 495.

<sup>360</sup> BRABO, Francisco Xavier. *Colección de documentos relativos a la expulsión de los jesuitas de la República Argentina y del Paraguay en el reinado de Carlos III*. Madrid: Estudio Tipográfico José María Pérez, 1872, pp. 283-284. Segundo depoimento de Alberto Caracará em Buenos Aires no ano de 1770. Sepé teria recebido dezessete espanhóis com amizade no posto de Santa Tecla, mas ao fim, os guaranis mataram dezesseis destes.

<sup>361</sup> Índia tradutora dos espanhóis quando do contato com os astecas, Malinche era uma nobre naua que fez esta mediação entre estes e Cortés e seus homens. Ver: RESTALL, Matthew. *op. cit.* pp. 57 e 153-154.

Sepé e os guaranis se viram obrigados a reagir de alguma maneira às determinações de transmigrar. Embora nos primeiros momentos, Tiaraju tenha se chocado de frente com os ibéricos, ainda assim se utilizava de elementos culturais ocidentais para isso. Ele, ainda que falasse espanhol e soubesse escrever, não tinha perdido a identidade guarani-missioneira, ou antes, a identidade “miguelista”, agindo em prol da sua redução, foram adaptações e soluções encontradas pelos guaranis e por Sepé.

Barbara Ganson afirma que os guaranis utilizaram o cabildo e outras instituições espanholas para suas próprias necessidades, como espaços de negociação com os espanhóis<sup>362</sup>. As elites indígenas souberam proteger seus interesses nos momentos necessários. Para a autora, isso não foi empecilho para que Sepé e Neenguiru desafiassem portugueses e espanhóis<sup>363</sup>. Entendo que isso foi um instrumento para Tiaraju enfrentar os ibéricos.

Outro momento de contato, ou tentativa de contato, foi pouco antes de sua morte. Conforme alguns diários de membros da segunda expedição, Sepé pretendia conversar com os ibéricos nos primeiros dias de fevereiro. Ainda que não fosse para entrar em algum acordo, como o de novembro de 1754, a proposta de negociação por parte dele, já pode fazer pensar em algum tipo de acordo ou armistício. Contudo, Tiaraju não chegou a conversar com os generais dos portugueses e espanhóis. Segundo Custódio, em primeiro de fevereiro de 1756, “veio a nós um índio, com uma bandeirola de paz, supomos tratar-se do secretário mandado pelo índio Sepé, para nos servir de guia<sup>364</sup>”. É possível que este fosse um membro do cabildo de São Miguel, portanto membro da elite indígena, que também era um mestiço cultural. Mais adiante, o “secretário” teria dito que “seu capitão Sepé não havia vindo por achar-se impossibilitado por uma queda”<sup>365</sup>. Entretanto, a resposta foi agressiva: para que os guaranis abandonassem as reduções e não fizessem oposição às tropas ibéricas, senão seriam mortos<sup>366</sup>.

Como exposto, me parece que quando morreu, em 1756, Sepé adotava uma estratégia cautelosa de observação do inimigo, evitando o confronto direto. Isso fica mais evidente quando vamos às fontes. Segundo, o que tudo indica ser um depoimento

---

<sup>362</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 61

<sup>363</sup> Idem. pp. 184.

<sup>364</sup> GRAELL, Francisco. *Passado Misionero no Diário de um Oficial Espanhol.* pp. 37.

<sup>365</sup> Idem, *ibidem.*

<sup>366</sup> Idem, pp. 38.

de um guarani aos espanhóis depois da entrada no território missioneiro, Neenguiru decidiu “enviar o Capitão Sepé com cem índios na frente, que servissem de espiões”<sup>367</sup>. Pode-se concluir que a tropa comandada por Tiaraju era de “bomberos”, homens que deveriam verificar a situação e não entrar em combate com os ibéricos, como fatalmente ocorreu. Conforme o diário do espanhol Francisco Graell, as tropas aprisionaram um índio em 22 de janeiro de 1756. Este relatou que Sepé mandava “exploradores correr pelo campo” desde a Estância de Santo Antônio, para onde Neenguiru havia o designado<sup>368</sup>.

Sua prudência também pode ser verificada na forma de como pretendia lutar. Conforme o diário do padre Tadeo Henis, no período entre a morte de Tiaraju e a batalha de Caiboaté “Alguns persuadiam que se seguisse o conselho de seu capitão defunto, José, que deviam se retirar até as montanhas, se tardarem os aliados”<sup>369</sup>. Ou seja, naquele momento, preferia aguardar até que chegassem mais homens para lutar, isso porque Sepé conhecia o poderio militar dos exércitos coligados. Ele já fora prisioneiro dos portugueses e tinha informações dos observadores sobre as tropas ibéricas. Era necessário adotar outra tática, e a cautela parece ter sido uma escolha consciente. Segundo Barbara Ganson, Sepé e outros líderes escolheram diferentes estratégias de acomodação e resistência, dependendo das alterações das circunstâncias<sup>370</sup>. Ou seja, após perceber a força do inimigo, Tiaraju notou que deveria mudar de ação e ser mais precavido.

Outro momento de Sepé como mediador ocorreu logo após a sua prisão e fuga dos cuidados dos soldados portugueses durante o episódio do forte de Rio Pardo. Ele pretendia devolver os setenta cavalos que haviam sido roubados dos lusitanos pelos guaranis. Contudo, seus companheiros se negaram a fazê-lo. Nusdorffer relata que, depois de escapar, Sepé “chegou para junto de seus camaradas e lhes falou quanto aos cavalos, mas ninguém os quis restituir, e assim os índios vieram com eles a seus ‘pueblos’”<sup>371</sup>. Henis conta que, apesar de lastimar pelos indígenas presos no forte, os miguelistas, não pretendiam devolver os animais. O padre relata que “se tratou outra vez

<sup>367</sup> “De outra de las noticias que se han adquirido concernientes á la resistencia de los Indios, que apprehendió Viana en el pueblo de San Lorenzo.” DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, pp. 427.

<sup>368</sup> GRAELL, Francisco. *Passado Missioneiro no Diário de um Oficial Espanhol*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1998, pp. 42.

<sup>369</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp.544.

<sup>370</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 161.

<sup>371</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 412.



por meio do mesmo Sepé, sobre a lista dos cativos, oferecendo cavalos e mulas”. Pelas suas palavras, os guaranis não aceitaram tal negócio por não confiarem nos portugueses, pois já haviam sido traídos uma vez, quando foram convidados a entrar no forte e acabaram vítimas de uma armadilha<sup>372</sup>.

Já no início de 1754, Sepé mostrava certa vontade de negociar com os portugueses, ainda que sua postura fosse mais agressiva, pelo menos no que concerne em devolver os cavalos para ver seus companheiros livres. Possivelmente, tais lideranças ainda acreditavam tanto nos acordos e na palavra escrita, que mesmo durante o confronto buscaram a negociação, tal qual se deu no passo do Jacuí entre Gomes Freire e os caciques em novembro de 1754, para que este pudesse retroceder em paz<sup>373</sup>. Apesar de os guaranis não acreditarem nos portugueses, provavelmente Sepé achava que seria possível mediar acordos com eles, ainda que esta não fosse a sua postura até aquele momento no caso do forte de Rio Pardo .

Mesmo quando Sepé aparenta uma postura mais incisiva, ele ainda pode parecer como um mediador, um elemento que circula entre distintos mundos. Quando ameaça Francisco Pinto Bandeira de “laçá-lo” caso os portugueses prosseguissem adiante em território missioneiro em novembro de 1754, Nusdorferr afirma se tratar de uma “brincadeira”. O padre afirma que, nessa ocasião, os guaranis “trataram com eles como se fossem seus amigos muito conhecidos”<sup>374</sup>. Apesar de se tratar de uma provocação pelo fato de os lusitanos estarem ilhados e impedidos de prosseguir, temos um contato entre ambos. Provavelmente, Sepé comandava essa tropa que se aproximou na tentativa de comunicação. Cabe recordar que três dias depois desse incidente, os portugueses e guaranis assinavam a convenção pela suspensão das armas.

Os acordos que Sepé tentou fazer entre índios e ocidentais não necessariamente significaram colaboração ou passividade. Foi uma forma de resistir às alterações que se apresentavam, uma maneira de se adaptar à nova situação. Foi, sobretudo, uma maneira encontrada por ele de reagir às determinações reais de abandonar as suas terras e entregá-las aos portugueses.

Outro elemento que pode nos apontar a mestiçagem, não só nas missões como em toda a América, é a cristianização. Ainda assim, houve a permanência de crenças

---

<sup>372</sup> HENIS. PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 498.

<sup>373</sup> “Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc.152.

<sup>374</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 446.

anteriores à Conquista, mesmo que a Igreja as perseguisse. Para Gruzinski, as antigas religiões, ou religiosidades, se fundiram com a fé cristã. E esta coexistência gerou uma série de mestiçagens<sup>375</sup>. Dentro das reduções, Wilde aponta para a diferenciação entre os *mburubichabas* e o *karáís*. Para que o sistema missioneiro funcionasse, os jesuítas tiveram de cooptar os primeiros e neutralizar os outros, porque estes estavam ligados ao antigo “modo de ser”. Logo, durante o século XVII, acabaram perdendo sua força<sup>376</sup>. Meliá aponta para uma religião “alta”, oficial e hierárquica, e para a emergência de uma “expressão religiosa ‘baixa’”. Esta, seria pouco formalizada, o que lhe daria um “aspecto de caos, de confusão, de sincretismo e de superstição”<sup>377</sup>. Parece-me que a elite guarani aceitou de melhor grado a fé cristã do que o resto da população das reduções. Se formos seguir o que Meliá escreve, é possível afirmar que esta elite seguiu o modelo de religião proposto pela Igreja, enquanto os demais trataram de miscigená-lo com suas práticas.

Nas cartas que escreveu, e nas que recebeu, Sepé parece compactuar com os ideais da fé católica. Este aspecto fica evidente na que envia para o Superior das Missões. São Miguel teria aparecido para seus antepassados e lhes dito para que não deixassem os padres ir embora. Ainda pede para que “se acenda e conserve a luz da fé, e não se apague dentro de nós”<sup>378</sup>. Interessante notar que as “visões” de São Miguel parecem ser elementos do modo de vida antigo dos guaranis. E o fato de Sepé escrever aos padres também indica a confiança que os guaranis, ou a elite guarani, ainda tinham nos jesuítas.

Contudo, em tempos de guerra, a relação entre esta elite e os padres nem sempre foi muito boa. Os indígenas pretendiam se dedicar ao poder temporal e deixar os jesuítas somente com o poder religioso. Isso acabou gerando uma série de disputas entre jesuítas e guaranis, nas primeiras décadas do século XVII. Houve diversos momentos de disputas entre os índios e a autoridade dos jesuítas<sup>379</sup>. Este problema foi parcialmente resolvido com a adoção de um cabildo sem cargos vitalícios, que trocava seus membros a cada ano. Porém, com a revolta causada pela assinatura do Tratado de Madri, esta

<sup>375</sup> GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo*. pp. 299.

<sup>376</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. pp. 87-122.

<sup>377</sup> MELIÁ, Bartomeu. *op. cit.* pp. 173.

<sup>378</sup> ESCANDÓN. Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 93-94.

<sup>379</sup> Para esse assunto ver: AVELLANEDA, Mercedes. “Orígenes de la alianza jesuita-guaraní y su consolidación en el siglo XVII”. *Memoria Americana: Cuadernos de Etnohistoria*, Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n. 8, pp. 173-202, 1999.

questão voltou à tona<sup>380</sup>. Por exemplo, em uma carta enviada pelos guaranis a Andonaegui em abril de 1756, que dizia para o general espanhol não escrever aos padres “porque eles não se metiam, nem consentiriam, e que só com eles e seus caciques que podiam tratar este negócio”<sup>381</sup>, sobre a questão de entregar ou não as terras aos portugueses, evidenciando que o poder secular estava nas mãos dos guaranis. Outro exemplo pode ser buscado nos relatos dos jesuítas presentes na *Relación de lo que la Compañia de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad*. Segundo correspondência de Yapeyu, do padre Antônio Estellez ao padre Manuel Arnal, os líderes guaranis lhe diziam que “vocês por serem sacerdotes não podem se intrometer em coisas de guerra”<sup>382</sup>.

Evidente que isto se explica pelo tipo de relação desenvolvida entre os religiosos e as elites nativas. A presença dos jesuítas junto a estas era cotidiana, o que os levava a um vínculo mais próximo, ainda que houvesse dois ou três padres para milhares de índios<sup>383</sup>. Muitos autores apontam para permanências e resistências das práticas xamânicas dos guaranis após o contato com os padres<sup>384</sup>.

Enterraram (com os sagrados cantos e hinos que se acostumaram na igreja, mas sem sacerdote) o corpo de seu bom, mas muito arrojado capitão, em uma selva vizinha, tendo-lhe buscado de noite os seus com grande dor, na medida do amor que o tinham. Foi de admirar quanto caiu o ânimo dos índios com a morte tão intempestiva de seu capitão, em cujo valor, prudência e arte, tinham posto toda sua esperança.<sup>385</sup>

Cabe lembrar que Henis não estava presente nesse momento, ouviu relatos de outros. Mesmo assim, é digno de nota que os indígenas aprendessem a liturgia católica, em latim, e a usassem da sua maneira. Um rito fúnebre cristão foi realizado em sua

<sup>380</sup> BAPTISTA, Jean. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. São Miguel das Missões, Museu das Missões, 2009. (Dossiês Históricos do Museu das Missões; 2). pp. 198-207.

<sup>381</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 467.

<sup>382</sup> “Relación de lo que la Compañia de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuitas, Legajo 120j, Expediente 7.

<sup>383</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 182.

<sup>384</sup> Entre eles destaco: GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 165-173; , Maria Cristina Bohn. “Sobre as práticas guaranis nas Reduções”.

<sup>385</sup> HENIS. PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp.543., no original: “Enterraron (con los sagrados cánticos y himnos que se acostumbran en la iglesia, pero sin sacerdote) el cuerpo de su buen, pero muy arrojado capitán, en una vecina selva, habiéndole buscado de noche los suyos con gran dolor, a la medida del amor que le tenían. Fue de admirar cuanto cayeron de ánimo los índios con la muerte tan intempestiva de su capitán, en cuyo valor, prudencia y arte, tenían puesta toda su esperanza”. Na realidade, o original do diário do padre Henis é em latim.

homenagem. Ainda sobre sua morte, foi encontrado junto ao seu corpo, além das cartas, um “livrinho de orações”<sup>386</sup>.

É inegável a relação que os guaranis tiveram com o cristianismo e a forma de como aceitaram essa, para eles, nova religião<sup>387</sup>. Esta ligação com a religião cristã poderia ser reelaborada pelos guaranis a sua própria maneira. Ao estudar a arte no México pós-Conquista, Gruzinski entende que a “ocidentalização” não foi uma mera cópia, mas uma reinterpretação<sup>388</sup>. Creio que o mesmo pode ser aplicado quanto às crenças católicas. Os jesuítas apresentavam um modelo de ritos fúnebres, que podem ter sido recriados e reelaborados pelos indígenas das reduções.

Isso vem ao encontro da ideia de que os guaranis optaram pela vida na redução e por serem cristão. Foi uma saída encontrada para não serem escravos dos portugueses, nem trabalharem na encomienda dos espanhóis<sup>389</sup>. A catequese foi uma opção diante das situações apresentadas ao longo dos séculos XVI e XVII. Afinal, ainda que os indígenas nas missões, sobretudo seus líderes políticos, adotassem nomes cristãos, a fé católica e os sete sacramentos, não deixaram de ser indígenas<sup>390</sup>. Pelo contrário: recriaram tanto a forma de ser guarani, como a religião católica.

Numa das duas cartas encontradas juntas a Sepé quando da sua morte consta: “Nosso padre cura vos manda muitas memórias”<sup>391</sup> em mais uma demonstração da relação dele com os jesuítas, pois fica latente que ele e o padre já se conheciam. Talvez, ainda que durante o período da revolta estivesse abalado, havia um certo relacionamento entre os líderes guaranis e os padres. Esta ligação dos padres com os mediadores só corrobora a tese de que os religiosos não foram os responsáveis pela rebelião. Pelo contrário, o contato com tais sujeitos se dava no sentido de acalmar os ânimos dos indígenas.

É importante retomar aqui algumas ideias já apresentadas. Gruzinski entende que estes mediadores, que servem de intermediários, transitam por entre os grandes blocos da colonização. Estão em contato tanto com os europeus, como com os indígenas. Eles agem nos espaços entre um e outro, transformando as heranças ocidentais em ameríndias. No século XVIII, época da rebelião guarani, o autor afirma

<sup>386</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 417.

<sup>387</sup> Para o assunto ver: MELIÁ, Bartomeu. *op. cit.*

<sup>388</sup> GRUZNINSKI, Serge. *El pensamiento mestiço*. pp. 105.

<sup>389</sup> MELIÁ, Bartomeu. *op. cit.* pp. 167.

<sup>390</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 187.

<sup>391</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 229.

que as mesclas na América entre europeus e índios, sem contar os africanos que chegavam ao continente forçados para trabalho escravo, já tinha alcançado uma alta diversidade<sup>392</sup>.

Sepé parece demonstrar bem o comportamento da elite mediadora. Através das ações de cautela e de intermediação deste indivíduo, é possível entender melhor a sociedade guarani-missoneira em que estava inserido, captando o “macro” através do “micro”, ou como Ginzburg fala, pelo que é representativo<sup>393</sup>. A rigor, ele poderia ser compreendido como “mediocre”, no sentido de estar na média, mas não é, de modo algum, destituído de interesse. Ao contrário, é justamente sua representatividade que interessa.

Logo, é possível compreender as atitudes tomadas por uma parcialidade desta elite durante a revolta. Não havia consenso nem mesmo entre os índios sobre que atitude tomar e quem poderia entrar no território missioneiro, e quem deveria ser impedido. Nesse sentido, busco entender como essa elite mestiça agiu. Creio que Sepé pode representar tanto uma maior oposição, tal qual ocorre em Santa Tecla e em Rio Pardo, como uma tentativa de negociação, em consequência da situação apresentada, como veio ocorrer depois. Ele representa as diversas adaptações que os guaranis tiveram de passar durante o conflito, mesmo que tenha morrido antes de Caiboaté.

O que se busca aqui é explicar a posição de um segmento da sociedade indígena durante a revolta, através da ação de um indivíduo. Um segmento multifacetado e que apresentou diferentes respostas para a situação. Dessa maneira, trabalho com uma amostra reduzida, variando a lente para mudar a forma, mas com o objetivo perceber o que à distância não é notado. Nesse sentido, Jacques Revel chama atenção para a importância de uma microanálise, inserida num espaço “macro”<sup>394</sup>.

O mesmo autor destaca a contextualização. A história local deve estar inserida numa história global, pois uma não existe independente da outra, não há oposição entre elas<sup>395</sup>. Nesse sentido, que devemos entender Sepé como um indígena colonial, e inserido nas reduções num contexto de Antigo Regime na América. Por isso, pretendo estabelecer uma comparação entre ele e um representa deste sistema.

---

<sup>392</sup> GRUZINSKI, Serge . “Un honnête homme, c’est un home mêle’ Mélanges et métissages”. pp. 8-9

<sup>393</sup> GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. pp.25.

<sup>394</sup> REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. pp.20.

<sup>395</sup> Idem, pp. 28.

### 3.1.1 Gomes Freire e Sepé Tiaraju: uma comparação entre “negociadores” no Antigo Regime nas Américas

Escolhi Gomes Freire, pois além de dispor de boa documentação sobre o general português, entendo-o como um antagonista. Os lusitanos sempre foram rivais dos guaranis-missionários e um dos problemas da transmigração era justamente entregar-lhes as terras. Creio que estudar e comparar estas duas figuras enriquece muito o entendimento sobre o período em questão.

Gomes Freire era um homem de confiança de Sua Majestade Fidelíssima. A ele caberia mais do que somente retirar os guaranis das reduções: sua função era a de cooptá-los e angariar novos súditos para sua Coroa. Elisa Garcia destaca o projeto de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, secretário de Estado do rei José I, de atrair os missionários para o lado português<sup>396</sup>. Segundo os relatos do diário do capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, Gomes Freire desembarcou no “estabelecimento do Rio Grande” em abril de 1752. O governador, a quem o capitão chama de “general”, teria chegado ao sul para fazer as demarcações junto com o marquês de Valdelírios, este com o papel de comandante dos espanhóis nessa empreitada<sup>397</sup>.

Diferentemente dos guaranis, a relação dos portugueses com os jesuítas era muito conflituosa: segundo Gomes Freire, eram os padres que incitavam os índios para rebelião e que deveriam ser retirados das reduções o quanto antes para que os ânimos se acalmassem<sup>398</sup>. A sua ideia parece estar relacionada à política de rechaço aos inácianos pelas autoridades lusitanas. O descontentamento parece ser mútuo, como fica evidente no diário do padre jesuíta Tadeo Henis, em que defende a postura dos índios durante o conflito. Apesar de não podermos tomar o todo pela parte e crer que esta era a opinião de todos os religiosos, Henis não via o general português com bons olhos e esta atitude não haveria de ser uma exceção. O padre se refere a Gomes Freire como “iniquíssimo” e “autor de todos os males”<sup>399</sup>.

<sup>396</sup> GARCIA, Elisa Fröhaufer. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. pp.31-32.

<sup>397</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. Rio de Janeiro, RIHGB, 16 (2-3), 1853, p.139-140.

<sup>398</sup> “Offício de Gomes Freire ao Marquez de Valdelirios”. Colonia, 24 de março de 1753. In: DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1937, p.451-453.

<sup>399</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraníes, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836, p.507.

Como visto, após o ataque a Rio Pardo, os portugueses mantiveram cinquenta e três guaranis presos e treze foram levados a presença de Gomes Freire. Entre eles, Crisanto Nerenda, a quem o general português tentou convencer de que seria melhor viver com os portugueses do que com os jesuítas. O governador do Rio de Janeiro insistia que os religiosos eram os verdadeiros culpados pela revolta e inimigos dos índios, ao invés dos lusitanos. Ainda oferecia bom tratamento a quem se tornasse seu aliado, além de cargos de chefia, o que para Mônica Ribeiro denotava prestígio e estava de acordo com as orientações do Marquês de Pombal<sup>400</sup>.

A autora trabalha com o conceito de “razão de Estado”, crucial para o entendimento do Antigo Regime em Portugal na segunda metade do século XVIII. Este era baseado na noção de funcionalidade e na busca de uma racionalidade administrativa, contudo sem deixar os súditos insatisfeitos. O Brasil tornou-se um dos locais onde foi posta em prática esta nova ideia, justamente por sua importância para a Coroa lusitana<sup>401</sup>.

Em novembro de 1754, Gomes Freire se encontrava acampado por semanas no passo do Jacuí e os diários mostravam que o rio subia cada vez mais, obrigando os portugueses a andar em canoas e a se abrigar nas copas das árvores devido à inundação causada pelas chuvas constantes. Ao saber que as tropas espanholas tinham retornado, também teve que retroceder. Sem ter para onde avançar, sem mantimentos e com as munições molhadas, Gomes Freire foi obrigado a assinar um tratado emergencial com os indígenas para um armistício.

Segundo informa Tadeo Henis, um integrante da redução de São Miguel se aproximou dos portugueses e mais uma vez foi muito bem tratado por Gomes Freire, que teria lhe oferecido comida e pernoite. Esse índio ficou responsável por levar a correspondência que convocaria os caciques para a reunião<sup>402</sup>. Assinou-se a convenção para não agressão mútua. O capitão Jacinto conta que, em catorze de novembro de 1754, “fizeram-se quatro tratados de um theor, dous em portuguez e dous em língua tappe, e estes levaram um dos seus e outro portuguez”<sup>403</sup>.

<sup>400</sup> RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz necessário misturar o agro com o doce*”. Tese. UFF, Niterói, 2010, pp. 139-140.

<sup>401</sup> RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado na cultura política moderna: o império português nos anos 1720-1730”. In: ABREU, Martha. et.all. (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, 2007, pp. 146-147.

<sup>402</sup> HENIS. PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp.523-524.

<sup>403</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. p. 197.

Mais uma vez temos em destaque a posição de Gomes Freire ao agir de acordo com a racionalidade administrativa e a importância de sua presença nesse conflito na fronteira sul. Ao mesmo tempo em que evidencia a capacidade de adaptação e negociação de Gomes Freire, denota as mesmas características para as lideranças indígenas. Mônica Ribeiro mostra que Gomes Freire ficou surpreso com as qualidades de um dos missionários<sup>404</sup>.

O tratado previa que o Exército Português iria se retirar do local onde estava acampado, próximo ao rio Jacuí, até Rio Pardo sem ser atacado pelos guaranis. Ainda definia como limite entre os lusitanos e os missionários “la Division interna del Rio de Viamann por el Guayba arriba hasta adonde le entra el Jacuhy, que es este em que nos allamos campados, siguiendole hasta su nacimiento por el braço que corre de Sudoeste”<sup>405</sup>. Deste limite não poderiam passar nem gado, nem índios para o lado sul e nem portugueses para o lado norte, com exceção dos que fossem portadores de cartas. A convenção foi assinada por Gomes Freire de Andrada e por outros membros da comissão demarcadora do lado português. Da parte dos guaranis, foi firmada por membros das reduções de São Luís, Santo Ângelo e São Lourenço no dia catorze de novembro. Lideranças das reduções de São Miguel e São João assinaram outro acordo nos termos idênticos no dia dezesseis do mesmo mês<sup>406</sup>. Assim, só faltaria ter entrado em acordo com São Nicolau, pois São Borja não participava na rebelião nesse momento<sup>407</sup>.

Entre o final de 1755 e o começo de 1756, os exércitos ibéricos voltariam a ocupar o território missioneiro, dessa vez coligados. As autoridades de ambas as Coroas fizeram pressão para ver a questão resolvida logo. A recepção dos guaranis aos portugueses foi mais hostil. Indignados com o não cumprimento do pacto para suspensão de armas com Gomes Freire, os guaranis estavam dispostos a impedir a passagem. Jacinto Rodrigues relata que cinco índios haviam ido ao encontro das tropas ibéricas em 18 de janeiro de 1756. Estes teriam dito que “os Hespanhóes ai quizessem podiam entrar nas Missões, mas não os Portuguezes; porque tinha faltado a palavra, que

---

<sup>404</sup> RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz necessário misturar o agro com o doce*” p. 140-141.

<sup>405</sup> “Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc.152.

<sup>406</sup> Idem.

<sup>407</sup> Os membros do cabildo e caciques de São Borja não chegaram a enviar cartas ao governador de Buenos Aires em 1753. MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949, pp. 546-583.



deram em o passo do Jacuhy”<sup>408</sup>. Em junho de 1755, as tropas espanholas encontraram uma carta fixada num palanque por guaranis. Este documento mostra que os indígenas não confiavam na convenção estabelecida por Gomes Freire e o culpavam pelos distúrbios e dificuldades que passavam<sup>409</sup>. O mesmo autor destaca a importância dada pelos guaranis à escrita, logo, a indignação dos guaranis poderia estar ligada ao não cumprimento da assinatura dada pelo português. Se a escrita estabelecia crédito e legitimidade, Gomes Freire, ao não respeitar o que havia firmado, estaria os traindo.

O mesmo sentimento parece estar presente em outros momentos, como quando foram encontradas duas cartas com Sepé Tiaraju. Em uma delas, os índios explanavam que não pretendiam abandonar as suas terras, que iriam resistir e que não queriam a presença de Gomes Freire, porque segundo os guaranis “elle e os seus são obra do demonio nos tem tanto aborrecimento; este Gomes Freire é o autor de tantos distúrbios...”<sup>410</sup>.

Ainda que não fosse visto com bons olhos por boa parte dos guaranis, durante o percurso até as reduções, Gomes Freire continuava a manter o bom tratamento recomendado por Sebastião José de Carvalho e Melo. Mesmo depois da entrada no território missioneiro, em maio de 1756, o general português continuou agindo de acordo com a “razão de Estado”. Diferentemente dos espanhóis, Gomes Freire, que estava alocado em Santo Ângelo, proibiu a pilhagem e a divisão do butim de guerra entre os portugueses. Ainda disse em público que se recusava a fazer esta ação em nome de seu rei, em seu nome e em nome de seus soldados. Elisa Garcia afirma que o lusitano tentava se mostrar magnânimo, perdando os missioneiros ao invés de castigá-los, buscando a aliança junto a estes<sup>411</sup>.

A autora ainda destaca que quando Gomes Freire retornou para Rio Pardo, em 1757, estava acompanhado de quinhentas famílias de guaranis. Atribui esse fato justamente ao bom tratamento dispensado pelo português, em oposição aos abusos cometidos pelos espanhóis durante a permanência destes no território missioneiro<sup>412</sup>. Elisa Garcia ainda destaca que, quando os índios atribuíam boas características e

---

<sup>408</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 213-214.

<sup>409</sup> “Diário de la Segunda Expedición de Misiones se marcha, acachamientos y rendicion de los pueblos. Hecho por el coronel Dn Joseph Joaquim de Viana, gobernador de Plaza de Montevideo”. In: *Revista Histórica*. Montevideo. Tomo VII, n.11,1914, pp. 204-205.

<sup>410</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 230.

<sup>411</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. *op.cit.* pp.54-56.

<sup>412</sup> Idem, pp. 61-64.

adulavam o general lusitano, estavam representando tanto quanto este representa perante eles<sup>413</sup>. Por isso, estes também tiveram como estratégia a aproximação com os portugueses. As tentativas de Gomes Freire em fazer alianças com os indígenas obtiveram certo sucesso, pois atenderam aos interesses de alguns guaranis. Apesar dos confrontos e da desconfiança, o representante do rei lusitano conseguiu, através de racionalidade administrativa, se utilizando do bom tratamento, arregimentar novos súditos para o Império português, ainda que fosse uma pequena parte dos missionários.

Parece-me evidente que tanto Sepé, como Gomes Freire, eram mediadores, tentaram saídas negociadas para a questão, mesmo que de lados diferentes e por razões distintas. Se o guarani buscava uma solução para que os indígenas não transmigrassem, Gomes Freire tentou cooptá-los para o lado português, tal qual os espanhóis fizeram durante todo o processo da Conquista da América. Ao contrário do que muitas vezes o senso comum pronuncia, ambos buscaram outra solução antes do conflito direto. Mesmo assim, faz-se necessário lembrar que, diante de certas situações, o enfrentamento foi necessário.

Prova disso são as posições ofensivas de Gomes e de Sepé. Também fazia parte da “razão de Estado” ser mais rigoroso, quando se julgasse necessário, como por exemplo, em 12 de outubro de 1754. Nesta data, cinco membros da mesma redução foram ao acampamento português falar com Gomes Freire. Os índios buscavam impedir a passagem das tropas e expuseram que só perderiam as suas terras por meio da batalha. O governador lusitano teria respondido que “viesses eles, ou que trouxessem as suas armas, que nós os estávamos esperando”<sup>414</sup>. Da mesma forma, apesar de Sepé tentar ser ponderado, quando atacado pelas tropas ibéricas no episódio da sua morte, evidentemente resistiu.

Destaco que comparar diferentes trajetórias de distintos personagens contribui para produzir dados sobre um período, como refere Mário Grynszpan<sup>415</sup>. O estudo da vida, ou parte da vida desses indivíduos deve ser visto como uma ferramenta de trabalho e não como a finalidade<sup>416</sup>. Por isso, a trajetória de Gomes Freire e de Sepé Tiaraju como mediadores deve ser vista no contexto de Antigo Regime na América Colonial. A

---

<sup>413</sup> Idem, p. 69.

<sup>414</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp.194-194.

<sup>415</sup> GRYSZPAN, Mário. *op. cit.* pp. 76.

<sup>416</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *op. cit.* pp. 95.

análise das ações desses indivíduos é um meio de compreender as distintas (talvez não tão distintas assim)<sup>417</sup> sociedades que o cercam.

### 3.1.2 Outros mediadores indígenas

Após o aprisionamento dos cinquenta e três indígenas no forte de Rio Pardo, os portugueses trataram de transportá-los para o forte de Rio Grande pela via fluvial. Contudo, uma vez nos barcos, os guaranis se rebelaram e mataram alguns carcereiros. Os lusitanos revidaram e houve a morte de vários indígenas. Sobraram catorze que foram levados para presença de Gomes Freire<sup>418</sup>.

Entre eles estava Crisanto Nerenda, “mayordomo” da redução de São Luís. Os “mayordomos” trabalhavam como administradores e, por isso, escreviam muito para os demais membros do cabildo<sup>419</sup>. Foi isso que Nerenda fez: redigiu o que lhe aconteceu em Rio Pardo e na presença de Gomes Freire. Este teria tentado lhe cooptar para passar para o lado dos portugueses, falando que os jesuítas exploravam os guarani-missionários. Mesmo assim, o “mayordomo” não quis se aliar com os lusitanos<sup>420</sup>. Gomes Freire decidiu, por fim, liberar os prisioneiros.

Outro momento do contato de Gomes Freire com guaranis foi quando da assinatura da convenção para suspensão das armas. O português admirou-se com o Corregedor de São Luís, Francisco Guacú, afirmando em carta para Sebastião de Melo que “este homem é mais racional e fino do que cabe na criação de semelhante gente”<sup>421</sup>. Tanto Guacú como Nerenda são exemplos clássicos de mestiços. O primeiro intermediava as relações entre os lusitanos e os guarani-missionários. O segundo esteve na presença do representante de Sua Majestade Fidelíssima e muito provavelmente tivesse o domínio da língua espanhola. Tal como Sepé, ambos serviram de elementos de aproximação entre os europeus e os guaranis.

<sup>417</sup> Lembrando que a sociedade guarani-missionária em que Sepé Tiaraju vivia estava bastante miscigenada na época. Apesar de se manterem indígenas, possuíam diversos elementos da sociedade europeia que Gomes Freire representava.

<sup>418</sup> NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 426.

<sup>419</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 136-137.

<sup>420</sup> GARCIA, Elisa Frühaufer. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. pp.43-44.

<sup>421</sup> “Demarcação do sul do Brasil”, Cartas escritas da Fortaleza do Rio Pardo remetidas dom hum Alfêrez da Guarnição de Santa Catarina para o Rio de Janeiro. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1928, pp. 302.

Na carta que Nicolau Neenguiru envia para Andonaegui em 1753, remete aos feitos do seu antepassado, que havia derrotado os portugueses em Mboraré<sup>422</sup>. O corregedor de Concepción afirma que “Aquele grande cacique chamado Nicolàs Neenguiru, é meu avô verdadeiro, foi o que antigamente ao princípio entrou nesta terra ao santo padre Roque Gonzales.” Ainda diz que nos povos da margem leste do rio Uruguai existem parentes seus e que a transmigração significaria a miséria deles. Além disso, os índios sempre teriam cumprido com o que o rei espanhol solicitava<sup>423</sup>.

Neenguiru também tentava mediar a situação, mas recordando que, no passado, seus ancestrais teriam aceito de bom grado a fé cristã e obedecido ao monarca hispânico. Estava, assim como Sepé, se utilizando de elementos ocidentais para seu próprio interesse. John Monteiro, ao tratar da colaboração de índios com os conquistadores portugueses, realça que algumas das lideranças nativas se apropriavam “dos símbolos e dos discursos dos brancos para buscar um espaço próprio no Novo Mundo”<sup>424</sup>.

Estes indivíduos, mediadores, ou *passeurs culturels* são de suma importância para o estudo das populações indígenas, sobretudo das elites nativas. Eles nos obrigam a levar em conta tanto os modelos culturais do Antigo Regime europeu, como os indígenas. A mediação cultural é a responsável pela convergência, ou ainda o resultado da convergência entre os dois<sup>425</sup>. Compreender Sepé, Neenguiru, Guacú, Nerenda como “homens entre dois mundos” pode nos ajudar a entender as reações da elite nativa durante a rebelião. Refiro-me a ideia que muitos desses intermediários procuraram antes de entrar em conflito aberto, tentar negociar, como ocorreu na convenção para suspensão de armas de 1754. A proposta de que os guaranis partiram para o enfrentamento direto sempre é muito simplista. Havia diversas posições e diversas relações destes tanto com espanhóis, como é o caso da carta de Neenguiru para Andonaegui, quanto com os portugueses, como é o caso de Nerenda e Guacú com Gomes Freire e de Sepé, com comissários ibéricos, tropas portuguesas e padres jesuítas.

<sup>422</sup> Batalha de Mboraré na qual os guaranis venceram os bandeirantes e bloquearam o seu avanço em território missionário no ano de 1641. Ver capítulo 1.

<sup>423</sup> MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. pp. 569-572.

<sup>424</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. pp. 76.

<sup>425</sup> LANGUE, Frédérique. “Le passeur malgré lui: L’aristocratie *mantuana* comme médiateur culturel (Venezuela XVIII<sup>e</sup> siècle)”. In: TACHOT, Louise Bénat & GRUZINSKI, Serge (dir). *Passeurs Culturels: mécanismes de métissage*. Marne-la-Vallée: Presses Universitaires; Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 2001, pp. 69.

### 3.2 A liderança de Tiaraju

Como já foi dito, uma das principais características dos líderes guaranis era o prestígio junto aos demais. Muitas vezes, era a mais importante forma de uma autoridade se constituir. Como estas lideranças eram construídas nas missões? Como os padres auxiliavam na construção das lideranças indígenas?

Em geral, as chefaturas dos índios são chamadas de caciques, a mesma denominação dos líderes nativos encontrados nas Antilhas quando Colombo chegou à América. Os conquistadores começaram a chamar todos os líderes indígenas de caciques. André Luís Soares enquadra a sociedade guarani no modelo de cacicado, colocando o papel do *tuvichá* como uma liderança reconhecida numa região, levando em conta os elos de parentesco entre as aldeias, percebendo certa unidade sócio-política<sup>426</sup>. Com o contato, os próprios *tuvichás* se autodenominam caciques.

Os caciques guaranis tiveram seu poder reconhecido pelas autoridades espanholas e jesuítas. Ainda assim, os jesuítas formaram uma elite local nas reduções. Criaram os cargos do cabildo, surgiu uma elite que, para Maxime Haubert, não tinha uma autoridade muito efetiva<sup>427</sup>. Apesar disso, os cabildantes se constituíram em lideranças reconhecidas, inclusive pelos próprios guaranis. Ou seja, este processo resultou na emergência de novas lideranças, que foram criadas pelos jesuítas, mas aceitas pelos indígenas<sup>428</sup>.

É importante perceber como estas lideranças se formaram, de que maneira se constituíram e se afirmaram. Logo, apesar da permanência dos caciques, as lideranças indígenas se multiplicaram com o tempo nas missões. Segundo Jean Baptista, essas novas autoridades somam-se aos antigos *tuvichavás*, assegurando assim, sua representatividade. Para o autor, estes “representavam as famílias, bairros ou etnias de onde se originam”<sup>429</sup>.

Este processo pode ser compreendido como parte da etnogênese que resultou na constituição do guarani-missionário. Entendo que Sepé, por não ter sido cacique, se

<sup>426</sup> SOARES, André Luis R. *Guarani: organização social e arqueologia*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997, pp. 119. O autor afirma que, mesmo que o cacicado guarani não seja igual aos demais, possui características em comum com estes. Para tanto, usa o trabalho de Drenan e Uribe: DRENAN, R. URIBE, C.A. *Chiefdoms in the Americas*. Maryland, University Press of America, 1987.

<sup>427</sup> HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo, Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1990. pp. 223-229.

<sup>428</sup> WILDE, Guillermo. “Prestígio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguai”, *Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas*, Colônia/ Weimar/ Viena, n. 43, 2006, pp. 435.

<sup>429</sup> BAPTISTA, Jean. *O Temporal: sociedades e espaços missionários*. São Miguel das Missões, Museu das Missões, 2009. (Dossiês Históricos do Museu das Missões; 2). pp.166-167.

inseriu neste perfil de líderes que surgiram devido ao contato com os padres. Como não dispomos de material sobre Sepé antes do conflito causado pelas determinações do Tratado de Madri, somente podemos perceber sua liderança neste período, mais especificamente entre 1753 e 1756.

### 3.2.1 O prestígio

No dia 18 de abril de 1759, tropas portuguesas encontraram no campo de Caiboaté uma cruz de madeira com a seguinte inscrição:

Ano de 1756. A 7 fevereiro morreu o corregedor José Tiaraju em uma batalha que houve em dia de sabado. A 10 de fevereiro, em uma terça, houve uma grande batalha em que morreram, neste lugar, 1500 soldados e seus oficiais, pertencentes aos 9 Povos do Uruguai. A 4 de março mandou Miguel Mayra fazer esta cruz pelos soldados.<sup>430</sup>

É importante destacar a cruz como uma “escrita exposta”. A questão da escrita é trabalhada pelo italiano Armando Petrucci, para quem a mesma representa uma leitura plural para um grupo, pois a exposição geralmente é dirigida para uma massa<sup>431</sup>. Ao se referir a textos “memorativos”, ou seja, que fazem parte da memória escrita, o autor apresenta “textos comemorativos expostos”, que podem incluir lembranças de “pessoas vivas ou falecidas, com referências cronológicas expressas”<sup>432</sup>, como é o caso da cruz que Miguel Mayrá mandou fazer.

A cruz em questão não deixa de estar ligada a uma memória funerária, afinal, refere-se ao episódio da morte de Sepé. Ainda para Petrucci, o direito a uma “morte escrita” foi durante muitos períodos um privilégio para poucos, uma maneira de ressaltar as desigualdades entre os homens, era algo mais direcionado às elites locais, que tinham o controle sobre a escrita<sup>433</sup>. Por que a cruz carrega apenas o nome de Sepé e não dos outros mil e quinhentos que morreram três dias depois? Creio que ela evidencia o prestígio que Sepé tinha junto aos guaranis. Este “monumento” pode ser um bom exemplo do respeito e do prestígio que Sepé Tiaraju alcançou junto aos índios. A lembrança da sua morte, através de seu nome gravado na cruz, vem ao encontro da ideia

<sup>430</sup> “Continuação do Diário da Primeyra Partida de Demarcação” (B.N./RJ: Cod. 22,1,19 (Mss encadernado/sem paginação). Cópia contemporânea. 15fls). No original em guarani: Año 1756. A 7 de febrero pipe omanô corregidor Joseph Ventura Tiarayú Guarini pipe, sábado ramo. A 10 de Febrero pipe oya guarini guasu martes pipe, 9 taba Uruguay rebeguá 1500 soldados rebetae beiaere Murubichá retá omanó ônga ape. A 4 de marzo pipe oyapouca ânga co Cruz marangatú. Don Miguel Mayra soldados reta upe”.

<sup>431</sup> PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Prólogo de Roger Chartier y Jean Hébran. Barcelona, Gedisa, 1999.

<sup>432</sup> PETRUCCI, Armando. *La Ciencia de la escritura: Primera lección de paleografía*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002. pp.125-126

<sup>433</sup> Idem, pp. 53-54.

que uma escrita funerária registrava os membros de uma elite e que se direcionava a quem quer que passasse por aquela região.

Pelo exposto, esse prestígio decorreu também das ações que Sepé realizou. Como podemos encontrar evidências disso nas fontes? Acredito que as principais podem ser encontradas nos relatos dos jesuítas, que tiveram uma maior aproximação com os guaranis. Já me referi aqui à passagem de *O Queijo e os Vermes*, na qual Carlo Ginzburg conclui que “uma documentação exígua, dispersa e renitente pode ser aproveitada”, claro, com o cuidado de não cair no positivismo<sup>434</sup>. Ainda assim, acho importante destacá-la, pois estou procurando características de um prestígio indígena, e também mestiço, em uma documentação registrada por europeus.

A questão do prestígio entre os guaranis é trabalhada por diversos autores. Conforme Guillermo Wilde, o prestígio das lideranças guaranis, como forma de representar uma autoridade nativa, mesmo em períodos anteriores à conquista espanhola e à concretização do projeto missioneiro, se dava “pela oratória, pela generosidade e pela destreza na guerra”<sup>435</sup>. Ele poderia ser obtido ainda pelo carisma e pelas capacidades pessoais<sup>436</sup>. De forma muito semelhante, Barbara Ganson afirma que os guaranis escolhiam seus caciques considerando a sua bravura, conhecimento e habilidade na fala<sup>437</sup>.

Deve-se levar em consideração, entretanto, que estas eram características próprias dos caciques. Porém, Sepé não era cacique, mas sim uma autoridade que se forjou durante o conflito. Ele se constituiu numa liderança com características próprias guaranis, mas determinado por uma conjectura ocidentalizada. Provavelmente, tenha feito parte de uma elite constituída pela valorização de alguns elementos da população guarani por parte dos jesuítas. Os padres selecionavam os indígenas mais capazes para certas funções e estes recebiam uma educação que os diferenciava dos demais.

Em geral, os membros dos cabildos eram índios de confiança dos religiosos e das autoridades espanholas<sup>438</sup>. Mas isso não significa que o cabildo não representasse os interesses dos guaranis, pelo contrário<sup>439</sup>. Tendo em vista esta diferenciação, membros

<sup>434</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. pp. 20-21.

<sup>435</sup> WILDE, Guillermo. “Prestígio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguai”, pp. 128.

<sup>436</sup> Idem, pp. 141.

<sup>437</sup> GANSON, Barbara. *The Guaraní under Spanish rule in the Rio de la Plata*. pp. 58.

<sup>438</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 60-68.

<sup>439</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 61.

do cabildo acabavam exercendo funções de chefia nas reduções<sup>440</sup>, e eram aceitos como líderes pelos demais membros. Sepé, ao fazer parte do cabildo e de uma elite local, era reconhecido pelos outros indígenas como uma autoridade local. Ao encontro disso, Wilde ainda endossa que o prestígio nativo foi adaptado para uma visão europeia de mundo, se ligando com funções seculares ou administrativas<sup>441</sup>.

Sobre a sua presença ou não no cabildo de São Miguel, Jean Baptista entende que esta afirmação relaciona-se com a rearticulação da sua figura, tanto na História missional como na História regional e nacional<sup>442</sup>. Por isso, se justificaria sua liderança, principalmente em Santa Tecla, quando o conflito começou<sup>443</sup>. Sepé, entretanto, é reconhecido como alferes de São Miguel por autores como Guillermo Wilde, ao citar o relato de um membro das comissões demarcadoras que foram impedidas de passar em Santa Tecla<sup>444</sup>. Encontrei alguns indícios de que Sepé foi membro do cabildo de São Miguel antes da revolta. Um deles está na carta que Gomes Freire escreveu aos caciques guaranis em 18 de julho de 1754. Nela, o português reclama da oposição às comissões demarcadoras em Santa Tecla, que teria sido comandada pelo alferes de São Miguel, porém sem citar nomes<sup>445</sup>. Outro indício está no depoimento de Alberto Caracará, Tenente-Corregedor da redução de São Lourenço, às tropas ibéricas em 18 de junho de 1756. Nele, ao descrever o ataque ao Forte de Rio Pardo, caracteriza “José Tiarayió” como “Alferes Maior de São Miguel”<sup>446</sup>.

Por fim, sabe-se que o padre de São Miguel, Lourenço Balda, chancelou, no início de 1756, José Tiarayú como corregedor desta missão, segundo o depoimento do indígena Miguel Arayecha, Tenente-Corregedor da mesma redução, em 28 de julho do mesmo ano<sup>447</sup>. Percebe-se que Sepé, além de líder guarani e do prestígio junto aos seus, ainda tinha a confiança dos jesuítas, uma vez que estes deviam chancelar os cargos dos

<sup>440</sup> BAPTISTA, Jean. *O Temporal: sociedades e espaços missionais*. pp. 147.

<sup>441</sup> WILDE, Guillermo. “Poderes del ritual e rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaraníes”. pp. 220.

<sup>442</sup> Sobre o assunto, ver na introdução desse trabalho, a discussão entre Moysés Vellinho e Mansoeto Bernardi. A figura de Sepé foi central no debate sobre as “raízes” do Rio Grande do Sul.

<sup>443</sup> BAPTISTA, Jean. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. pp. 182

<sup>444</sup> WILDE, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo Guaraní Misionero (1750-1850)*. pp. 74.

<sup>445</sup> “Cópia de la carta que escribió el General Gomes Freire de Andrada a los caciques de los siete pueblos rebeldes”. Campo del Rio Pardo, 18 de julho de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7430, doc.53.

<sup>446</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 412.

<sup>447</sup> Idem. pp. 412. Apesar de o depoimento indicar que o padre Balda elegeu Sepé, sabe-se que ele foi escolhido pelos próprios guaranis. Provavelmente o religioso apenas tenha entregue o bastão de corregedor para Sepé, dessa forma, legitimando a sua autoridade



cabildos<sup>448</sup>, mesmo que em períodos de guerra como este, os religiosos ficassem mais alijados do poder temporal<sup>449</sup>.

Mas que evidências dispomos da liderança de Sepé nas fontes jesuítas? Geralmente, no modo como se referem a ele. Expressões como “capitão”, “célebre” e “chefe” são normalmente utilizadas pelos padres. No diário do padre Henis, é descrito como “um dos mais famosos centuriões”<sup>450</sup>. Mais adiante, aparece a expressão “célebre capitão”<sup>451</sup>, quando do episódio do Forte de Rio Pardo. Note-se que “centurião” e “capitão” são expressões bélicas, o que pode indicar uma liderança militar. Logo após fugir dos portugueses em Rio Pardo, ele teria sido “recebido com gozo incrível” pelos guaranis<sup>452</sup>. Ainda segundo Henis, “caiu o ânimo após a sua morte” em 7 de fevereiro de 1756<sup>453</sup>.

Sepé alcançou o ápice do prestígio quando chegou à liderança dos guaranis rebelados<sup>454</sup>. Porém, este momento aconteceu somente em 1756, pouco tempo antes da sua morte. Conforme Nusdorffer, diante do avanço da segunda expedição com as tropas coligadas, os guaranis decidiram em assembleia que não iriam se entregar, mas sim resistir e que “o corregedor de São Miguel, isto é, Joseph Tyarayú” ficou reconhecido como o “chefe de todos”<sup>455</sup>. A essa altura, Sepé já havia ascendido ao posto de corregedor de São Miguel. Se os membros dos cabildos eram eleitos, significa que ele tinha prestígio suficiente para alcançar o posto mais alto.

Escandón relata que Sepé fez retroceder os demarcadores em Santa Tecla e que era um “miguquista guapo e arrojado, bem como um dos mais capazes do meio de seu Povo”. Mais adiante, relata que o “comumente chamado de ‘Capitão Sepé’, foi

<sup>448</sup> A aprovação do líder guarani por parte do jesuíta, principalmente no caso dos caciques, mas também a dos corregedores, era feita pela entrega de um bastão. Este simbolizava tanto o enobrecimento da liderança, a sua autoridade perante os demais guaranis, como a sua submissão diante dos padres. WILDE, Guillermo. WILDE, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. pp. 47-51.

<sup>449</sup> Durante os períodos de conflito armada, as lideranças guaranis e jesuítas costumavam entrar em certa desarmonia. Em outros momentos, como Mboraré, os padres incitaram os guaranis, mas a liderança no campo de batalha era indígena. Nos eventos que sucederam o Tratado de Madri, os guaranis exigiram o controle da guerra e alijaram os jesuítas do poder político, deixando-os com as funções religiosas. BAPTISTA, Jean. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. pp. 198-199, 206-207.

<sup>450</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836, pp. 485.

<sup>451</sup> Idem. pp. 494.

<sup>452</sup> Idem. pp. 498.

<sup>453</sup> Idem. pp. 543. Creio que apesar do desânimo, a morte de Sepé suscitou o desejo de vingança dos guaranis em Caiboaté, como exposto no subcapítulo “A Guerra”.

<sup>454</sup> Vale lembrar que nem todos os guaranis se rebelaram durante o conflito e que havia diversas posições distintas dentro das reduções.

<sup>455</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 478-479.

apontado como chefe nas “juntas de guerra” dos indígenas<sup>456</sup>. Cabe perceber o valor no combate de Sepé, uma das características necessárias para a consolidação das lideranças guaranis. Wilde endossa que, no século XVII, principalmente nas lutas contra os bandeirantes, havia a figura do “capitão-geral”, autoridade com funções guerreiras que tem sua liderança espalhada sobre diversas reduções<sup>457</sup>. Podemos supor que a autoridade de Sepé foi sobretudo, guerreira.

Logo, é possível supor que seu prestígio decorreu da trajetória guerreira, da demonstração de valor no combate. Não é à toa que foi alçado à condição de líder pelos guaranis, durante o confronto, e chefe dos revoltosos num momento crucial e do qual não era possível voltar atrás. Barbara Ganson<sup>458</sup> encontra essas habilidades, como a bravura, em Sepé<sup>459</sup>, tanto que vê na sua morte uma das causas da derrota dos guaranis no conflito<sup>460</sup>. O destaque militar de Tiaraju também pode ser percebido nos relatos sobre a rebelião indígena.

Conforme percebe-se<sup>461</sup>, um desses sinais pode ser encontrado no ataque ao Forte de Rio Pardo, quando Sepé entrou na fortaleza portuguesa antes dos outros índios<sup>462</sup>. Outra evidência ocorre num momento em que já liderava tropas guaranis, pouco antes de sua morte, ao partir com cem homens na direção dos exércitos coligados<sup>463</sup>, ainda que, conforme já me referi, eu entenda que esta não era uma expedição de ataque, mas sim de observação ou, no máximo, para realizar um ataque rápido de guerrilha, uma escaramuça.

De acordo com Eduardo Neumann, a figura de Sepé teve sua autoridade constituída por uma lógica própria indígena. Isso porque foi no momento do conflito que ele se destacou, um momento de tensão com jesuítas, espanhóis e portugueses<sup>464</sup>. Como visto, ao demonstrar sua habilidade guerreira e bravura entre 1753 e 1756, Sepé constituiu-se em uma liderança guarani, tanto que chegou ao posto de corregedor do

<sup>456</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 305.

<sup>457</sup> WILDE, Guillermo. “Poderes del ritual e rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaraníes”. pp. 222. O antepassado de Nicolau Neenguiru que lhe é homônimo foi uma dessas figuras.

<sup>458</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp.108.

<sup>459</sup> É de se perguntar até que ponto a questão da bravura de Sepé não está permeada pelas lendas, ou pela criação literária que o cerca. Não devemos esquecer, por exemplo, que o ideal de bravura do gaúcho está presente em diversas obras de Simões Lopes Neto, autor de *O Lunar de Sepé*.

<sup>460</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp.108.

<sup>461</sup> Principalmente no capítulo anterior, quando é traçada a trajetória de Sepé.

<sup>462</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp.411.

<sup>463</sup> HENIS, Pe. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp.542.

<sup>464</sup> Idem. pp. 225.

cabildo de São Miguel e chefe das tropas guaranis rebeladas. Importante recordar que a guerra agrega vários elementos do prestígio para os guaranis, tal qual a valentia e a capacidade de reunir pessoas. Durante esses períodos é que se formava a liderança temporária de um *tuvichá* sobre diversas aldeias<sup>465</sup>. Talvez Sepé tenha se destacado na liderança pela situação de guerra. Sua autoridade se consolidou no confronto bélico e, ao fim, ele teve o controle de todas as reduções rebeladas, do mesmo modo que o *tuvichá* tinha sobre diversas aldeias. Assim, estava sendo estabelecida uma liderança baseada em uma lógica guarani.

Contudo, é interessante destacar que a liderança de Sepé era reconhecida pelas autoridades ibéricas. Principalmente pela identificação através das cartas que portava consigo. Por exemplo, nos registros de Andonaegui consta que também haviam matado “um dos práticos do chefe chamado Sepé”<sup>466</sup>. Conforme já foi dito, o próprio Viana afirma ter matado Sepé, em prestação de serviços ao rei espanhol<sup>467</sup>. Se o líder indígena não tivesse importância aos olhos das autoridades espanholas e não fosse entendido como um líder dos indígenas, não haveria necessidade de confirmar sua morte nos relatos dos ocidentais. O reconhecimento por parte destes é mais um indício da sua liderança.

### 3.2.2 A escrita de Sepé

A questão da “reação escrita” indígena ao Tratado de Madri é um dos temas que tem merecido atenção<sup>468</sup>. Os próprios guaranis escreveram, ou melhor, os membros de uma elite letrada escreveram sua história sobre a guerra. Foi uma forma de protestar contra as ordens de transmigração, mas também uma comunicação interna. A

<sup>465</sup> SOARES, André Luis R. *op. cit.* pp. 168.

<sup>466</sup> “Manifiesto de las operaciones del thenente general de los reales exércitos don Joseph de Andonaegui, gobernador y capitan general de las provincias del rio de La Plata, em observacion de las ordenes del Rey, para el reglamento de los limites con la corona de Portugal, por parte la America Meridional, y evacuacion de los siete pueblos de índios guaranis, situados al oriente del rio Uruguay de las misiones, que están al cargo de los religiosos de la Compañia de Jesus, cuyos territorios, segun los tratados, y la línea divisória se daban á la corona de Portugal, em equivalente de la Colonia de Sacramento, y de la navegacion privativa del rio de La Plata que quedaba á la de S.M.C.;em el que sedá una breve noticia de los primeros progressos para su mejor inteligencia”. Buenos Aires, 9 de de julho de 1757. CAMPAÑA del Brasil – Antecedentes coloniales. *Documentos referentes a la Guerra de la Independencia y Emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América*. Tomo II, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Gmo. Kraft, 1939, pp. 204.

<sup>467</sup> Conforme o seu relato em “Funziones, que en esta presente Real Expedizion a tenido con los indios desde que se dexaron beer, hasta la sorpresa del pueblo de San Lorenzo, el Coronel Don Joseph Joachin de Viana y son las seguintes” Salto Chico del rio Uruguay, de janeiro de 22 de 1757, Archivo General de Simancas, Secretaria de Estado, legajo, 7398, doc. 12.

<sup>468</sup> É notório o caso das sete cartas enviadas pelos povos rebelados ao governador de Buenos Aires em 1753. MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949. pp. 546-583.

correspondência entre os indígenas, ou destes com ibéricos e jesuítas foi um recurso amplamente utilizado<sup>469</sup>.

Sepé também escreveu durante o período. Existem duas correspondências que lhes são atribuídas, ambas destinadas a padres. Uma, foi escrita em 27 de agosto de 1753 da estância de Las Yeguas de Santa e destinada ao padre Miguel de Soto<sup>470</sup>. Outra em 17 de fevereiro de 1754 e enviada ao Padre Superior das Missões<sup>471</sup>. Logo estão compreendidas entre os eventos de Santa Tecla e Rio Pardo. Era um momento de oposição mais frontal por parte de Sepé ao Tratado.

Na primeira, Sepé expõe que iria manter contato com um alcaide do cabildo de sua redução. Provavelmente, seu nome era Cristóvão Candacayu (grafado como Xptoval), pois se refere a este no final da carta. Nela, reafirma a “pouca gana” que os guaranis tinham de deixar o território missioneiro oriental, negando a informação que espanhóis teriam de que os índios haviam concordado em transmigrar. Além disso, afirma “trazer cartas para o Superior dos índios, não para o padre”<sup>472</sup>. Dessa maneira, busca colocar o religioso a par do que estava ocorrendo.

A segunda foi uma resposta ao pedido do Padre Superior<sup>473</sup> que requisitava aos guaranis a realização da mudança, ou que ao menos, permitissem que os padres saíssem das reduções. Ambas as solicitações teriam sido negadas pelos indígenas. Conforme Escandón, Sepé foi o primeiro guarani a se reportar em correspondência ao Padre Superior no momento do conflito. Para tanto, Tiaraju evoca a figura de São Miguel, que teria aparecido para seus antepassados, ao cacique don Alonso Tapayu. Este teria lhes dito que “os padres são os que têm e ensinam os bons costumes. Cuidai, pois, de não perdê-los, deixando eles se irem de vós, nem os deixei vós mesmos”<sup>474</sup>. É interessante notar que Sepé usa da autoridade de um cacique, do qual os membros de sua redução seriam descendentes. Ele estava apelando para uma figura de autoridade perante os próprios índios e os jesuítas. Lembrando que os caciques foram enobrecidos pelos espanhóis na conquista da América.

<sup>469</sup> Para o uso da escrita pelos guaranis ver: NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Para o uso da escrita durante o conflito, pp. 165-249.

<sup>470</sup> DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. pp. 241.

<sup>471</sup> ESCANDÓN. Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 93-94. O padre Escandón alega ter visto esta correspondência e faz a transcrição da mesma.

<sup>472</sup> No original, “traemos cartas para lo Superior delos Indios no para el Padre”.

<sup>473</sup> Segundo Nusdorfer, o padre superior em 1754 era Félix de Urbina. NUSDORFFER, Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 401.

<sup>474</sup> ESCANDÓN. Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 94.

Nas duas cartas, Sepé reafirma a vontade de permanecer nas reduções, não aceitar as ordens de traslado nem da parte da Coroa espanhola, nem da parte dos jesuítas. A segunda pode ser vista como mais um argumento contra a ideia de que os padres teriam incitado a revolta. Nela, Tiaraju se nega a obedecer tal decisão, é uma resposta para esta solicitação que havia lhe sido feito por um jesuíta, no caso, o padre superior. Ele ainda teve a habilidade de se utilizar de pressupostos cristãos para permanecer na sua terra. Isso pode estar relacionado com o que Gryszpan chama de “capacidade de operar com diversos códigos” que acaba ampliando a rede e as alianças durante uma trajetória<sup>475</sup>.

Tendo em vista isso, é aceitável supor que a rede de aliança de Sepé também tenha sido construída através da escrita. Se, por um lado, ele demonstrava valor em combate, por outro, parecia ter a habilidade gráfica que o possibilitou se comunicar tanto com padres como com outros índios. Prova disso são os depoimentos de Reu e Caracará sobre as correspondências enviadas por Sepé para suas respectivas reduções.

Tal situação parece explicar o porquê de termos poucos indícios a respeito de Sepé e muitas menções. Pois bem, é justamente nesses pequenos indícios que pode estar a riqueza do trabalho. Como pesquisador, dou destaque a essas minúcias de Sepé na documentação<sup>476</sup>. E, através desses pequenos sinais, que podem passar despercebidos, que posso induzir como ele acabou sendo tão referido: através da construção de uma liderança, de uma rede de relações. Seus meios para isso podem ter sido tanto a ação e o valor demonstrado nas lutas, como o contato com outros guaranis e padres, ou seja a comunicação escrita.

Contudo, nem todas as prerrogativas da micro-história podem ser levadas em conta. Por exemplo, Sepé não deve ser visto como um caso “excepcional normal”, de Edoardo Grendi, tampouco pode ser comparado com o Menocchio, de Ginzburg, pois não atende aos requisitos de nenhum dos dois. No primeiro, dependeria de um documento considerado excepcional, pois chama a atenção pela sua normalidade, por revelando realidade normal<sup>477</sup>. Entretanto, a própria situação da revolta não pode ser considerada “normal” no contexto da América Espanhola, já o que os documentos desse

---

<sup>475</sup> GRYSZPAN. Mário. *op. cit.* pp. 79.

<sup>476</sup> Mais uma vez, busco referência no texto de Ginzburg “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. Tal qual Morelli reconhecia obras de artes através de minúcias, o historiador também deve estar atento para estes detalhes.

<sup>477</sup> Esse tema foi desenvolvido pelo autor em: GRENDI, Edoardo. Micro-análise e storia sociale. *Quaderni Storici*, 35, 1977.

período revelam uma situação diferente da que normalmente era vivida por índios e europeus daquele tempo.

No caso do moleiro, Ginzburg não o considera um camponês “típico”. Ele seria um “caso-limite” entre a alta cultura e a cultura popular<sup>478</sup>. O que não era a situação de Sepé. Ele parece ter sido um típico membro da elite guarani. Sua projeção a partir da revolta apenas reflete tal hipótese. Na realidade, o que pode ser feito é um “estudo de caso” de um indivíduo típico de uma elite indígena que teve de se adaptar a uma nova situação e nisso construiu a sua trajetória.

Como já pode ser observado, Sepé fazia parte de uma elite guarani-missioneira. Um dos elementos que diferenciava a elite missioneira do restante dos guaranis era a capacidade de escrever. Na medida em que eles eram educados e catequizados pelos jesuítas, também foram alfabetizados e letrados. Petrucci fala do “poder comitente” que cabe aos letrados ou, pelo menos, aos produtores dos textos escritos. Ainda segundo o autor, algumas sociedades acabam criando “oligarquias gráficas”<sup>479</sup>.

Conforme Guillermo Wilde, a escrita e a leitura não foram somente meios de transmissão de conhecimento e memória, mas também serviram de instrumentos para a construção de poder por membros da comunidade indígena. Esses indivíduos eram reconhecidos, tanto pelos espanhóis, como pelos padres e pelos próprios guaranis, como lideranças geralmente ligadas ao cabildo<sup>480</sup>. De acordo com Eduardo Neumann, os guaranis educados e letrados podiam manejar a escrita, assim esses “Guaranis letrados inseriram-se em algumas rotinas administrativas do mundo colonial, ampliando suas possibilidades de contato e interação com a sociedade hispanoamericana”<sup>481</sup>.

A comprovação mais evidente da autoridade que a escrita concedia a Sepé Tiaraju são as duas cartas citadas. Levando em conta que os jesuítas ensinaram Sepé a escrever, consideravam-no membro de uma elite guarani, com quem dialogavam. Ou seja, os religiosos estariam em contato com os membros das elites, que seriam os mediadores entre estes e a população indígena.

Outra evidência está nas duas cartas encontradas na sua algibeira quando da sua morte. Ao que parece, foram entregues a Tiaraju em 5 de fevereiro<sup>482</sup>. Se as cartas

<sup>478</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. pp.25.

<sup>479</sup> PETRUCCI, Armando. *La Ciencia de la escritura: Primera lección de paleografía*. pp.39-41

<sup>480</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder em las misiones de guaraníes*. pp. 130-131.

<sup>481</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp.168.

<sup>482</sup> Conforme Jacinto Rodrigues da Cunha. CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 228.

tiveram realmente Sepé como seu destinatário, ele tinha a habilidade necessária para leitura. Importante ressaltar que foram escritas em língua guarani. Os indígenas que as enviaram buscavam manter Sepé a par do que estava ocorrendo dentro das suas reduções ou estâncias. Uma delas, segundo o capitão português Jacinto Rodrigues da Cunha, se parece com uma instrução<sup>483</sup>.

Eduardo Neumann reporta-se aos bilhetes como o principal meio de comunicação escrita entre os indígenas durante o conflito, um instrumento de aviso, descrevendo o que estava ocorrendo. A escrita podia servir tanto para se dirigir aos padres, como aos espanhóis ou aos guaranis<sup>484</sup>. Sepé parece ter, no mínimo, se utilizado dela, o que também acaba lhe concedendo poder e prestígio, no mínimo em relação aos jesuítas e a outros índios, afinal, se ele recebeu estas duas cartas, podemos supor que também se comunicava por meio delas com outros guaranis letrados, também membros da elite missioneira. Ainda conforme Neumann, ao se referir às cartas encontradas junto de Sepé: “comunicação epistolar entre as lideranças guarani, além de permitir a troca de informações, também ampliava a possibilidade dessas cartas serem repassadas aos demais indígenas, por meio de leitura”<sup>485</sup>. No depoimento de Alberto Caracará, em 1756, quando perguntado como os guaranis ficaram sabendo da vinda das tropas ibéricas, os espanhóis são informados que Tiaraju, o “Cabo dos exploradores de Santa Tecla”, escreveu alertando sobre a vinda de tais exércitos, para que ninguém fosse pego desprevenido<sup>486</sup>.

Pelo relato acima, fica evidente a relação entre escrita e constuição de alianças por meio da comunicação por parte dos indígenas, inclusive durante o conflito, como uma maneira de afirmação das autoridades. Sepé ao alertar, por carta ou bilhete, sobre a vinda das tropas coligadas reforça sua rede de relações. Provavelmente nesse momento, ele atuaria também como espião, observando a movimentação de espanhóis e portugueses. Dessa maneira, ele aumentava sua liderança e seu prestígio frente aos outros guaranis.

---

<sup>483</sup> Idem. pp. 230.

<sup>484</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 178-187. O autor usa a expressão “mientras volabam correos por los pueblos” de autoria do padre Tadeo Henis para se reportar a escrita indígena durante o período do conflito. Segundo Neumann, os guaranis escreveram muito nesse período.

<sup>485</sup> Idem. pp. 240.

<sup>486</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 412.

### 3.2.3 Os “parientes” e as redes

Uma das formas de acúmulo possível de prestígio é o uso que Sepé faz das suas “redes de relações”. Para Mário Grynszpan, a forma como um indivíduo as aciona e como se move nelas, é um meio que possibilita analisar a sua trajetória<sup>487</sup>. Ao analisar o Antigo Regime numa simples aldeia italiana, Giovanni Levi, através das ações de um padre, considera que “a rede das relações de consanguinidade ou de aliança tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas”, o que leva ao que Levi chama de reciprocidade<sup>488</sup>, que aparecem em “imagens de solidariedade e proteção”.<sup>489</sup>

Os trabalhos de Levi abrangem uma grande quantidade de fontes e de nomes. No caso de Sepé, as fontes são poucas e os indivíduos em número bem menor. É necessário trabalhar com certa ponderação nesse sentido. Contudo, entendo que é possível usar as redes de relação como uma ferramenta que nos auxilie no trabalho e não tomar o conceito ao pé da letra. O importante é, mais uma vez, estar atento aos detalhes reveladores, tal qual sugere Ginzburg, no artigo *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*<sup>490</sup>. A necessidade de tentar perceber os detalhes é que, mais uma vez, temos poucas fontes, mas que, se bem trabalhadas, podem nos demonstrar a liderança de Sepé Tiaraju junto aos guarani-missioneiros.

Como já foi dito, é possível considerar a escrita como um instrumento para essas relações: Neumann se refere aos usos estratégicos da escrita durante esse período<sup>491</sup>. Por ser um instrumento que os guaranis utilizaram, conforme seus próprios interesses, a escrita pode nos evidenciar as suas estratégias e as relações internas. Petrucci considera necessário, ao analisar uma fonte grafa, saber quem o realizou e para quem<sup>492</sup>. O

<sup>487</sup> GRYSZPAN, Mário. “Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. pp.75-76.

<sup>488</sup> Levi entende uma reciprocidade em uma sociedade equitativa e desigual, que estabelece trocas, baseado em elementos como prestígio e honra. LEVI, Giovanni. “Reciprocidade mediterrânea”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009. Por outro lado, Wilde permanece firme a proposta de autores como Sahlins e Levi-Strauss em que o ato de dar gera a obrigação de devolver, é tão importante quanto. Para Wilde, ao estudar o caso guarani, estas trocas podem gerar assimetrias. São delas que depende a “obtenção do prestígio frente ao grupo, como a geração e manutenção das assimetrias”. WILDE, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*, pp. 21.

<sup>489</sup> LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. pp. 96.

<sup>490</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”.

<sup>491</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp.179.

<sup>492</sup> PETRUCCI, Armando. *La Ciencia de la escritura: Primera lección de paleografía*. pp 8.



mesmo, ao analisar cartas, diz que sua principal função é, evidentemente, comunicar, transmitir um conteúdo<sup>493</sup>.

As cartas ainda criam, dentro das sociedades alfabetizadas, “circuitos sociais de intercâmbio informativo e cultural”. Estes circuitos podem ser fechados, no caso de uma família ou de amigos que se correspondem, ou abertos, no caso de intelectuais, ou pessoas ligadas pelos mais variados vínculos, como ideológicos<sup>494</sup>. No caso dos guaranis, as correspondências se davam, evidentemente, entre os membros da “elite letrada”, da qual, ao que tudo indica, Sepé Tiaraju fazia parte. Estes “circuitos sociais”, ao meu ver, criam e fortalecem os laços das redes de alianças entre os guaranis. Claro que as cartas que recebe e envia são boas evidências disso. Por exemplo, as que carregava consigo quando da sua morte. Logo na abertura de uma das epístolas, o *mayordomo*<sup>495</sup> Valentim Ibaringuã dirige-se respeitosamente ao destinatário: “aqui o padre todos os dias diz missa diante da imagem de Nossa Senhora do Loreta para que interceda por vós outros”<sup>496</sup>.

Temos ainda elementos que demonstram que Sepé também enviou as cartas aos guaranis, apesar de não ser possível comprovar a existência desses documentos, por não chegarem até nós. Mais uma vez me reporto ao depoimento dado no dia 22 de fevereiro de 1756, em que o indígena Cristoval Reu afirma que Sepé escreveu ao corregedor da redução de São Luís, Francisco Chaca, para que saíssem cem homens para lhe auxiliarem contra os espanhóis<sup>497</sup>. Isso ocorreu no mesmo ano do depoimento, próximo da morte de Sepé, num momento em que teria alcançado o cargo de corregedor de São Miguel e chefe das tropas rebeladas. Era o ápice do seu prestígio. A citada carta de Sepé ao corregedor de São Luís pode ajudar a demonstrar a relação entre os membros da elite guarani e como a escrita contribuiu para fortificar os laços entre estes indivíduos, dentro do que Petrucci chamou de “círculo social”.

---

<sup>493</sup> Idem. pp. 92.

<sup>494</sup> Idem. pp. 98.

<sup>495</sup> Os *mayordomos* eram os membros do cabildo com a função administrativa de controlar a produção de cada estância e redução. Assim, desenvolveram uma alta capacidade de escrita. NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 136-137.

<sup>496</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguary* pp. 228.

<sup>497</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938, pp. 405-406.

É do mesmo período o episódio descrito por Nusdorffer, no qual o padre Miguel Soto, para quem Sepé enviara uma carta em 1753<sup>498</sup>, da estância de São Xavier, a mesma da qual Sepé recebeu uma carta assinada por Valentim Ibaringã<sup>499</sup>, do povoado de São Miguel. Segundo Nusdorffer, Miguel de Soto mostrava-se aflito, pois Tiaraju convocava os índios da estância para irem à guerra, porém eles ainda não teriam se confessado antes de partir para o confronto. Mas o temor do padre de São Xavier era semelhante ao dos índios: de que perdessem suas terras, casas e igrejas<sup>500</sup>.

Ainda no início do ano de 1756, conforme outro depoimento ou notícias que José Joaquim de Viana, que matou Tiaraju, havia colhido em São Lourenço, Sepé tinha dito a Neenguiru que “conforme ia passando pelas estâncias, ia juntando gente pois o cacique de Concepcion achava que cem homens eram poucos”<sup>501</sup>. Contudo, isso não aconteceu, pois Sepé morreu antes. Independente disso, se ele acreditava que poderia arregimentar soldados pelo caminho entre as estâncias, é porque tinha confiança na sua rede de relações entre as reduções. O mesmo acontece quando ele convoca os índios de São Xavier para a luta e estes tratam de obedecer e partir, mesmo sem se confessar antes. Para se ter uma ideia do poder das cartas entre os guaranis, cito os números de indígenas que saíram de seus povoados para o confronto, somente no dia 21 de janeiro de 1756, de acordo com Tadeo Henis: 400 de São Miguel, 200 de Santo Ângelo, 50 de São Lourenço, 150 de São Luís, 200 de São Nicolau, 150 de São João e 200 de Concepción<sup>502</sup>. Evidente que estes homens não estiveram com Sepé quando da sua morte. Os cem que estavam junto dele eram miguelistas<sup>503</sup>, provavelmente, os mesmos que saíram da estância de São Xavier para acompanhá-lo.

Sobre estes índios que deveriam acompanhar Sepé, um índio prisioneiro dos espanhóis disse, em 22 de janeiro, que “Don Nicolau”, ou Neenguiru, os havia convocado e que deixara Tiaraju junto com quatro peças de artilharia e 400 homens na

<sup>498</sup> DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. pp. 241.

<sup>499</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 230.

<sup>500</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 478.

<sup>501</sup> “De la otra de las noticias que se han adquirido concernientes à la resistencia de los Indios, que aprendió Viana en el pueblo de San Lorenzo” DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 427.

<sup>502</sup> HENIS, Pe. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 541.

<sup>503</sup> Idem. pp.542.

estância de Santo Antônio<sup>504</sup>. Pode-se perceber a ligação entre Sepé e Neenguiru: dois membros da elite guarani. É de se supor que houvesse uma relação de certa reciprocidade entre ambos, não só entre Sepé e Francisco Chaca, corregedor de São Luís, mas também Sepé e indígenas das demais reduções que enviaram soldados. Dessa maneira, fica mais nítida a aproximação entre liderança, prestígio e a “rede de relações”. Uma depende intrinsecamente da outra. Mesmo assim, acredito que foram seus atos que formaram o seu prestígio e a sua “rede”.

Outro exemplo ocorreu quando estava em Santa Tecla. Sepé teria matado dezesseis soldados espanhóis em uma armadilha, quando, em princípio, os havia tratado com amizade e os desarmado, para que depois os índios dessem cabo deles. Neenguiru teria ficado ciente destes fatos através de uma carta que o membro de São Miguel escreveu para o de Concepción. Os índios ficaram com as armas e cavalos dos soldados. Pouco tempo depois, Sepé matou um espanhol com uma lança, e outros guaranis “mataram alguns índios peões das tropas dos espanhóis”<sup>505</sup>.

Porém, ainda há outra questão a ser levada em conta. Em uma das cartas enviadas entre os padres, em 15 de abril de 1754, Lourenço Balda relata a Tadeo Henis, entre outras coisas, que “el Capitán Sepé con los demás aian hido alla a ayudar a sus parientes”<sup>506</sup>. A carta data de poucos dias antes de Rio Pardo, no fim do mesmo mês. Quem seriam os “parientes” a quem Balda se refere? Esse termo é de extrema importância para a compreensão das relações entre as diferentes reduções.

A percepção do termo “parentes” atual é muito distinta da que os guaranis tinham. A família era, pelo menos a do cacique, poligâmica. Formavam-se grupos macrofamiliares, com diversas ramificações intra aldeia e entre as aldeias<sup>507</sup>. Wilde traça um paralelo entre parentesco e poder, baseado na poligamia das lideranças

<sup>504</sup> FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. pp. 393-395.

<sup>505</sup> “Carta del Gobernador de Buenos-Aires al Conde de Aranda, remitiéndole el testimonio de las declaraciones recibidas al cacique D. Nicolás Ñenguirú, y á otros dos indios de los Pueblos Guaranis, sobre las hostilidades cometidas por los Jesuítas en los mismos.” BRABO, Francisco Xavier. *Colección de documentos relativos a la expulsión de los jesuítas de la República Argentina y del Paraguay en el reinado de Carlos III*. Madrid: Estudio Tipográfico José María Pérez, 1872. pp. 283-284. Este indício vem do depoimento de Alberto Caracará, Nicolau Neenguiru e um terceiro guaranis aos espanhóis em 1770, na cidade de Buenos Aires. Enquanto o primeiro descreveu o fato, o segundo confirmou ter recebido uma carta de Sepé e tê-lo visto matando o espanhol. Os “índios peões” dos espanhóis são mais um exemplo das mestiçagens na América e provavelmente fossem de alguma etnia rival dos guaranis.

<sup>506</sup> “Cartas (36) de varios. De 22 de setembro 1752 a 26 de março 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938, pp.378. Também disponível em: DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. pp. 88-89.

<sup>507</sup> Ver capítulo “O Parentesco Guarani” em SOARES, André Luis R. *op. cit.*

guaranis. Ainda que houvesse uma tentativa dos jesuítas de reprimi-la, estes perceberam que a poligamia era uma forma de aquisição de poder, de renovação das redes de um líder e da incorporação de novos membros para estas redes. Práticas como a poligamia eram eficazes na aquisição de poder. A solidez dos vínculos com os parentes podiam sustentar um cacicado, ou seja, ser um de seus elementos de autoridade<sup>508</sup>.

Ainda para Wilde, se formavam “macrolideranças” de “confederações” de reduções, mas estas lideranças não eram estáveis. O renome de um líder podia circular entre os povos com a mesma rapidez que seu prestígio podia se perder. Estas confederações se criavam também, devido a seus laços parentais, à reciprocidade e à aliança política<sup>509</sup>. Foi durante o período da “Guerra Guaranítica” que estas macrolideranças mostraram-se mais fortes, ou ao menos podem percebidas como tais conforme a documentação. Sepé está entre elas, uma vez que, em 1756, foi escolhido como o chefe de todas as missões rebeladas.

Prestígio e parentesco estavam bem ligados. O prestígio é uma das razões pelas quais se tinha muitas mulheres e filhos. As lideranças, ao terem muitas mulheres, tinham muitos parentes (cunhados), através dos quais se formavam laços de aliança e de reciprocidade<sup>510</sup>. Esta era uma característica do *ethos* dos guaranis, formada principalmente pelas alianças através dos casamentos<sup>511</sup>. A relação com os cunhados era a principal forma de aliança entre os guaranis, baseado nas regras de reciprocidade e parentesco, conhecido pelos espanhóis como *cuñagazgo*<sup>512</sup>.

Sepé provavelmente tenha catalisado sua reciprocidade, aumentado a sua rede de alianças e seu prestígio durante o conflito, até chegar ao cargo de chefe da revolta, pouco tempo antes de morrer. Recapitulando: mesmo não sendo cacique, é provável que tivesse relações com membros de outras reduções. Isso fica claro quando Sepé manda<sup>513</sup>

<sup>508</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaranies*. pp. 129-136.

<sup>509</sup> Idem. pp. 170-172.

<sup>510</sup> SOARES, André Luis R. *op. cit.* pp. 93-94.

<sup>511</sup> Idem, pp. 168.

<sup>512</sup> Idem, pp.84.

<sup>513</sup> Como o aviso que Sepé manda para a redução de São Lourenço de que as tropas ibéricas estavam se aproximando do território missioneiro em 1756 (“Depoimentos jurados de onze índios, 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938, pp. 412), ou o pedido para o corregedor de São Luís, Francisco Chaca de homens que lhe auxiliassem para a luta (idem, pp.405-406), ou ainda a comunicação entre Sepé e Neenguiru descrita em BRABO, Francisco Xavier. *Colección de documentos relativos a la expulsión de los jesuitas de la República Argentina y del Paraguay en el reinado de Carlos III*. pp. 283-284.

e recebe<sup>514</sup> cartas e avisos destes. Assim, ele aumentava seus laços com outros indígenas, e claro, sua liderança perante estes.

### 3.2.4 Outras lideranças: Paracatu e Neenguiru

Assim como Sepé, outros líderes guaranis participaram ativamente da rebelião. Contudo, damos pouca atenção à perspectiva histórica desses líderes, assim como a Sepé. A história em torno desses personagens tem servido para criar heróis nacionais e regionais, perdendo o foco da ação indígena em prol dos interesses dos próprios índios com suas próprias estratégias. Estudar tais indivíduos por suas ações, pode jogar melhores luzes sobre a História Indígena. Por outro lado, muitas vezes, nos fixamos somente na figura de Sepé, não por razões históricas, mas por motivações externas ao estudo da História como ciência. Sepé serve como referência política, como personagem literário, como objeto de estudo para historiadores “diletantes”, sobretudo no Rio Grande do Sul, o que ofusca outras lideranças, atribuindo somente a ele a autoridade sobre os guaranis durante a rebelião.

Para percebermos o papel das lideranças guaranis durante a guerra, é importante estudarmos os indivíduos que as compunham. E conforme já foi dito<sup>515</sup>, segundo Poloni-Simiard, o estudo dos indivíduos ajuda a entender a sociedade indígena, escapando do etno-centrismo<sup>516</sup>. Para tanto, pretendo trabalhar com figuras de destaque, que tiveram trajetórias bem diferentes durante o conflito gerado pelas ordens de transmigração: Rafael Paracatu e Nicolau Neenguiru. Guillermo Wilde aponta Paracatu, Neenguiru e Sepé como os “líderes de maior ressonância” entre os guaranis durante o conflito<sup>517</sup>. Tanto Paracatu como Neenguiru, eram membros de missões do outro lado do rio Uruguai, o que vem corroborar a evidência de que não foram apenas as missões ocidentais que se rebelaram. Os três podem ser considerados como “macrolideranças”, que aglutinaram em torno de si indígenas de mais de uma redução. Para perceber como estas “confederações” se formavam, é necessário ir às fontes e analisar a ação destas outras lideranças e também de que maneira obtiveram seu prestígio, seu sucesso e seu fracasso.

<sup>514</sup> Como as que portava na sua algibeira quando foi morto. CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 228-232.

<sup>515</sup> Ver introdução.

<sup>516</sup> POLONI-SIMARD, Jacques. “Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas”, *Anuario del IEHS* 15(2000). pp. 96.

<sup>517</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaranies*. pp. 172.

Ao contrário de Sepé, Rafael Paracatu era cacique e tinha o título de “don”. O padre Bernardo Nusdorffer, por exemplo, refere-se a ele como “o cacique Paracatu”<sup>518</sup>. Logo, tinha as mesmas vantagens que os demais caciques. Ainda que, na época do conflito, integrasse a redução do Yapeyu<sup>519</sup>, Paracatu era nascido em São Xavier. Contudo, desde 1721, cacicados oriundos dessa redução imigravam para Yapeyu, dividindo o povoado. Assim, o cacique Santiago Caaendi representava os yapeyuanos e Rafael Paracatu, os xavieristas<sup>520</sup>.

De qualquer forma, Paracatu tinha uma autoridade e representatividade junto a parcelas do seu povoado. Escandón aponta que “Rafael Paracatu se encontrava munido do título de cabo ou chefe”<sup>521</sup>, o mesmo que coube a Sepé Tiaraju. Como ele, Paracatu destacou-se militarmente. Nessa passagem, Escandón descreve a batalha de Daimán. O confronto no arroio Daimán ocorreu em atual território uruguaio, em 3 de outubro de 1754, durante o envio da primeira expedição às missões a serem entregues ao rei fidelíssimo, ou melhor, no retorno das tropas espanholas. Como espanhóis e portugueses tentavam atacar a região em tropas separadas, buscando alcançá-lo sob o formato de pinça, a parte oeste do rio Uruguai coube aos hispânicos.

Os guaranis teriam decidido atacar aos espanhóis, segundo Nusdorffer, por escolha de Paracatu. Os yapeyuanos teriam partido para “molestar” as tropas hispânicas, que ao perceber o avanço dos índios, se defenderam com cargas de fuzis, matando cento e vinte guaranis. Ainda foram presos quarenta e oito indígenas, entre eles o cacique Rafael Paracatu. Todos os detidos foram levados a Buenos Aires<sup>522</sup>.

Com Paracatu foram apreendidas dezesseis cartas a ele enviadas por indígenas de Yapeyu e de outras reduções. O documento está contido numa correspondência de Thomas Hilson, comandante militar do exército espanhol, para o Marquês de Valdelírios, com o nome de *Refiere cómo fué la funcion, y en que estado está el Exercito*<sup>523</sup>. Trata-se de uma importante fonte na medida em que é um indicativo do contato entre os indígenas das reduções, internamente e externamente. É um documento bastante singular, pois foi produzido pelos próprios indígenas, sem intermediários.

<sup>518</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 431.

<sup>519</sup> Nossa Senhora dos Três Reis de Yapeyu, localizada na margem esquerda do rio Uruguai, fundada em 1627: BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Livraria Sulina Editora, 1978, pp. 30.

<sup>520</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaranies*. pp. 172-173.

<sup>521</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 238.

<sup>522</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 437-438.

<sup>523</sup> Agradeço ao professor Eduardo Neumann por ter me cedido esta documentação.

Apesar de ser traduzido para o espanhol, evidencia a escrita dos guaranis, dando voz a estes na história. As cartas são descritas por Hilson como “16 papeles”.

Nestas cartas, podemos encontrar diversas características do prestígio dos líderes guaranis. Começo com os vínculos parentais. Como liderança e como cacique, portanto provavelmente com diversas esposas, Paracatu soube fazer uso destas relações. Por exemplo: o “papel nove”, escrito desde a “Estancia de las Lecheras”, solicita ajuda para encontrar membros dessa localidade que tinham ido ao Arroio das Pavas, mas não voltado. Na carta não existe data, mas provavelmente é de 1754 (todos “papeles” parecem ser desse ano), o remetente solicita o auxílio dos “parientes”<sup>524</sup>.

Os laços com esses “parientes”, assim como os de Sepé, contribuíram certamente para a liderança militar de Paracatu. Provavelmente, esses também fossem oriundos da redução de São Xavier. Logo, eram nesses indivíduos que repousava a maior parte da rede de aliança deste cacique. Mais uma vez, encontramos elementos que indicam colaborações entre os povos guaranis motivadas por laços de parentesco<sup>525</sup>. A ajuda solicitada pelos “parientes” é um demonstrativo desta aliança baseada na reciprocidade, um dos principais mecanismos da eficácia destas lideranças<sup>526</sup>.

As alianças também eram de suma importância do ponto de vista militar, ou de arregimentar tropas. Ou seja: o prestígio podia ser medido também pela capacidade de agregar gente, soldados. Assim, percebe-se que o “papel 13”, dirigido para o “cabildo de Yapeyu”, conta do seguinte:

Soldados que han venido de el Pueblo... 239:

18 de Sta. Maria

32 de la Estancia deel Lueguay

289

En este del ano del 1754, em 22 de Julio, salieron de el pueblo 239, y com ellos, el cacique muy amante de nostra santa madre Iglesia, y que se hace fuerte por que confia em Dios Don Raphael Paracatu, Don Santiago Caaendi, Cabildantes, Alferes don Christoval Arayu, rexigodores, don Miguel Oeregui, Maravó Tambirá y con ellos andan 17 caciques, y o fizeste menores Santos. Am, Gregório Guayti, Xavier Juy, Ebaristo Guarú, Antonio Tapari, Joseph Luadrai, Miguel Guanuruma.<sup>527</sup>

<sup>524</sup> “Refiere cómo fué la funcion, y en que estado está el Exercito”. Arroio Daimán, 8 de outubro de 1754. Archivo General de Simancas, Legajo 7425, doc. 145 e 146.

<sup>525</sup> WILDE, Guillermo. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. pp. 86.

<sup>526</sup> Idem. pp.23.

<sup>527</sup> “Refiere cómo fué la funcion, y en que estado está el Exercito”. Arroio Daimán, 8 de outubro de 1754. Archivo General de Simancas, Legajo 7425, doc. 145 e 146.

Temos uma espécie de prestação de contas, um número de soldados das reduções que partiram em apoio de Paracatu. Infelizmente, não consta o lugar de origem da carta. A próxima é a 14, oriunda de São Borja, mas data de 30 de junho, anterior à carta acima<sup>528</sup>. Destaque para a expressão “confia”. Ela evidencia o prestígio que o cacique de Yapeyu tinha perante os demais guaranis. Não só ele, como outros membros da sua redução, tal qual Santiago Caaendi.

Seu prestígio e capacidade de chamar soldados e manter alianças entre as reduções também se evidenciaram em Daimán, apesar da derrota. A ele se juntaram índios “de todos os povos do Uruguai, excetuando-se o de São José”. Entre eles, membros de São Xavier, que teriam encontrado Paracatu por acaso, e por serem “parentes seus”, se juntaram a seus comandados<sup>529</sup>. Pode-se perceber novamente a capacidade da liderança e do prestígio de um cacique por intermédio dos “parentes”. Ganson afirma que guaranis dos povos de La Cruz, São José, Candelária e Santos Mártires seguiram Paracatu<sup>530</sup>, apesar de não notificar de qual fonte tirou esta informação.

Assim como Sepé Tiaraju, Rafael Paracatu recebeu o apoio de indígenas de outras reduções, apesar de não ter encontrado evidências de que tenha alcançado o mesmo nível de “macroliderança” de Sepé, visto que não chegou a ser eleito corregedor de Yapeyu no período, nem escolhido como o “chefe de todos”. Ainda assim, era entendido como um importante líder militar que teve a capacidade de manter uma rede de alianças capaz de lhe dar o apoio durante o confronto contra as tropas espanholas. Talvez Paracatu tivesse uma vantagem sobre Sepé, pois era cacique. Sua autoridade pode ter se fundamentado mais pelo parentesco e relações que por sua trajetória, valor em batalha e mediações com os ibéricos, tal qual parece ter sido o caso de Sepé.

Não só pelo envio de homens podemos perceber o prestígio e a reciprocidade durante o conflito. Pelo menos três “papeles” falam em mandar pólvora para Paracatu. No de número quatro, enviado por Cipriano Hayrá e Miguel Xavier Arayu, consta: “Te ayudamos como todo lo que pediste te llevo Phelipe Abague, el Poncho que pediste, te lo llevo Nicolas Andaruy, y también na pólvora”. O quinto, de sete de agosto de 1754,

<sup>528</sup> Pastells e Mateos apresentam os dois “papeles” como uma carta só. Mas as datas das cartas tornam isso impossível. O “papel 14” é assinado pelo padre de São Borja, Juan Francisco Baldiueso. PASTELLS Pablo e MATEOS, Francisco. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provinciadel Paraguay* (Argentina, Paraguay, Uruguay, Peru, Bolívia y Brasil): según losdocumentos originales del Archivo General de Índias. Tomo VIII. S.J. Madrid Libreria General de Victoriano Suarez: C.S.I.C, 1949.

<sup>529</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 428-429.

<sup>530</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 107.



descreve que foram mandadas para Paracatu “son dos aspas llenas de pólvora”. O sexto, com data de seis de agosto do mesmo ano, refere-se a “dos aspas de pólvora y 44 vala, sete pliegos de papel blanco en un canuto de taquara, cinco tercios , y uma volsa de tavaco”. Os dois últimos informam que a pólvora foi entregue pelo mesmo sujeito: José Aviará. Provavelmente, seja a mesma entrega. Todas as cartas têm como destinatário Don Rafael Paracatu<sup>531</sup>. Infelizmente, não informam a redução ou a estância de origem, apenas que foram escritas pelos mordomos<sup>532</sup>.

Não existem muitas referências nas fontes sobre Paracatu após o seu aprisionamento. Por exemplo, ao final de 1755, o padre Bernardo Nusdorffer escreve que Paracatu estava até aquele momento preso em Buenos Aires<sup>533</sup>. Juan de Escandón conta que os índios presos junto com o cacique foram obrigados a ajudar a construir a catedral local. Paracatu, contudo, foi colocado num calabouço, onde ficou doente e faleceu. Escandón não fornece dados precisos sobre a data da sua morte<sup>534</sup>.

O mais importante é perceber, através da documentação dos “16 papeles”, como *don* Rafael Paracatu fez o uso da escrita para a manutenção das alianças como forma de consolidar sua autoridade. A fonte nos demonstra como o “cacique Paracatu e os integrantes do cabildo de Yapeyu recorreram à escrita como meio de contato destinado a agilizar a comunicação e gerir ações conjuntas”<sup>535</sup>. Através da comunicação entre este cacique e outros guaranis, podemos ter indícios de como funcionavam estas alianças e de que forma se manifestava a reciprocidade.

Por exemplo, o “papel 8” é assinado por “tu hermano mayor Don Nicolas Andaruiye” e reitera a necessidade que os guaranis tinham de permanecer com suas fazendas, sempre baseado nas “vontades de Deus” e em argumentos religiosos. Em sete de setembro de 1754, Santiago Caaendi escreve para Rafael Paracatu, informando sobre movimentações das tropas espanholas. Pode-se notar aqui a relação entre as diferentes

<sup>531</sup> “Refiere cómo fué la funcion, y en que estado está el Exercito”. Arroio Daimán, 8 de outubro de 1754. Archivo General de Simancas, Legajo 7425, doc. 145 e 146.

<sup>532</sup> Já me referi anteriormente neste capítulo sobre a capacidade gráfica dos mordomos, membros do cabildo responsáveis pela contabilidade e administração das reduções. Sobre a ausência do remetente nas cartas, para Eduardo Neumann, “podemos pensar que a ausência desses dados fosse uma decorrência da própria característica da comunicação, travada diretamente dos emissários aos destinatários.” NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 136

<sup>533</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 456.

<sup>534</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 278.

<sup>535</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 136.

lideranças guaranis<sup>536</sup>. Apesar da rivalidade existente em Yapeyu entre Caaendi e Paracatu, o primeiro escreve ao segundo avisando a respeito da movimentação dos inimigos.

Tal qual Sepé, Paracatu mantinha relações com outros indígenas para comunicação durante os períodos mais conflituosos, trocando informações e solicitando auxílio militar. Tal “ajuda” fica bem evidente na primeira carta, que diz: “vosotros también haced todo esfuerzo para que no entren en nuestras tierras que nosotros havemos lo mismo, en ayudarlos”<sup>537</sup>. Em certo ponto, este pode ser um sinal das relações de reciprocidade entre os guaranis-missioneiros.

Rafael Paracatu também trocou correspondências, portanto, provavelmente tenha mantido alianças, com outra “macroliderança” guarani durante o confronto: Nicolau Neenguiru. O cacique de Concepción escreve ao do Yapeyu em 22 de agosto de 1754. A carta nos remete a diversos elementos já citados, que se relacionam com características próprias das lideranças guaranis. Logo no princípio, ele relata que já chegou em Yapeyu, uma redução muito extensa, e contava com soldados de três povos: Santos Mártires, Santos Apóstolos e São Tomé e agradece a Paracatu e aos cabildantes pelo homens que sua redução estaria cedendo<sup>538</sup>.

Estes são alguns exemplos de relações entre a elite missioneira. É difícil traçar redes de alianças seguras para o período, as fontes não são abundantes o suficiente. A opção é seguir pela intuição, com base nas pistas que a fonte nos oferece, o tipo de intuição proposto no paradigma indiciário de Ginzburg<sup>539</sup>. E estes indícios podem ser apresentados nas relações e nas alianças entre os indivíduos como Rafael Paracatu, Santiago Caaendi, Nicolas Andaruiye, ou Neenguiru. Graças à documentação das cartas entre Paracatu e outros guaranis, é possível inferir tal hipótese.

Uma das sete cartas escritas pelos índios ao governador de Buenos Aires, em 1753, recusando-se a abandonar o território cedido aos portugueses, partiu da redução de Concepción e foi assinada pelo seu corregedor: don Nicolau Neenguiru. Ele conta que seu avô também se chamava Nicolau Neenguiru e que aceitou o padre Roque Gonzalez e a vida missioneira<sup>540</sup>. Aurélio Porto<sup>541</sup> informa que Neenguiru, o

<sup>536</sup> “Refiere cómo fué la funcion, y en que estado está el Exercito”. Arroio Daimán, 8 de outubro de 1754. Archivo General de Simancas, Legajo 7425, doc. 145 e 146.

<sup>537</sup> Idem.

<sup>538</sup> Idem.

<sup>539</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinai: Raizes de um Paradigma Indiciário”. pp. 178-179.

<sup>540</sup> MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949. pp. 569-572.

antepassado, não só foi catequizado como também auxiliou os jesuítas na implantação das missões. Teria lutado contra bandeirantes na batalha de Mboraré e morreu em 1643 em Concepción<sup>542</sup>.

Na carta de Neenguiru, a exemplo das outras seis, consta a lealdade dos indígenas para com o rei católico, argumentando não entender o porquê da entrega das “fazendas” aos portugueses, como se aceitassem que fosse vontade dele<sup>543</sup>. Esta, aparentemente, é a primeira manifestação escrita de Neenguiru durante o confronto, o que também pode me levar a sugerir que ele era um líder capaz de mediar as relações entre os europeus e os guaranis, assim como Sepé. Logo, é possível supor que uma das razões que levaram o cacique de Concepción a chegar a uma “macroliderança” foi o seu relacionamento com as autoridades espanholas, tal qual seu ancestral foi capaz de fazer.

Existem diversas pistas nas fontes capazes de demonstrar sua “macroliderança”. Tomo como primeiro exemplo o depoimento de Alberto Caracará<sup>544</sup> aos ibéricos, em 1756. Conforme Caracará, logo após a chegada das tropas em Santa Tecla, em fevereiro de 1753, ficou-se sabendo que “Neenguiru era superior de todos os povos de uma e de outra banda do Uruguai”<sup>545</sup>. Mesmo que posteriormente Caracará afirmasse que esta foi uma decisão do Padre Superior das Missões<sup>546</sup>, tudo leva a crer que foram os próprios guaranis que escolheram Neenguiru como liderança. É importante lembrar que apontar os padres como responsáveis pela rebelião foi uma estratégia dos portugueses durante o confronto graças a uma política estabelecida pelo secretário do rei fidelíssimo, Sebastião José de Carvalho e Melo. É possível supor que, durante o depoimento, Caracará tenha sido levado a acusar o religioso. Mesmo assim, deve-se lembrar que entre os padres houve diversas posições. Tadeo Henis, por exemplo, ao que tudo indica, apoiava a revolta.

No ano de 1753, o padre Nusdorffer escreve sobre Neenguiru, relatando que “a ele (como antes a seu pai e avô, todos com nomes idênticos) todos estes povos do Uruguai, desde o começo da conversão, e mesmo ainda quando são infiéis, respeitam

<sup>541</sup> O autor dá como referência a Carta Ânua de 1643. *Morte do capitão-geral Nicolau Neenguiru*. Mss. B.N. I-29,7,37.

<sup>542</sup> PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943. pp. 430-431.

<sup>543</sup> MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949, pp. 569-572.

<sup>544</sup> Como já foi referido, Caracará era da redução de São Lourenço.

<sup>545</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 412.

<sup>546</sup> Idem.

como cacique-mor desse rio”<sup>547</sup>. Esse curto trecho pode ser revelador. Primeiro, por se referir a seu pai e seu avô, demonstrando a hereditariedade sucessória. Acredito que isso não fazia dele o que Guillermo Wilde chama de “cacique-de-papel”, que mesmo sendo o filho primogênito do cacique, indicado pelos jesuítas, não era aceito pelos guaranis como tal. Eles precisavam ter o carisma pessoal para ter sua liderança legítima<sup>548</sup>. O restante da frase de Nusdorffer demonstra o prestígio que Neenguiru já tinha alcançado em 1753.

A questão dos infieís, como eram chamados os indígenas não-reduzidos, merece destaque. Durante o conflito, os guaranis-missionários contaram com o apoio deles em alguns momentos. O padre Tadeo Henis relata que, em outubro de 1754, na marcha contra as tropas de Gomes Freire, “vieram por este tempo algumas numerosas tropas de ‘gentiles’ guanás e minuanos ao socorro”<sup>549</sup>. Havia relações de parentesco entre lideranças guaranis e “infieís”, o que acarretou no apoio destes<sup>550</sup>. Por exemplo, em carta ao padre Ballester, escrita na redução de São João, o padre Luís Charlet afirma que os infieís iam a esta redução. Apesar disso, relata que são “todos índios guaranis, todos se entendem, se avisam de dia a de noite do que se passa e são todos parentes”<sup>551</sup>. Wilde entende que estas alianças faziam parte do jogo daquele momento, uma vez que guenoas e minuanos eram rivais dos guaranis, tendo se enfrentado em diversas ocasiões. No entanto, alguns “infieís” viviam refugiados nas estâncias das reduções como Yapeyu. Era uma estratégia desenvolvida para o conflito<sup>552</sup>.

Assim como Sepé, Neenguiru escreveu aos padres durante o conflito. Esse fato vem corroborar a hipótese da capacidade de um guarani de se relacionar com os religiosos ser uma das características das lideranças. No depoimento de Miguel Farí, da redução de São Miguel, um dia depois de Caiboaté, é informado que Neenguiru

<sup>547</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 404.

<sup>548</sup> WILDE, Guillermo. “Prestigio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguai”, *Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas*, Colônia/Weimar/Viena, n. 43, 2006. pg. 127-144.

<sup>549</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836. pp. 514-515.

<sup>550</sup> WILDE, Guillermo. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. pp. 84.

<sup>551</sup> “Relación de lo que la Compañía de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuitas, Legajo 120j, Expediente 7.

<sup>552</sup> WILDE, Guillermo. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. pp. 99.

escreveu ao padre Miguel de Soto sobre a chegada dos espanhóis<sup>553</sup>. Este parece ter sido um jesuíta com experiência e contato junto aos guaranis, uma vez que Sepé Tiaraju também lhe escreve.

A outra epístola é destinada ao Padre Superior com quem Tiaraju também manteve correspondência. Neenguiru respondia ao padre Teodoro Balenchana. Escandón é quem registra esta troca de correspondências. O jesuíta escreveu ao cacique sobre a ida do padre Altamirano, em 1753, para convencer os guaranis sobre a transmigração. Ainda pediu que levassem em consideração a retirada das terras cedidas aos espanhóis, caso contrário, haveria guerra. Para completar, solicitou que Neenguiru passasse a correspondência para as reduções de São Nicolau, São Luís e Santo Ângelo<sup>554</sup>. O fato de o Padre Superior ter escrito para Neenguiru indica o reconhecimento que os jesuítas tinham do poder dele e que era reconhecido como tal não só por seus pares, mas pelas autoridades religiosas. Além disso, foi-lhe solicitado que a informação da carta fosse repassada aos membros de outras missões, o que pode nos levar a pensar que ele tivesse ligações com os guaranis dessas outras missões, configurando-se em alianças com lideranças destas. Porém, Neenguiru não repassou a carta aos demais. Ele conta ao padre superior que os cabildantes e outros caciques não permitiriam que fossem transmitidas, pois, nos povos citados, ocorriam os “alvoroços” e muitos índios já haveriam partido para a guerra<sup>555</sup>. Neenguiru mostra-se disposto a cooperar com os jesuítas, mas estava impossibilitado devido à situação em que as reduções se encontravam.

Neenguiru já tinha autoridade e liderança junto aos guaranis no início dos anos 1750. De certa maneira, isso se refletiu inclusive na Europa, com o boato do rei das missões Nicolau I. Em 1754, teriam sido cunhadas moedas com a inscrição “Nicolas I, rey de las misiones”, numa alusão a Neenguiru<sup>556</sup>. Claro que, por um lado, fica demonstrado o prestígio de Neenguiru, inclusive diante dos ocidentais. Mas é provável que este boato esteja ligado ao objetivo de depreciar a imagem dos jesuítas, buscando demonstrar que estava sendo criado um estado separado nas missões do Paraguai<sup>557</sup>.

<sup>553</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 401-402

<sup>554</sup> ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 228-229.

<sup>555</sup> *Idem*, pp. 230-231.

<sup>556</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 507.

<sup>557</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 119.

Neenguiru liderou os guaranis na mais pesada derrota do conflito, em Caiboaté. O seu comando nesse confronto é evidente em diversas fontes. Ao que parece, foi ele quem determinou marchar até o local<sup>558</sup>. Chegando lá, alojou-se numa colina e, antes da luta, enviou o alferes-real do seu povoado para conversar com Andonaegui, informando-lhe que os índios estavam prontos para obedecer ao corregedor de Concepción. O espanhol respondeu que, se permanecessem ali, seriam mortos. Neenguiru pediu uma hora para se retirar, mas segundo Francisco Graell, nesse período, apenas chegavam mais índios, o que compeliu os ibéricos a atacá-los<sup>559</sup>.

Aqui cabe ressaltar uma diferença entre Sepé e Neenguiru: enquanto o primeiro parece mais comedido, em 1756, o segundo pretendia lutar sem ceder. Havia guaranis dispostos a seguir a proposta de Sepé, pois naquele dez de fevereiro, Neenguiru manteve-se esperando que chegassem reforços, enquanto outros pretendiam se retirar e aguardar<sup>560</sup>. Alguns reforços chegaram, mas não foram suficientes. Porém, Neenguiru já tinha a sua liderança abalada antes de Caiboaté: Henis tece comentários, em 1754, sobre algumas dificuldades com “o capitão Neenguiru”, porque “alguns povos a dito capitão se entregavam totalmente, e a outros nada, lhe perderam a vontade”<sup>561</sup>. Segundo Barbara Ganson, ele até era um bom orador, mas não tinha a experiência em combate de Sepé<sup>562</sup>. Se a autora estiver correta, Neenguiru não tinha todas as características do prestígio de um líder guarani. Segundo Wilde, as confederações entre reduções baseavam-se em alianças muito instáveis. Havia desconfianças entre as partes, como esta sobre Neenguiru, mesmo porque poderiam estar em jogo antigas rivalidades internas, ligadas aos antigos cacicados. Wilde endossa que alguns povos foram colônias de outros, o que gerava rivalidades entre seus líderes e impedia a ampliação dos vínculos por tempos prolongados<sup>563</sup>. Mesmo assim, Neenguiru reuniu um número considerável de guaranis sob seu comando em Caiboaté<sup>564</sup>, o que é um indicativo de prestígio e capacidade de arregimentar pessoas para a guerra.

<sup>558</sup> “De la otra de las noticias que se han adquirido concernientes à la resistencia de los Indios, que aprendió Viana en el pueblo de San Lorenzo” DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 427.

<sup>559</sup> GRAELL, Francisco. *Passado Missioneiro no Diário de um Oficial Espanhol*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1998, pp.47-49.

<sup>560</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836, pp. 544.

<sup>561</sup> Idem. pp. 521.

<sup>562</sup> GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 108.

<sup>563</sup> WILDE, Guillermo. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. pp. 85-87

<sup>564</sup> Os números sobre Caiboaté divergem bastante. Ver nota no capítulo 1.

Depois de Caiboaté, Neenguiru permaneceu com a ideia de não deixar as terras para os portugueses. Ao contrário de Paracatu, que foi preso, e Sepé, que morreu, ele continuou sendo uma liderança guarani, ainda que abalada pela derrota. Em abril de 1756, escreveu uma carta para Andonaegui na qual reitera as razões da revolta e permanece sem acreditar que o rei concedeu as terras aos portugueses. Não obstante, continuava fiel ao monarca católico, colocando-se como um pobre índio que sempre fora leal ao rei<sup>565</sup>. Continuamos percebendo que Neenguiru ainda se nega a abandonar as terras, mas parece ter retomado uma estratégia mediadora, como a percebida nas cartas escritas em junho de 1753 ao mesmo Andonaegui.

Em 1761, o Tratado de El Pardo anulou as determinações do de Madri. As missões voltaram a pertencer à Coroa Espanhola sem que houvesse transmigração. Em 1767, o rei Carlos III expulsou os jesuítas da Espanha e das colônias ultramarinas. Os religiosos deveriam abandonar as missões imediatamente. Para cumprir a determinação real no rio da Prata, foi designado Francisco de Paula Bucareli y Ursua, governador de Buenos Aires. E aqui nos reencontramos com Neenguiru.

Ou melhor, Bucareli se encontra com ele. Em primeiro de outubro de 1768, o governador escreve ao conde de Aranda, relatando que Neenguiru se encontrava em desgraça na redução de Trinidad. Ele teria sido desterrado de Concepción por “não ter executado a ordem que lhe deu o Padre Joseph Cardiel, de passar na faca o destacamento de milícias do Paraguai”. Foram-lhe retiradas as armas, o bastão e a vestimenta de cacique<sup>566</sup>. Elementos como esses não eram simples adornos. Jean Baptiste considera que as roupas ocidentais tiveram um importante papel na representação de suas chefias. As vestes, a exemplo do bastão, conferiam representações do poder dos líderes indígenas. Nas missões, só era cacique quem se vestisse o mais próximo de um europeu<sup>567</sup>.

Como consequência, Neenguiru e sua família foram levados a Buenos Aires, onde seriam mantidos pelo rei católico<sup>568</sup>. Nota-se como as autoridades espanholas ainda agradavam as elites nativas, dessa vez em busca de apoio durante a expulsão dos

<sup>565</sup> “Carta de Nicolás Neenguiru al gobernador de Buenos Aires,” 16 de abril de 1756, AHN, SJ, vol. 120j, no.58”.apud: GANSON, Barbara. *op. cit.* pp. 108.

<sup>566</sup> “Carta de Bucareli al Conde de Aranda, dándole cuenta de lo ocurrido en su viaje al Salto chico del rio Uruguay, y de la entrevista que hdbia tenido con el famoso cacique Nicolás Nenguirú, á quien los Jesuitas tenían desterrado por no haberse prestado á secundar sus plagies.” BRABO, Francisco Xavier. *Colección de documentos relativos a la expulsión de los jesuitas de la República Argentina y del Paraguay en el reinado de Carlos III*. Madrid: Estudio Tipográfico José María Pérez,1872. pp.176-177.

<sup>567</sup> BAPTISTA, Jean. *O Temporal:sociedades e espaços missionais*. São Miguel das Missões, Museu das Missões, 2009. (Dossiês Históricos do Museu das Missões; 2). pp. 147.

<sup>568</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaranies*. pp. 194.

jesuítas. Em dez de fevereiro de 1770, ele, junto com Alberto Caracará e Antonio Tapayu, deu um depoimento às autoridades espanholas nessa cidade com o objetivo de apurar as supostas hostilidades cometidas pelos jesuítas. Evidentemente, as perguntas destinavam-se a construir uma imagem negativa dos religiosos.

Neenguiru e seus pares acusaram os padres de se envolverem na sublevação entre 1753 e 1756. Por exemplo: os caciques depoentes afirmaram que o padre “Superior Francisco Xavier Limp deu ordens para que comprasse cavalos...para encontrar as tropas espanholas e portuguesas que entrassem”. Em outro trecho, o mesmo padre, ordenou que se escrevesse aos sete povos para a realização de uma assembleia. Limp os teria incitado a continuar a resistência e afirmado que os guaranis tinham a seu lado Neenguiru, que era “esforçado e valoroso”, e por isso deveria ser seu chefe<sup>569</sup>.

Por que os três líderes guaranis não assumiram sozinhos as decisões sobre a revolta devido à decisão de transmigrar? Em primeiro lugar, estavam em juízo, depondo. Não seria inteligente se culpar pela rebelião. Neenguiru e os outros dois provavelmente conheciam as autoridades espanholas e as leis e não queriam ser responsabilizados anos depois. Claro que podemos perceber a mestiçagem cultural aqui. Estes três caciques estavam inseridos na sociedade colonial – Neenguiru, por exemplo, morava em Buenos Aires. Mas isso não significa que abdicariam de sua identidade indígena. Pelo contrário: estavam ali depondo, defendendo seus próprios interesses.

Imagino que aproveitaram a ocasião de os jesuítas estarem sendo investigados para dividir as acusações. Parece que este é um caso do que Michel de Certeau chama de “arte do fraco”. A “astúcia”, ou nesse caso, “gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida pelo ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro”<sup>570</sup>. Neenguiru, Caracará e Tapayu utilizavam a seu favor um expediente da administração colonial que poderia prejudicá-los. Se os jesuítas estavam sendo expulsos da Espanha, e eram investigados pelas autoridades locais, então os guaranis estariam dispostos a seguir esta linha, até mesmo para serem aliados dos novos administradores das reduções.

---

<sup>569</sup> “Carta del Gobernador de Buenos-Aires al Conde de Aranda, remitiéndole el testimonio de las declaraciones recibidas al cacique D. Nicolás Ñenguirú, y á otros dos indios de los Pueblos Guaranis, sobre las hostilidades cometidas por los Jesuítas en los mismos.” BRABO, Francisco Xavier. *Colección de documentos relativos a la expulsión de los jesuítas de la República Argentina y del Paraguay en el reinado de Carlos III*. Madrid: Estudio Tipográfico José María Pérez, 1872, pp. 281-282.

<sup>570</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994, pp. 100-104.



Os caciques ainda protestaram contra a relação entre guaranis e padres. Neenguiru reclamou que fora reprimido pelo padre Joseph Cardiel por não acatar suas ordens para a retirada de canoas, cavalos e armas de espanhóis, próximo ao rio Uruguai, em 1755, obrigando-os a descer até Rio Pardo a pé. O cacique julgou a ordem “diabólica”. Em outro momento, Neenguiru diz que os índios “conheciam o engano com que os tratavam os padres”, e que em conferências lamentavam o “proceder dos padres”<sup>571</sup>. A relação entre jesuítas e líderes guaranis, que estava deteriorada desde 1753 devido principalmente ao boato de que os religiosos haviam vendido as missões, piorou com o passar do tempo.

Wilde expõe que tensões entre autoridades indígenas e jesuítas eram comuns. Os desacatos eram punidos com açoite, reclusão e desterro. O autor pensa que, antes da expulsão dos jesuítas, é possível que estes tenham perdido sua autoridade perante os líderes guaranis, que “recorriam às autoridades seculares”<sup>572</sup>. Esta, pelos indícios, foi a situação vivida por Neenguiru. Desterrado de Concepción, viu-se obrigado a recorrer ao então governador de Buenos Aires, Bucareli, para que suas demandas fossem atendidas.

Neenguiru teve um fim diferente de Sepé. Apesar de acreditar que o segundo era mais cauteloso, Nicolau também buscou mediação em certos momentos, com exceção de Caiboaté, quando partiu para o confronto aberto. Talvez seja correto afirmar que não tivesse a mesma habilidade militar que o índio de São Miguel. Contudo, o cacique de Concepción foi um dos líderes da revolta, tendo sido corregedor de seu povo e alcançado o cargo de chefe das tropas guaranis, inclusive antes de Sepé e depois de sua morte. Pelos indícios, Neenguiru fez valer sua ascendência nobre, suas alianças com outros líderes guaranis, sua capacidade de arregimentar soldados e suas relações com as autoridades espanholas.

---

<sup>571</sup> “Carta del Gobernador de Buenos-Aires al Conde de Aranda, remitiéndole el testimonio de las declaraciones recibidas al cacique D. Nicolás Ñenguirú, y á otros dos indios de los Pueblos Guaranis, sobre las hostilidades cometidas por los Jesuítas en los mismos.” BRABO, Francisco Xavier. *Colección de documentos relativos a la expulsión de los jesuítas de la República Argentina y del Paraguay en el reinado de Carlos III*. pp 286-288.

<sup>572</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaranías*. pp. 208.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em dezoito de abril de 1759, as tropas espanholas encontraram uma cruz de madeira no campo de Caiboaté, com dizeres em guarani. Nela constava que, em dez de fevereiro de 1756, ali haviam tombado mil e quinhentos índios e que no dia 7, morrera “o corregedor José Tiaraju”. Em março do mesmo ano, o líder Miguel Mayrá mandou que esta fosse erguida<sup>573</sup>. Esta é uma importante pista sobre o prestígio e a liderança de Sepé, que merece ser enfatizada. Afinal, foi uma demonstração da escrita indígena, uma evidência deixada pelos próprios guaranis. Vem ao encontro das prerrogativas etno-históricas que defendem uma maior participação dos índios na História e a busca de documentos que os representem e que sejam produzidos por eles.

Parece inegável o papel de liderança que Sepé exerce junto aos guaranis, mesmo que tenha sido demonstrado após sua morte. Mas uma pergunta ainda persiste: o prestígio que o levou a esta condição foi alcançado pela sua trajetória e pelas suas ações ao longo dela, ou devido a uma rede de alianças construída por ele? Afinal, este era obtido tanto pelo valor demonstrado em batalhas, como pela sua oratória, que possivelmente durante o período missioneiro, tenham sido somados à capacidade gráfica, e ao número de homens que podia agrupar. Acredito que ambas as hipóteses são prováveis e se complementam.

A isso alia-se sua capacidade, ou tentativas de negociação. Como foi visto, a elite missioneira era uma mediadora dos jesuítas junto ao resto da população. Da mesma forma, defendeu os interesses dos guaranis perante os jesuítas e outras autoridades espanholas quando foi necessário. Como uma figura entre dois mundos, Sepé correspondeu-se com padres, tanto com o padre Miguel de Soto<sup>574</sup>, como com o superior das missões<sup>575</sup>, defendendo o ponto de vista guarani em não realizar a transmigração imposta pelo Tratado de Madri.

Sepé era mediador porque fazia parte de uma elite elaborada pelos jesuítas dentro das missões. Foi membro do cabildo de São Miguel, como fica evidenciado na

---

<sup>573</sup> “Continuação do Diário da Primeyra Partida de Demarcação”. Biblioteca Nacional/ RJ, Seção Manuscritos. Cod: 22,1,19( Mss encadernado/sem paginação) Cópia contemp. 15fls/ 29X15. A íntegra da inscrição está no primeiro capítulo.

<sup>574</sup> DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. pp. 241.

<sup>575</sup> ESCANDÓN. Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. pp. 93-94.

cruz e em outros documentos como no diário do padre Bernardo NUSDORFFER<sup>576</sup>, ou ainda conforme depoimento dos próprios guaranis aos portugueses após terem entrado no território missioneiro<sup>577</sup>. Essa elite, além de ter vantagens nas reduções, ainda era reconhecida como tal pelos outros guaranis<sup>578</sup>, ou seja, eram vistos por eles como líderes. Logo, Sepé, mesmo sem ser cacique, poderia ser compreendido como uma autoridade pelos outros guaranis, capaz de tecer alianças com outras lideranças.

Uma das formas de manter as redes de alianças era a escrita, que poderia ter diversas funções durante o confronto: além de informar<sup>579</sup>, incentivaria os alvoroços e listaria soldados. Infelizmente, não dispomos das duas últimas em relação a Sepé. O que podemos fazer é induzir a partir de dados vindos de outros exemplos relativos à rebelião guarani, como os “16 papeles” encontrados junto de Rafael Paracatu quando da sua prisão pelos espanhóis. Nesta documentação<sup>580</sup>, percebemos a troca de correspondências entre o cacique do Yapeyu e outras lideranças guaranis de diferentes reduções, como Concepción e São Borja, além de manter contato com as estâncias de seu próprio povo, reforçando os laços de aliança. Nas cartas, ainda percebemos trocas de produtos entre os indígenas, como a pólvora, e uma contabilidade do número de soldados disponíveis em cada redução<sup>581</sup>.

A informação parece ter sido a função das cartas que estavam na algibeira de Sepé quando foi morto pelas tropas ibéricas coligadas. Uma, assinada pelo *mayordomo* Valentim Ibaringua, solicita que os índios da estância de São Xavier, localidade da redução de São Miguel, que sejam avisados sobre as movimentações dos exércitos. Segundo a mesma, “em todos os povos estão desejando saber por instantes vossos acontecimentos”<sup>582</sup>. Esta informação vem ao encontro da hipótese de que Sepé atuaria como “bombero” ou espião, observando a movimentação das tropas inimigas quando foi morto, o que parece ter sido uma tática de guerrilha, para esperar o melhor momento

<sup>576</sup> Quando o padre se refere ao momento Sepé foi escolhido como chefe dos indígenas rebelados, refere-se ao “corregedor de São Miguel”. NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 478-479.

<sup>577</sup> “Depoimentos jurados de onze índios, de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756”. DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. pp. 414.

<sup>578</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 68.

<sup>579</sup> Conforme Petrucci, entre as funções de uma carta estão as de comunicar, ordenar, informar. PETRUCCI, Armando. *La Ciencia de la escritura: Primera lección de paleografía*. pp. 92.

<sup>580</sup> Conforme visto no último capítulo.

<sup>581</sup> “Refiere cómo fué la funcion, y en que estado está el Exercito”. Arroio Daimán, 8 de outubro de 1754. Archivo General de Simancas, Legajo 7425, doc. 145 e 146.

<sup>582</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 229.

para o ataque, indicando prevenção e cautela. Nusdorffer indica a ação destes observadores adiantados afirmando que os índios “tinham seus espiões em Santa Tecla e ainda mais longe, através dos índios de São Miguel”<sup>583</sup>.

As cartas que Paracatu e Sepé portavam apontam algumas instruções. Por exemplo, a outra correspondência que Tiaraju trazia consigo recomendava ter cuidado com os portugueses, para que quando negociasse algo, que fosse com “cinco castelhanos, não mais sejam portugueses”<sup>584</sup>, provavelmente pela traição de Gomes Freire ao pacto assinado em novembro de 1754<sup>585</sup>. Estas instruções buscavam, através dos vínculos marcados pela escrita, manter uma unidade nas ações durante a revolta. A troca de correspondência entre os guaranis em busca de uma unidade relaciona-se com a formação das alianças, com base na articulação da resistência através de um “autogoverno”<sup>586</sup>. Podemos perceber esta troca de correspondências entre os guaranis no preparo de uma resistência e de uma tentativa de atuação conjunta na carta que o padre Charlet enviou ao padre Ballester, na redução de São João Batista, em 27 de março de 1753, pouco tempo depois do episódio com as comissões demarcadoras em Santa Tecla. Conta o remetente que “Os caciques, sem que saibamos, sem fazer caso de nós, enviam sua gente, se avisam com seus papéis de dia e de noite”<sup>587</sup>.

Outra figura a se destacar no contexto da rebelião foi Pascoal Iaguapo, que esteve envolvido no confronto em Caiboaté. Conforme o diário do padre Tadeo Henis, Yaguapó, como alferes real de São Miguel, dirigiu a palavra aos ibéricos antes da luta, perguntando o que queriam<sup>588</sup>, indicativo de que, assim como Sepé, sabia falar espanhol. Ele ainda produziu, em julho de 1755, uma dessas instruções informando as causas da revolta aos demais guaranis. No final, passou um recado para Sepé: que o marquês de Valdelirios e Andonaegui, o governador de Buenos Aires, iriam se

<sup>583</sup> NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. pp. 476.

<sup>584</sup> CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. pp. 230.

<sup>585</sup> “Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc.152.

<sup>586</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. “ ‘Mientras volaban correos por los pueblos’ Autogoverno e práticas letradas nas missões guaranis – século XVIII”, *Horizontes Atropológicos*, Porto Alegre jul/dez 2004 n. 22. pp. 114.

<sup>587</sup> “Relación de lo que la Compañía de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuitas, Legajo 120j, Expediente 7.

<sup>588</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836. pp. 544

encontrar e que dessa reunião deveria sair alguma novidade<sup>589</sup>. Existe aqui mais um indício das alianças que Sepé construía: ambos eram da mesma redução e fizeram parte do cabildo, sendo parte da elite missioneira. Portanto, estavam atentos ao que acontecia e às autoridades espanholas. Como mediadores, percebiam a importância de saber o que ocorria com estas, na expectativa de uma saída negociada para o conflito.

De volta ao assunto do “autogoverno”, tal conceito deve ser compreendido como o controle da administração secular nas mãos dos guaranis, quebrando a aliança com os jesuítas, por excluí-los desta, relegando-os ao poder temporal<sup>590</sup>. Podemos perceber isto claramente nas manifestações dos jesuítas registradas em *Relación de lo que la Compañia de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad*. Na mesma carta citada acima, do padre Charlet ao padre Ballester, consta que os religiosos “havam perdido dos índios o amor” e que estavam como uma “faca sem fio”, ou seja, sem autoridade<sup>591</sup>.

É interessante destacar uma certa disputa ocorrida entre caciques e alguns membros do cabildo. Entre estes últimos havia uma diversidade de posições: alguns que defendiam e outros que eram contra a transmigração. Isso era a causa de diversos alvoroços, como o ocorrido na Estância “Cien Carretillas”, relatado pelo cura de São Miguel. O padre Diego Palacios relatou ao padre Escienfain que haviam tentado matar o corregedor e alguns membros do cabildo que ali tinha ido para propor a mudança<sup>592</sup>.

Sepé não era cacique, mas, mesmo assim, negou-se a aceitar as ordens impostas pelas Coroas Ibéricas devido ao Tratado de Madri. Ainda que fosse mediador, enviando correspondências, buscando auxílio e se mostrando disposto a auxiliar, ele não submeteu-se aos padres<sup>593</sup>. Sendo assim, é possível afirmar que suas atitudes foram escolhas, frutos de uma capacidade de ação<sup>594</sup>. Destacou-se e atingiu “altos cargos”, o

<sup>589</sup> A.G.S.: Secretaria de Estado, Legajo 7410. Doc. 6: Una copia en quatro foxas de um papel sin fecha con una firma que dice: Hixos de San Francisco de Borxa. Y a continuación va outra Copia de uma carta que parece escrita por Pasqual Yaguapo a Joseph Tiarayú, los dos naturales del Pueblo de San Miguel em 16 de Junio del año pasado de 1755. apud: NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. pp. 147-148.

<sup>590</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. “ ‘Mientras volaban correos por los pueblos’ Autogoverno e práticas letradas nas missões guaranis – século XVIII”. pp. 105.

<sup>591</sup> “Relación de lo que la Compañia de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Arquivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuitas, Legajo 120j, Expediente 7.

<sup>592</sup> Idem.

<sup>593</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. “ ‘Mientras volaban correos por los pueblos’ Autogoverno e práticas letradas nas missões guaranis – século XVIII”. pp. 106-107.

<sup>594</sup> Aquilo que John Monteiro chamaria de “agency”, conforme exposto na introdução. MONTEIRO, John Manuel. “Os Índios e o Atlântico”. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos. São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

de corregedor de São Miguel e de chefe da rebelião, mas sob uma situação de mestiçagem. Sua liderança parece ter sido construída por uma lógica guarani-missioneira, combinando elementos indígenas e europeus. Ao mesmo tempo que sua tentativa de negociação é perceptível, sua capacidade guerreira é notável. O que ocorreu em Santa Tecla e Rio Pardo são exemplos disso. Em ambos, os índios se mostram disponíveis a negociar, mas quando necessário, souberam como reagir.

Após a prisão em Rio Pardo, Sepé mostra-se mais cauteloso, talvez por ter percebido que o exército português era poderoso e bem armado. Mesmo nesse momento, se dispôs a ser um articulador, entrando no forte antes dos demais, por saber falar espanhol, como bem indica o padre Henis<sup>595</sup>. Não é essa a forma de agir dos guaranis no século XVI, no princípio da conquista espanhola. Foi mais uma adaptação à nova situação imposta, uma forma de reagir perante as decisões das autoridades espanholas e portuguesas.

É importante lembrar que Sepé estava em defesa do território. Foi para mantê-lo que os guaranis partiram para a guerra. Se lembrarmos que uma das cartas, destinada ao padre Miguel de Soto, foi escrita da Estância de las Yeguas, parte da missão de São Miguel<sup>596</sup>, podemos supor que Sepé era um desses “estancieiros” em defesa do território, como propõe Baptista<sup>597</sup>. Era justamente destas terras, das estâncias e dos ervais que os guaranis tiravam o seu sustento, também por isso a questão territorial se faz presente nas prerrogativas dos missionários<sup>598</sup>. Verificamos este caso nas sete cartas dos índios para Andonaegui, mesmo na enviada redução de Concepción, que apesar de não perder seu conjunto urbano, devia entregar aos portugueses boa parte das suas terras e estâncias<sup>599</sup>. Sendo assim, além da questão de seus ancestrais estarem ali enterrados, e da ideia de que a terra fora dada por Deus, estava envolvida a subsistência. Os guaranis se rebelaram para manter uma situação pós-contato, da qual não era possível retornar, e para garantir o território missioneiro em seu poder. A rigor, queriam manter a mesma situação.

A despeito do que o senso comum pode imaginar, Sepé foi apenas mais uma liderança indígena durante a rebelião. Assim como ele, houve Rafael Paracatu, Pascoal

<sup>595</sup> HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. pp. 495.

<sup>596</sup> DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. Instituto Geográfico Militar, República Oriental del Uruguay. *El Siglo Ilustrado*, Montevideo, v. 13, n.1, 1938. pp. 241.

<sup>597</sup> BAPTISTA, Jean. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. pp. 181-182.

<sup>598</sup> SANTOS, Júlio Quevedo dos. *Guaranis e Jesuítas na utopia do Prata*. pp. 202.

<sup>599</sup> MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949.

Yaguapo, Nicolau Neenguiru, ou Miguel Mayrá. Apesar de ter chegado ao cargo mais importante da rebelião em 1756, suas ações não diferiam muito das atitudes outros líderes. Foi um representante da mestiçagem, era membro da elite guarani, pertenceu ao cabildo, órgão imposto pelas autoridades espanholas, além de saber ler, escrever, falar espanhol. Mesmo assim, soube defender as terras de seu povo, tal qual as demais lideranças. Nas fontes, por exemplo, Neenguiru é mais citado. Por que, então, ele é a figura mais lembrada e exaltada?

As imagens literárias presentes em *O Uruguai*, de Basílio da Gama, e na obra de Simões Lopes Neto contribuem para isso. Parece que o reconhecimento dos seus atos de bravura talvez seja consequência da busca de identidade gaúcha, de raízes para o Rio Grande do Sul<sup>600</sup>. Recentemente, a Câmara Federal lançou um livreto intitulado “Sepé Tiaraju: herói guarani, missioneiro, rio-grandense e, agora, herói brasileiro”. Como se guarani e missioneiro fossem conceitos desassociados e como se o território fosse sul-rio-grandense e brasileiro já em 1750. Mesmo assim, pouco trata de Tiaraju, apenas descrevendo o conflito iniciado pelo Tratado de Madri em um capítulo intitulado “A ganância destrói a obra do Evangelho”. O texto refere que Sepé revive nas lutas populares e solicita que sua “elevação à condição de Herói da Pátria” – não esquecer que o Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2009 o inscrevia no livro dos Heróis da Pátria – provoque a consciência para que as pessoas não se tornem “cúmplices de sociedades medíocres”<sup>601</sup>.

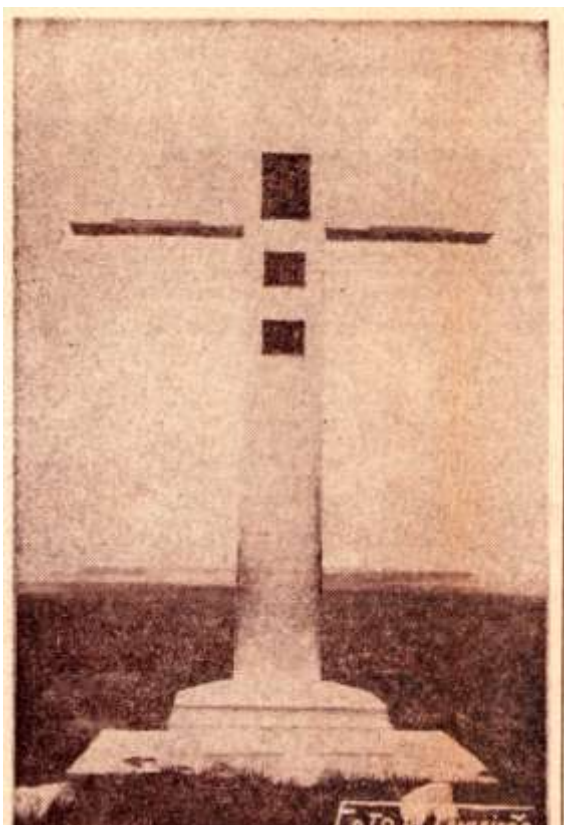
Até mesmo a cruz que Miguel Mayrá mandou erguer foi “reerguida”. O exemplar do jornal Correio do Povo de 16 de dezembro de 1979 noticia a construção de “uma cruz de cimento armado de elevada altura, que substitui a velha cruz de madeira cravada por Dom Miguel Mayrá”. Ainda no lugar, onde supõe-se que Sepé Tiaraju tenha tombado em conflito, no atual município de São Gabriel, foi construído “um grande marco de pedra em forma piramidal”<sup>602</sup>.

<sup>600</sup> NEDEL, Letícia Borges. “Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos”. *Anos 90*. Porto Alegre, v.11, n.19/20, jan./dez. 2004.

<sup>601</sup> Sepé Tiaraju: herói guarani, missioneiro, rio-grandense e, agora, herói brasileiro. Brasília. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

<sup>602</sup> FIGUEIREDO, Osorio Santana. Batalha de Caiboaté. *Correio do Povo*, 16 de dez.de 1979. pp. 16.

FIGURA 4



Legenda: Cruz de cimento erguida no século XX, próximo de onde Sepé Tiaraju teria tombado em combate e supostamente no lugar em que Miguel Mayrá mandou que se contruísse uma de madeira com a inscrição que remete à morte do líder indígena e à batalha de Caiboaté.

Fonte: FIGUEIREDO, Osorio Santana. Batalha de Caiboaté. *Correio do Povo*, 16 de dez. de 1979. pp. 16.

Claro que isso se relaciona com as diversas construções sobre sua figura. Tanto a rebeldia, como o apego à terra aparecem nas imagens construídas sobre Sepé na atualidade<sup>603</sup>. Ceres Brum entende que a fascinação em relação a ele está no “poder de significar o presente de quem o utiliza, transformando identificações com o passado interpretado”<sup>604</sup>. São formas de se apropriar da História, mas que não me cabe afirmar se são corretas ou não. O que me cabe é procurar evidenciar a figura histórica de Sepé, inserida no contexto de seu tempo.

Creio que foi fundamental fazer uma revisão dos dados que temos sobre as missões, sobre a guerra e sobre Sepé. Só assim foi possível analisar as fontes. A partir daí, consegui perceber os detalhes da documentação, as pistas infinitesimais, a maneira

<sup>603</sup> Para maiores detalhamento sobre o assunto ver: PESAVENTO, Sandra. “Narrativa cruzadas: História, Literatura e Mito: Sepé Tiaraju das Missões.” PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Sepé Tiaraju: muito além da lenda*. Porto Alegre, Comunicação Impressa, 2006. Segundo Pesavento, Sepé após ser morto se tornou no mito e estes estão em contínua “rearticulação e reconstrução através do tempo”. pp. 49.

<sup>604</sup> BRUM, Ceres Karam. “O mito de Sepé Tiaraju: etnografia de uma comemoração”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Sepé Tiaraju: muito além da lenda*. Porto Alegre, Comunicação Impressa, 2006. pp. 84.



de como Ginzburg propõe que se decifre a realidade. Para o historiador italiano, é no detalhe que podemos entender a História, mesmo que um conhecimento sistemático seja uma falácia, porque “a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçado no momento em que se afirma que o conhecimento direto de tal conexão não é possível”. A realidade opaca pode ser revelada a partir dos indícios<sup>605</sup>. Mas, para tanto, é necessário ter um cabedal de autores e informações. Toda obra de Ginzburg só foi feita graças ao seu enorme grau de erudição e informação.

Sendo assim, temos muitas informações dispersas sobre Sepé que foram reunidas. Inúmeros autores citam seu nome e tangenciam o tema, mas não aprofundam a pesquisa por não ser este o objetivo do trabalho. No primeiro capítulo, tivemos uma revisão sobre alguns destes autores. O trabalho com as fontes foi fragmentário, como o de tentar unir os pedaços de um vaso quebrado. A forma encontrada de trabalhar foi a análise micro. Talvez, porque aceitei a proposta de Geertz, “não estudar as aldeias, mas nas aldeias”<sup>606</sup>. O objeto não foi somente Sepé Tiaraju, mas a sua atuação enquanto membro da elite guarani rebelada, ou seja, tendo-o não como ponto de chegada, mas como ponto de partida.

Mas por que estudar a partir de uma figura? Creio que tentei responder esta pergunta ao longo do trabalho. Um indivíduo pode revelar os “detalhes” requisitados por Ginzburg. O objetivo foi compreender e explicar melhor a revolta guarani tendo Sepé como catalisador, mas não como delimitador. Como sugere Giovanni Levi, a redução da escala serve para revelar fatores antes não observados<sup>607</sup> e não para ofuscar o resto que tangencia e lhe é significativo.

O que deve ser feito, e é um dos objetivos aqui, é entender os índios como agentes e protagonistas da História. Não como meras vítimas passivas da Conquista, sem espaço para agir ou negociar junto à sociedade colonial. Por algum tempo, receberam esse destaque, mas somente quando pegavam em armas e iam ao confronto contra os europeus, para serem derrotados e sumirem de novo, sucumbindo aos ocidentais.

Nota-se que a rebelião guaraníca da década de 1750 e Sepé passam por trajetória semelhante. Moisés Vellinho e outros membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul negavam o papel das missões para a formação do

---

<sup>605</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. pp. 177.

<sup>606</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2008. pp. 16.

<sup>607</sup> LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. in: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992, pp. 135-139.

território do atual estado gaúcho, inclusive depreciando a figura dos indígenas<sup>608</sup>. Em contrapartida, os defensores de Sepé, como Mansoeto Bernardi, entendiam que ele estava em defesa do território do Rio Grande do Sul, dando ênfase ao aspecto bélico do personagem. Tiaraju é chamado de “O Primeiro Caudilho Rio-Grandense”<sup>609</sup>. Interessante perceber como um conceito destinado a um grupo de proprietários de terra de uma classe dominante durante o século XIX, num período logo após as emancipações, foi aplicado à figura de um líder indígena e mestiço da metade do século XVIII. Percebe-se que, tanto num caso, como no outro, a figura do indígena, como agente que transforma a História e que está em constante transformação, some. O que interessa para Bernardi é o índio guerreiro, numa retomada aos valores pré-conquista. Quando Sepé aparece para justificar algo, em defesa de algum grupo social, sempre é apresentado como aguerrido, que foi para luta. Sepé é representado como o índio guerreiro, tal qual o encontrado no princípio da colonização. É como se fosse o indígena engessado no passado.

Por isso que é importante retomar a figura de Sepé como um desses agentes. É necessário apontá-lo como um “mestiço cultural”, fruto de uma etnogênese ocorrida nas reduções, ao mesmo tempo, definir a sua liderança e qual a trajetória percorrida para alcançá-la. Uma liderança derivada de um processo de ocidentalização, que apesar de corresponder a aspectos nativos de líderes, possuía características próprias da metade do século XVIII. A presença no cabildo, o domínio do idioma castelhano, as relações com os padres são exemplos disso.

A necessidade do autogoverno, sem os padres, levou os indígenas a se apoiarem nessas lideranças que os próprios religiosos haviam elaborado. Tais autoridades seriam capazes de mediar as relações no momento do conflito, sem serem obedientes e servis. Os guaranis que tomaram a frente do movimento rebelde agiram de acordo com códigos próprios de liderança combinados com elementos trazidos pelos padres. Por isso, o prestígio fora tão importante nesse momento. Talvez a habilidade no discurso tenha sido acrescida pela habilidade na escrita, formando, dessa maneira, as redes de relações. Ao mesmo tempo, o valor demonstrado em combate permaneceu, mas foi acrescido pela capacidade de mediar e negociar. Acredito, terminando de responder à pergunta feita no

---

<sup>608</sup> Para maiores detalhes, ver a obra de Moisés Velinho: VELHINHO, Moisés. *Capitania d'El Rey: aspectos polêmicos da formação riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1964.

<sup>609</sup> BERNARDI, Mansoeto. *O primeiro caudilho rio-grandense*. Porto Alegre, EST-Livraria Sulina, 1980. Este debate foi constituído sobre uma polêmica em cima da construção de um monumento em homenagem aos duzentos anos da morte de Sepé Tiaraju, já exposto na introdução.

início, que foi a trajetória de Sepé que determinou sua rede de alianças. Por consequência, esta rede possibilitou uma ampliação da sua autoridade sobre diversas reduções, como ocorreu no início de 1756, quando foi nomeado corregedor de São Miguel e líder dos guaranis para a revolta.

## FONTES

### Fontes manuscritas

“Continuação do Diário da Primeyra Partida de Demarcação” Biblioteca Nacional/ RJ, Seção Manuscritos. Cod: 22,1,19( Mss encadernado/sem paginação) Cópia contemp. 15fls/ 29X15.

“Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire e os caciques para a suspensão de armas”. Campo do Rio Jacuí, 14 e 16 de novembro de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7428, doc.152.

“Cópia de la carta que escribió el General Gomes Freire de Andrada a los caciques de los siete pueblos rebelados”. Campo del Rio Pardo, 18 de julho de 1754. Archivo General de Simancas, legajo 7430, doc.53.

“Funciones, que en esta presente Real Expedizion a tenido con los indios desde que se dexaron beer, hasta la sorpresa del pueblo de San Lorenzo, el Coronel Don Joseph Joachin de Viana y son las seguintes” Salto Chico del rio Uruguay, de janeiro de 22 de 1757, Archivo General de Simancas, Secretaria de Estado, legajo, 7398, doc. 12.

“Refiere cómo fué la funcion, y en que estado está el Exercito”. Arroio Daimán, 8 de outubro de 1754. Archivo General de Simancas, Legajo 7425, doc. 145 e 146.

“Relación de lo que la Compañia de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su Magestad”. Archivo Historico Nacional (Madri). Clero-Jesuitas, Legajo 120j, Expediente 7.

### Fontes impressas

“Cartas (2) do governador do Rio de Janeiro D. Manuel Lobo sobre os acontecimentos ocorridos na Colonia de Sacramento e especialmente o que se passara com o seu aprisionamento”. 20 de janeiro e 3 de Janeiro de 1683. *ANNAES da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume XXXIX, Officinas Graphics da Biblioteca Nacional, 1921.

“Demarcação do sul do Brasil”, Cartas escritas da Fortaleza do Rio Pardo remetidas dom hum Alferes da Guarnição de Santa Catarina para o Rio de Janeiro. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1928.

“Diário de la Segunda Expedición de Misiones se marcha, acachamientos y rendicion de los pueblos. Hecho por el coronel Dn Joseph Joaquim de Viana, gobernador de Plaza de Montevideo”. In: *Revista Histórica*. Montevideo. Tomo VII, n.11,1914.

BRABO, Francisco Xavier. *Colección de documentos relativos a la expulsión de los jesuitas de la República Argentina y del Paraguay en el reinado de Carlos III*. Madrid: Estudio Tipográfico José María Pérez,1872.

CAMPAÑA del Brasil – Antecedentes coloniales. *Documentos referentes a la Guerra de la Independencia y Emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América*. Tomo II, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Gmo. Kraft, 1939.

CARTAS ÂNUAS DE LA PROVINCIA DEL PARAGUAY. Años 1750-1756. Traducción de Carlos Leonhardt, Buenos Aires. Transcrição 1954, Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

CARVALHO E MELO, Sebastião José de (Marquês de Pombal). *República Jesuítica Ultramarina, que os religiosos das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios Ultramarinos*. Gravataí, SMEC; Porto Alegre, Martins Livreiro; Santo Ângelo, Centro de Cultura Missioneira/FUNDAMES, 1989. Primeira edição, Lisboa, 1757.

CUNHA, Jacinto Rodrigues da. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay*. Rio de Janeiro, RIHGB, 16 (2-3), 139-328,1853.

DOCUMENTOS sobre o Tratado de 1750. *ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume LII, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938.

DOCUMENTOS RELATIVOS a la ejecución del tratado de límites de 1750. Instituto Geográfico Militar, República Oriental del Uruguay. *El Siglo Ilustrado*, Montevideo, v. 13, n.1, 1938.

ESCANDÓN, Juan de. *História da Transmigração dos sete povos orientais*. São Leopoldo, Pesquisas, História n, 23, 1983.

FARIA, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai”. in: GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: Como os exércitos de Portugal e da Espanha destruíram povos dos jesuítas e índios guaranis do Rio Grande do Sul (1750 1756)*. Passo Fundo, UPF, 2004.

GRAELL, Francisco. *Passado Missioneiro no Diário de um Oficial Espanhol*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1998.

HENIS, PE. Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836.

MATEOS, Francisco. “Cartas de índios cristianos del Paraguay (1753)”. *Missionalia Hispanica*, ano 6, n.16, Madri, 1949.

NUSDORFFER, Pe. Bernardo. “Relatório da transmigração e guerra dos sete povos do Rio Grande do Sul 1750-1756”. in: TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2002, tomo III. Primeira edição: Porto Alegre, Livraria Selbach, 1922.

PASTELLS Pablo e MATEOS, Francisco. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provinciadel Paraguay* (Argentina, Paraguay, Uruguay, Peru, Bolívia y Brasil): según losdocumentos originales del Archivo General de Índias. Tomo VIII. S.J. Madrid Libreria General de Victoriano Suarez: C.S.I.C, 1949.

### **Fontes literárias**

CHEUICHE, Alcy. *Sepé Tiaraju, romance dos sete povos*. Porto Alegre, AGE editora, 2004.

GAMA, Basílio da. *O Uruguai*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1999.

LOPES NETO, Simões. *Lendas do Sul- introdução e notas de Luís Augusto Fischer*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2002.

**Fontes oficiais do Estado Brasileiro**

Diário Oficial do Estado do RS, três de novembro de 2005, Porto Alegre, Corag.

Diário Oficial da União, 22 de setembro de 2009, Brasília, Imprensa Oficial.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Índios Aldeados no Rio de Janeiro colonial-novos súditos cristãos do império português*. Tese (doutorado), IFCH, Unicamp, Campinas, 2000.

ANDERSON, Gary Clayton. *The Indian Southwest, 1580-1830: Ethnogenesis and Reinvention*. Norman, University of Oklahoma Press, 1999.

ANTUNES, Paranhos Ten.Cel. *Dragões de Rio Pardo*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1954.

AVELLANEDA, Mercedes. “Orígenes de la alianza jesuita-guaraní y su consolidación en el siglo XVII”. *Memoria Americana: Cuadernos de Etnohistoria*, Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n. 8, 1999.

BAPTISTA, Jean. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. São Miguel das Missões, Museu das Missões, 2009. (Dossiês Históricos do Museu das Missões; 3).

BAPTISTA, Jean. *O Temporal: sociedades e espaços missionais*. São Miguel das Missões, Museu das Missões, 2009. (Dossiês Históricos do Museu das Missões; 2).

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. in: Poutignat e Streiff-Fenart (org), *Teorias da etnicidade*. São Paulo, editora Unesp, 1998.

BECKER, Felix. “La guerra guaraníca desde una nueva perspectiva: Historia, Ficción y historiografía.” *Boletín Americanista*. Barcelona, n. 32, p. 7-37, 1983.

BERNARDI, Mansoeto. *O primeiro caudilho rio-grandense*. Porto Alegre, EST-Livraria Sulina, 1980.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.



BOCCARA, Guillaume. "Fronteras, mestizaje e etnogênese en las Américas". In: MANDRINI, Raúl J. e PAZ, Carlos D. (comp) *Las fronteras hispanoscriollas del mundo indígenalatioamericano en los siglos XVIII-XIX: Un estudio comparativo*. Tandil, IEHS, 2003.

BOFF, Claudete. "Missões: imagens da Igreja de São Miguel Arcanjo". In: PENNA, Rejane. (org.) *O tempo e o Rio Grande do Sul nas imagens do Arquivo Histórico do RS*. Porto Alegre, IEL, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2011.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína. (org). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Série obras comemorativas: personalidades. Sepé Tiaraju: herói guarani, missioneiro, rio-grandense e, agora, herói brasileiro*. Brasília, Edições Câmara, 2010.

BRASIL, Ptolomeu de Assis. *Batalha de Caiboaté: episódio culminante da guerra das missões*, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BRAUDEL, Fernand. "História e ciências sociais: a longa duração". In: *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

BROCHADO, José Proenza. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South America*. Urbana-Champaign, University of Illinois. (Tesis doctoral), 1984.

BRUM, Ceres Karam: *Esta terra tem dono: uma análise antropológica de representações produzidas sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul*. Tese, PPG em Antropologia Social, UFRGS, 2005.

BRUM, Ceres Karam. "O mito de Sepé Tiaraju: etnografia de uma comemoração". In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Sepé Tiaraju: muito além da lenda*. Porto Alegre, Comunicação Impressa, 2006.

BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Livraria Sulina Editora, 1978.

CARBONELL DE MASY, Rafael. *Estrategias de desarrollo rural en los pueblos Guaraníes (1609-1767)*. Con las colaboraciones indicadas de los Dres. Teresa Blumers y Ernesto J. A. Maeder. Barcelona, Antoni Bosch Editor, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *O trabalho na América Latina colonial*. São Paulo, Editora Ática, 1985.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

CUNHA, Manuela Carneira da. e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Vingança e temporalidade: os Tupinambá. In: Journal de la Societé dês Américanistes. Tome 71, 1985.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

DOMINGUES, Beatriz Helena. “As missões jesuíticas entre os guaranis no contexto da ilustração”. *História*, São Paulo, v. 25, n.1.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

FAUSTO, Carlos. “Da inimidade: forma e simbolismo da guerra indígena”. in: NOVAES, Adauto. (org). *A outra margem do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

FERREIRA, Mário Olímpio Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os Trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FIGUEIREDO, Osorio Santana. Batalha de Caiboaté. Correio do Povo, 16 de dez.de 1979.

FIGUEIREDO, Osório Santana. *Vida e morte de Sepé Tiaraju*. São Gabriel, 2005.

FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002.

GANSON, Barbara. *The Guaraní under Spanish rule in the Rio de la Plata*. Stanford, Stanford University Press, 2003.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese, UFF, Niterói, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo. CASTELNUOVO, Enrico e PONI, Carlo. (orgs.), *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro /Lisboa, Bertrand Brasil /Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: Como os exércitos de Portugal e da Espanha destruíram povos dos jesuítas e índios guaranis do Rio Grande do Sul (1750 1756)*. Passo Fundo, UPF, 2004.

GRENDI, Edoardo. Micro-analise e storia sociale. *Quaderni Storici*, 35, 1977.

GRIJÓ, Luiz Alberto. “Biografia, para quê?”. In: CORADINI, Odaci Luiz. *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

GRUZINSKI, Serge. “‘Un honnête homme, c’est un home mêle’ Mélanges et métissages”. TACHOT, Louise Bénat & GRUZINSKI, Serge (dir). *Passeurs Culturels*:

mécanismes de métissage. Marne-la-Vallée: Presses Universitaires; Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2001.

GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo*. Barcelona, Paidós, 2000.

GRUZINSKI, Serge. *La colonización de lo imaginario Sociedades indígenas en el México español Siglos XVI-XVIII*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1991.

GRYSZPAN, Mário. “Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.14, ano 5, out. 1990.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo, Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1990.

HILL, Jonathan. “Introduction: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992”. in: HILL, Jonathan (org). *History, Power and Identity: Ethnogenesis in the Americas*. Iowa City, University of Iowa Press, 1996.

JUNG, Roberto Rossi. *Esta terra tem dono esta terra é nossa: a saga do Índio Missioneiro Sepé Tiaraju*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2005.

KERN, Arno Alvarez. “Pré-História e ocupação humana”. In: KERN, Arno A. GOLIN, Tau. SANTOS, M. Cristina dos. *Povos Indígenas*. Passo Fundo, Méritos, 2009, v.5 Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1982.

LANGUE, Frédérique. “Le passeur malgré lui: L'aristocracie *mantuana* comme médiateur culturel (Venezuela XVIII<sup>e</sup> siècle)”. In: TACHOT, Louise Bénat & GRUZINSKI, Serge (dir). *Passeurs Culturels: mécanismes de métissage*. Marne-la-Vallée: Presses Universitaires; Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2001.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. “Reciprocidade mediterrânea”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. in: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

LUGON, Clovis. *A República “comunista” cristã dos guaranis: 1610-17868*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MARTÍN, Carmen Martínez. “Datos estadísticos de población sobre las misiones del Paraguay, durante la demarcación del Tratado de Límites de 1750”. in.: *Revista Complutense de História de América*, Madrid, 1998.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. “Sobre as práticas guaranis nas Reduções”, *História-Unisinos. História UNISINOS*. São Leopoldo, jan/jul 2004, n.9,vol.8.

MELIÁ, Bartomeu. *El guarani conquistado y reducidos-ensayos de etnohistoria*. Assunción, Biblioteca Paraguaya de Antropología, CEADUC-CEPAC, 1985.

MONTEIRO, John Manuel. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI e XVII”. in: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. “Os Índios e o Atlântico”. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos. São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011. Comunicação pessoal.

MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Tese de Docência. IFCH,Unicamp, Campinas, 2001.

NECKER, Louis. “La reacción de los guaraníes frente a la conquista española del Paraguai: movimientos de resistencia indígena (Siglo XVI)”. In.: *Suplemento Antropológico*, Asunción, Vol, XVIII, n.1, jul/1983.

NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos anos cinqüenta*. Dissertação (Mestrado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

NEDEL, Letícia Borges. “Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos”. *Anos 90*. Porto Alegre, v.11, n.19/20, jan./dez. 2004.

NEUMANN, Eduardo Santos. *O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial – 1640/1750*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1996.

NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

NEUMANN, Eduardo. “Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757”, in *Revista Complutense de História de América*, Madrid, 2000.

NEUMANN, Eduardo Santos. “ ‘Mientras volaban correos por los pueblos’ Autogoverno e práticas letradas nas missões guaranis – século XVIII”, *Horizontes Atropológicos*, Porto Alegre jul/dez 2004 n. 22.

NOELLI, F.S. *Sem tekohá não há teko. (Em busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio do Delta do Jacuí-RS)*. Porto Alegre, PUCRS, 1993, Dissertação de mestrado.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.” *Revista Mana*. Rio de Janeiro, vol.4, n.6, 1998.

PESAVENTO, Sandra. “Narrativa cruzadas: História, Literatura e Mito: Sepé Tiaraju das Missões.” PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Sepé Tiaraju: muito além da lenda*. Porto Alegre, Comunicação Impressa, 2006.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Prólogo de Roger Chartier y Jean Hébran. Barcelona, Gedisa, 1999.

PETRUCCI, Armando. *La Ciencia de la escritura: Primera lección de paleografía*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

POLONI-Simard, Jacques. “Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas”, *Anuario del IEHS* 15(2000).

POLONI-Simard, Jacques. “Figures et configuration, forms et conformations du métissage: testaments indiens de Huamanga au XVIII<sup>e</sup> siècle”. In: TACHOT, Louise Bénat & GRUZINSKI, Serge (dir). *Passeurs Culturels: mécanismes de métissage*. Marne-la-Vallée: Presses Universitaires; Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 2001.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

QUARLERI, Lia. “El territorio jesuítico-guarani: del enfrentamiento de sentidos al conflicto armado (1750-1761)”, *História UNISINOS*. São Leopoldo, maio/ago 2007, n.11(2).

QUARLERI, Lía. “La rebelión anunciada de las Misiones Guaraníes del antiguo Paraguay”. *Suplemento Antropológico*, Asunción, Vol, XL, n.2, 2005.

QUARLERI, Lia. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009.

RESTALL, Matthew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

REVEL, Jacques. “Apresentação”. : REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. “Prefácio”. in: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado na cultura política moderna: o império português nos anos 1720-1730”. In: ABREU, Martha. et.all. (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, 2007.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz necessário misturar o agro com o doce*”. Tese. UFF, Niterói, 2010.

SANTOS, Júlio Quevedo dos. *Guaranis e Jesuítas na utopia do Prata*. Bauru, EDUSC, 2000.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. “As Missões jesuítico-guaranis”. in: CAMARGO, Fernando. GUTFREIND, Ieda. REICHEL, Heloisa. *Colônia*. Passo Fundo, Méritos, 2004, v.1, Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. “O mito fundador das missões jesuíticas do Paraguai”. In: *Sepé Tiaraju: muito além da lenda*. Pesavento, Sandra Jatahy (org). Porto Alegre, Comunicação Impressa, 2006.

SANTOS, Maria Cristina dos. *Os movimentos guarani de resistência à colonização da bacia platina: 1537/1660*. Dissertação (Mestrado em História),PUCRS, Porto Alegre, 1988.

SCHIMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre, editora da Universidade/UFRGS, Porto Alegre.

SOARES, André Luis R. *Guarani: organização social e arqueologia*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. “O sistema econômico nas sociedades guaranis pré-coloniais”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 8, n. 18, dezembro de 2002.



STERN, Steve J. "Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics". *Journal of Latin American Studies*, Cambridge University Press, Vol. 24, 1992.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguai, II: Etnohistoria de los Guaraníes: época colonial*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbedo, 1979-1980.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1980 [1854-57]. *História Geral do Brasil*, 7a ed., 5 vols., São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia (primeira edição 1854). Apud: MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*.

VELHINHO, Moysés. *Capitania d'El Rey: aspectos polêmicos da formação riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1964.

WILDE, Guillermo. "Poderes del ritual e rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaraníes". *Revista Española de Antropología Americana*. Madrid, n. 33, 2003.

WILDE, Guillermo. "Prestigio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguai", *Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas*, Colônia/Weimar/Viena, n. 43, 2006.

WILDE, Guillermo. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. Tese (Doutorado) Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2003.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder em las misiones de guaraníes*. Buenos Aires, SB, 2009.